

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na antiga sede da Junta de Freguesia de Calhandriz, União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9h30, do dia 2015/01/28

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Ata nº 29/2014, da reunião de câmara de 2014/12/17			Aprovação
2	Atribuição de topónimo "Largo da Música" no Casal da Vinha Velha da Mata - Revogação		Vila Franca de Xira	Aprovação
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento Da competência do Presidente da C.M.			
3	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
4	Legislação síntese			Conhecimento
5	Pagamentos autorizados			Conhecimento
6	Balancetes			Conhecimento
	. Outros assuntos			
7	2ª alteração ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal para 2015			Aprovação
8	Fundos de maneiio para 2015			Aprovação
9	Quotização da AMEGA para 2015 - Atualização			Aprovação
10	Aquisição de serviços de energia elétrica para as instalações alimentadas em média e baixa tensão especial do município - Libertação do seguro-caução			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na antiga sede da Junta de Freguesia de Calhandriz, União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9h30, do dia 2015/01/28

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
11	Aquisição de uma viatura pesada de 19 toneladas para recolha de resíduos sólidos urbanos, com uma retoma, ao abrigo do acordo-quadro celebrado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública - ESPAP - Adjudicação e minuta do contrato			Aprovação
12	Exercício de direito de preferência sobre a fração "I", sita na praça Natália Correia, nº 2, 1º dto (antigo bairro da Chasa, lote 4.11)	CHASA, CRL	Alverca do Ribatejo	Aprovação
~~13~~	~~Plataforma Logística Lisboa Norte - Aditamento ao protocolo celebrado em 5 de março de 2008~~	~~Saba Parques Logísticos Portugal~~	~~Relizado~~	~~Aprovação~~
14	Protocolo de cedência em regime de comodato - Antiga EB nº 3, Brejo		Alverca do Ribatejo	Aprovação
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
15	Relação de atos da competência da câmara municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
16	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A19 do loteamento Casal da Espadela, Arcena	José Matias Nascimento Santos	Alverca do Ribatejo	Aprovação
17	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 16 do loteamento Panasqueira I	Joaquim António Mendes da Silva Feteira	Alverca do Ribatejo	Aprovação
18	Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas			Aprovação
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
19	Fornecimento em contínuo de peças para reparação de viaturas pesadas - 2015/2016 - Remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na antiga sede da Junta de Freguesia de Calhandriz, União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9h30, do dia 2015/01/28

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
20	Contrato de manutenção preventiva e curativa de sistemas de sinalização semaforica no município - Remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
21	Beneficiação da EM 501 (estrada da Alfarrobeira) - Auto de vistoria e receção definitiva e liberação de caução	Constradas, SA	Alverca do Ribatejo	Aprovação
22	Execução da EB 01/Jardim de infância da Póvoa de Santa Iria Norte - Auto de vistoria e receção definitiva e liberação de caução	Interobra - Sociedade de Obras Públicas, SA	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
23	Execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa - Conta final	Cordivias - Engenharia, Lda	Forte da Casa	Aprovação
24	Regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão - Desenvolvimento do plano de segurança e saúde (procedimento de segurança para a demolição do pontão)	Oliveiras - Engenharia e Construção, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
25	Regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão - Orçamento de trabalhos a menos	Oliveiras - Engenharia e Construção, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
26	Regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão - Procedimento de segurança para os trabalhos de desvio da rede de gás	Oliveiras - Engenharia e Construção, SA	Castanheira do Ribatejo	Ratificação
27	Requalificação da rua Luís de Camões - Abertura de concurso público		Vila Franca de Xira	Aprovação
28	Recargas de pavimentos 2015 - Abertura de procedimento			Aprovação
	APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS			
29	Mercado retalhista de Alhandra - Alteração de titularidade do lugar nº 41	Maria Manuela Dionísio Pinheiro Lavareda	Alhandra	Aprovação
30	Mercado abastecedor do concelho - Alteração ao horário de funcionamento			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na antiga sede da Junta de Freguesia de Calhandriz, União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9h30, do dia 2015/01/28

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
31	~~Cessação do contrato de arrendamento do Café Central - Acionamento de caução~~	~~Caixa Quadrada, Lda~~	~~Vila Franca de Xira~~	~~Aprovação~~ <i> próx. reunião</i>
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
32	Atribuição de apoio financeiro destinado à realização do Carnaval de Alhandra	Sociedade Euterpe Alhandrense		Aprovação
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
33	Protocolo de colaboração na gestão do espaço EVOA	EVOA		Aprovação
34	~~Protocolo de parceria entre a ABAE, GEOTERME e o município para implementação da plataforma ENERBIZ~~		<i> próx. reunião</i>	~~Aprovação~~
35	Duatlo das Lezírias 2015 - Troféu José Luís de Matos			Aprovação
36	Atribuição de apoio financeiro à associação Os Companheiros da Noite	Associação Os Companheiros da Noite		Aprovação
37	Alteração ao protocolo com a ANIMAR			Aprovação
38	~~Complexo Desportivo da Castanheira do Ribatejo~~	<i> próx. reunião</i>	~~Castanheira do Ribatejo~~	~~Análise~~
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
39	~~Relatórios sobre os acordos de execução e contratos interadministrativos apresentados pelas juntas de freguesia~~	<i> próx. reunião</i>		~~Análise~~
40	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2015/01/28

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, pelas 9h30, na antiga sede da Junta de Freguesia da Calhandriz, União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

- . Nuno Miguel Marques Libório; -----
- . Fernando Paulo Ferreira; -----
- . Aurélio dos Santos Marques; -----
- . António José Sequeira Félix; -----
- . Paulo Sérgio Pinto Rodrigues; -----
- . José António da Silva de Oliveira; -----
- . Rui Miguel da Silva Pereira; -----
- . Maria de Fátima Pires Antunes; -----
- . Vítor Manuel Jorge da Silva. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores Ana Lúcia Alves Cardoso e João Manuel Correia Pires de Carvalho, tendo sido substituídos pelos Srs. Rui Miguel da Silva Pereira e Vítor Manuel Jorge da Silva, respetivamente. -----

Entrou no decurso da reunião o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, pelas 9h39, durante o período antes da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica. -----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Chefe do Gabinete-----

Dr. Renato Gonçalves-----

. Adjuntos-----

Jorge Zacarias-----

Drª Susana Santos-----

GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO-----

. Adjuntos-----

Dr. Alexandre Sargento-----

Adão Conde-----

. Assessoria-----

João Pedro Baião-----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenador-----

Dr. Cláudio Lotra-----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Isabel Araújo-----

. Prestador de serviços de apoio ao gabinete-----

Dr. Luís Vasconcelos-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno-----

Drª Nélida Soares-----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. Luís Marques-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor-----

Arqtº Nuno Santos-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas-----

Engº Clemente Rocha-----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----

. Diretora-----

Drª Maria de Fátima Faria Roque-----

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus-----

Drª Maria João Carraça-----

. Chefe da Divisão de Educação e Coordenador do Gabinete de Apoio ao
Movimento Associativo e Juventude-----

Dr. Pedro Montes-----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público-----

Arqtª Catarina Conde-----

. Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social-----

Drª Ana Carla Costa-----

OUTRAS PRESENÇAS-----

. Presidente da Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz -

. Secretária da Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz--

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

DIVERSOS ASSUNTOS APRESENTADOS PELO SR. PRESIDENTE -----

O Sr. Presidente deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes, designadamente o Sr. Presidente da União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, dizendo que antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da junta dará algumas breves notas. -----

Em primeiro lugar, foi entregue agora aos Sr. Vereadores um ofício que se recebeu ontem do gabinete do Sr. Ministro do Ambiente, que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, dando resposta ao ofício que se tinha enviado, sobre o qual se conversou e refletiu na última reunião de câmara.-----

O ofício refere e regista, de uma forma muito sintética, as preocupações do município, e também que todas as questões que tenham a ver com o que vai acontecer em termos de controlo e análise relativamente às empresas sobre as quais há suspeitas de que o foco do surto de "legionella" tenha acontecido, nomeadamente a uma delas, é um processo que vai continuar, e a câmara municipal será informada em tempo oportuno dessas mesmas diligências.-----

Uma outra questão, que não é para conhecimento da vereação, mas dos presentes, é que na reunião de câmara extraordinária de segunda-feira a câmara municipal adquiriu os terrenos da designada Mata do Paraíso, uma propriedade com mais de 18 hectares, tendo sido uma oportunidade, efetivamente, para levar a cabo aquilo que se pensa há muitos anos, que é construir naquele local um parque de lazer para fruição da população de Vialonga e de todo o concelho. -----

Depois, uma informação relativamente a uma menção honrosa nos prémios "Green Project Awards Portugal", na categoria de cidades sustentáveis, prémio este devido à requalificação da zona ribeirinha sul do concelho. Houve um primeiro prémio e duas menções honrosas, o município, neste item, de facto, teve uma menção honrosa, que lhe parece ser de assinalar. -----

Informa ainda que houve uma reunião do Conselho Metropolitano da Área Metropolitana de Lisboa, em Vila Franca de Xira, uma iniciativa que foi uma exceção naquilo que é habitual nestas reuniões, que normalmente se realizam em Lisboa, tratando-se de um gesto de solidariedade de todos os presidentes de câmara da Área Metropolitana de Lisboa para com Vila Franca de Xira,



Deliberação nº

Por outro lado, há um ponto que lhe parece ser de registar, a colocação de recargas de pavimentos no concelho de Vila Franca de Xira neste ano, em 30 vias, em 6 freguesias do concelho, indicada pelos Srs. Presidentes de Junta, sendo pois um trabalho que também se vai fazer com que esteja concluído mais cedo do que aquilo que é habitual. -----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
SITUAÇÃO DE DISCOTECA EM FRENTE DA ANTIGA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA -
CALHANDRIZ -----

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, cumprimentando todos os presentes, e enaltecendo, em nome da sua junta de freguesia, esta forma de fazer reuniões descentralizadas, e da câmara municipal ir a todos os lugares e a todas as freguesias, o que é da maior importância, fazendo ainda votos de um bom trabalho.-----

Para terminar, gostaria de acrescentar uma questão que pensa que é de extrema importância para o povo da Calhandriz.-----

Inacreditavelmente, ou não, faça-se a leitura que se fizer, deu-se licença para se fazer uma discoteca numa casa mesmo defronte da sede da antiga junta de freguesia. É inacreditável que aconteça, e já foram chamadas várias vezes as autoridades, sendo que a GNR, quando veio ao local, confrontada com o assunto, verificou que existem todas as licenças, para além de haver até uma especial, que permite que este estabelecimento esteja aberto até às 4h00 da manhã. É tão inacreditável que basta chegar à janela e espreitar, para perceber que essa discoteca está colocada num casco velhíssimo, com anos e anos de construção, e nem tão pouco as casas têm placa, o que divide as divisões são paredes de tabique e de pedra, e o telhado é de madeira. Como é que é possível que isto possa acontecer? -----

Algumas das pessoas que vivem no local fizeram opções de deixar de viver nas grandes cidades, umas delas até em Alverca, e vieram para este local reconstruir as habitações mais antigas, e muito bem, e agora querem ter o seu sossego e estar nas suas casas, mas inacreditavelmente faz-se ali uma coisa destas, todas as sextas-feiras e sábados até às 4h00 da manhã. Quem está na rua não suporta o barulho, pelo que o próprio imagina para quem vive paredes meias.-----

Terminou, referindo fazer votos de um bom trabalho, dizendo que tem um abaixo-assinado que as pessoas fizeram, recolheram um conjunto de assinaturas e pediram para o entregar ao Sr. Presidente pessoalmente. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que se vai dar boa conta daquilo que o Sr. Presidente da junta acabou de referir, naturalmente avaliar as questões colocadas,



Deliberação nº _____

Portanto, irá responder de qualquer modo ao primeiro subscritor do abaixo-assinado e ao Sr. Presidente da junta, relativamente às conclusões mais detalhadas sobre o que se irá fazer.

A

PM

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

SINALIZAÇÃO VERTICAL – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, cumprimentando todos os presentes e referindo ter três assuntos relativos à freguesia da Póvoa de Santa Iria, que passará a expor. -----

O primeiro prende-se com a sinalização vertical, aqueles sinais de prescrição específica que já há alguns tempos os membros da CDU trouxeram, que são os sinais que se utilizam comumente nos locais onde o estacionamento é pago. Todos sabem que o núcleo antigo da Póvoa de Santa Iria não tem estacionamento pago, não existem parquímetros, apesar de haver uma apetência muito grande de alguns autarcas na sua colocação, o certo é que não existem, nem sabem se alguma vez vão existir, porque consideram que não está ainda provado que os problemas de trânsito e estacionamento deste local se resolvam com a criação de estacionamento pago. -----

Daí, não compreendem o porquê da proliferação desta sinalização vertical no núcleo antigo da Póvoa de Santa Iria. -----

Já há uns tempos atrás o Sr. Presidente tinha mandado os serviços retirarem estes sinais, eles não foram retirados, foram tapados com uns sacos de plástico pretos, entretanto com o vento e com tudo os plásticos acabaram por desaparecer, e além dos sinais estarem à vista outros apareceram entretanto. -----

Assim, gostavam que esta sinalização, que é errada, fosse devidamente retirada, e substituída pela sinalização correta nestas matérias. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que efetivamente se vai fazer aquilo que tinha sido um compromisso, que era, enquanto este processo do estacionamento pago não estiver visto numa forma mais ampla, não há nenhuma razão para que o estacionamento seja pago na zona mais antiga da Póvoa de Santa Iria. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, esclarecendo que a sinalética não diz que é pago, só diz que é espaço de parque. -----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que então passará depois a palavra ao Sr. Vice-Presidente, porque isso talvez altere um pouco a questão. Estava convicto que era sinalética de pagamento de estacionamento, há uma outra



Fl. Ata 009

Reunião de 2015/01/28

Proc^o _____

Deliberação nº

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que efetivamente a sinalização está corretamente colocada, corresponde exatamente ao que estava definido no projeto, sob esse ponto de vista, e pode-se estudar a possibilidade de a retirar, embora esteja absolutamente bem colocada e tratada.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 010

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

POLIS XXI – ECOBAIRRO – REFORÇO DA MOBILIDADE E ELIMINAÇÃO DAS
BARREIRAS ARQUITETÓNICAS - PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, mencionando as obras que foram feitas do Polis XXI, do programa Ecobairros, uma boa obra, do reforço da mobilidade e eliminação de barreiras arquitetónicas, que tinha exatamente em vista isso, a eliminação das barreiras arquitetónicas no casco mais antigo da cidade da Póvoa de Santa Iria. -----

Foram rebaixadas passadeiras, foram feitos pisos táteis e uma série de intervenções, que visavam realmente retirar as barreiras arquitetónicas daquela zona. Agora, de repente, apareceram no meio dessas intervenções uns monos transvertidos de floreiras, uma espécie de floreiras que estão junto às passadeiras, mais concretamente, o que vem desvirtuar completamente aquilo que foi a intervenção realizada neste local. -----

Portanto, aquilo que tinha sido o objetivo, que era retirar as barreiras arquitetónicas, veio agora colocar mais barreiras arquitetónicas. -----

Desconhecem qual foi o autor da colocação desta espécie de floreiras nos passeios, mas gostavam que fossem retiradas sem delongas. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que esta é uma matéria que se vai falar com a junta de freguesia, porque o projeto, quanto saiba, não previa a colocação de floreiras. -----

Também, e pelas fotografias, conforme documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, talvez até nem seja a zona mais crítica, parece-lhe, aparentemente, mais desafogada, de qualquer modo vai-se colocar a questão à junta de freguesia, e perguntar, porque provavelmente terá sido a mesma que colocou as floreiras, qual é a intenção, tentando perceber melhor. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que o Sr. Presidente já deu conta que se iria contactar a junta de freguesia para perceber esta questão das floreiras na acessibilidade das pessoas, que há pouco tempo não era nenhuma. -----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO AMBIENTE E DA PAISAGEM - PARQUE LINEAR
RIBEIRINHO DO ESTUÁRIO DO TEJO - PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, mencionando que o Sr. Presidente falou ainda hoje de um prémio que a câmara municipal recebeu por causa do parque linear ribeirinho, e da intervenção que foi feita na zona ribeirinha da Póvoa de Santa Iria, e é esse assunto que traz para colocar. -----

Recebeu-se um prémio, mas o certo é que 18 meses depois da inauguração do parque linear ribeirinho, onde está inserido o Centro de Interpretação do Ambiente e da Paisagem, esse mesmo centro continua inexplicavelmente encerrado. Assim, 18 meses depois recebeu-se um prémio, é certo, mas a verdade é que as coisas não estão a funcionar. -----

Um centro que deveria ter como objetivo a consciencialização ambiental, a importância da salvaguarda e da valorização do ambiente, não funciona. Um centro que deveria desenvolver atividades dirigidas sobretudo às escolas, mas também à população em geral, incluindo o ensino especial, as instituições infantis, de acolhimento a seniores e instituições de apoio à deficiência, simplesmente não funciona, 18 meses depois. -----

Aquilo que se exige da parte do município, e os membros da CDU vão entregar uma proposta ao executivo, que desejam que seja agendada para uma próxima reunião de câmara, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, é que o Departamento de Educação e Cultura proceda ao desenvolvimento de um programa de dinamização que dê vida a este espaço e que o coloque ao serviço da população, programa esse que deverá ser apresentado a esta câmara municipal no prazo máximo de 2 meses após a aprovação da proposta.-----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que depois o Sr. Vice-Presidente falará. ---
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, manifestando uma diferença clara na atitude dos cidadãos, de que o Sr. Vereador Paulo Rodrigues foi também porta-voz, relativamente ao seu espaço público. -----

A apreciação destes detalhes relativamente ao espaço público só é possível porque se tem vindo a falar numa alteração radical no espaço público, e multiplicação dos



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 012

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

espaços verdes, nomeadamente de qualidade. -----

Dirá o Sr. Vereador que, sendo residente na Póvoa, conviveu durante certamente muitos anos com uma desorganização urbana e uma inacessibilidade total do espaço público, nomeadamente na sua zona antiga, coisa que hoje felizmente não se passa. Conviveu, como é evidente, com uma inacessibilidade total à zona ribeirinha, com uma inexistência total de zonas verdes organizadas, coisa que finalmente, na cidade da Póvoa de Santa Iria, e aliás no resto do concelho, já não se passa, e esta atitude, esta elevação do nível de exigência dos cidadãos é um dos objetivos fundamentais do desenvolvimento urbano e da estratégia profunda de intervenção, da alteração do espaço público, e diria até mais, do desenvolvimento de projetos que mudam a vida às pessoas. -----

Esta estratégia que está a ser seguida pela câmara municipal, desde que o Partido Socialista chegou à sua presidência, continuará, estando-se a trabalhar nisso, no quadro comunitário Portugal 2020, se este quadro comunitário tiver a capacidade de cofinanciar investimento em câmaras municipais como a de Vila Franca de Xira, que não só tem sido recordista na utilização de fundos comunitários, exatamente para estes projetos que mudam a vida às pessoas, mas também às câmaras municipais que têm, como esta, capacidade de investir neste tipo de projetos, uma vez que, como se sabe, e infelizmente, boa parte das câmaras municipais atravessa muitas dificuldades, que não é o caso desta, que tem vindo a ser gerida com muito critério, cuidado e competência, como aliás é publicamente reconhecido. -----

Relativamente ao centro, ele não está encerrado, ainda esta semana houve lá atividades com alunos das escolas, e a Divisão de Ambiente tem feito lá atividades regulares. -----

De qualquer das formas, é intenção da câmara municipal conseguir que fique aberto mais tempo durante o dia, embora seja utilizado exatamente para o fim para o qual foi construído, e que é a realização de atividades de educação ambiental para a população, não só para as crianças, mas também para adultos, e da terceira-idade, que tem sido o público-alvo das atividades naquela infraestrutura. -----

Proposta Nº 11

**Centro de Interpretação do Ambiente e da Paisagem
Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo**

Considerando que:

Passados 18 meses sobre a inauguração do Parque Linear Ribeirinho onde se insere o CIAP - Centro de Interpretação do Ambiente e da Paisagem, este Centro mantém-se inexplicavelmente fechado.

Um Centro que deveria ter como objetivo a consciencialização para a importância da salvaguarda e valorização do Ambiente assim como a criação de hábitos a favor de um desenvolvimento sustentável.

Um Centro que deveria desenvolver atividades direcionadas para a população em geral e, em particular, para a população escolar, incluindo o ensino especial, instituições infantis, de acolhimento a seniores e instituições de apoio a pessoas com deficiência.

Um Centro que deveria contribuir ativamente, através do conhecimento transmitido e das experiências proporcionadas, para a enorme tarefa de consciencialização e proteção do Ambiente.

Estamos perante um território de características naturais sem paralelo, com história, campos agrícolas e salinas, fauna e flora, um plano de água

Propõe-se:

Que o Departamento de Educação e Cultura proceda ao desenvolvimento de um programa de dinamização que dê vida a este espaço e o coloque ao serviço da população, programa esse que deve ser apresentado a esta Câmara Municipal, no prazo de dois meses.

Vila Franca de Xira, 28 de Janeiro de 2015

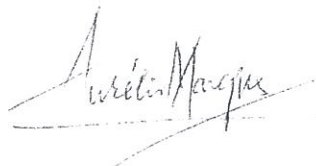
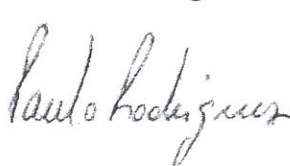
Os Vereadores da Coligação Democrática Unitária "CDU"

Nuno Libório

Aurélio Marques

Paulo Rodrigues

Rui Pereira





Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
REQUERIMENTO Nº 30 – RELATÓRIOS SOBRE A ATIVIDADE DOS REPRESENTANTES
DO MUNICÍPIO-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, cumprimentando todos os presentes, e referindo que a sua intervenção é simples, é só para apresentação de um requerimento que os membros da CDU trazem hoje, sobre a entrega de relatórios por parte do município aos eleitos neste órgão, sobre a atividade dos seus representantes nas várias instituições existentes e onde a autarquia está representada, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que se irá responder o mais depressa que se puder.-----

Requerimento Nº 30
(Relatórios sobre a atividade dos representantes do município)

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Os vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, invocando o Direito de Informação consagrado pela Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, vêm através de V Exa. requerer a seguinte informação:

- Relatórios sobre a atividade dos representantes do município nas várias instituições existentes onde a autarquia está representada.

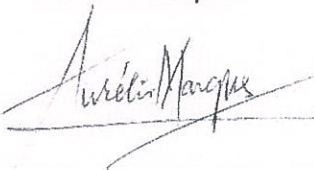
Vila Franca de Xira, 26 de Janeiro de 2015

Vereadores da Coligação Democrática Unitária (CDU)

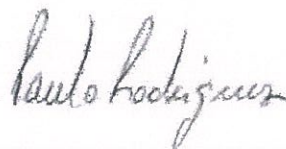
Nuno Libório



Aurélio Marques



Paulo Rodrigues



Rui Pereira





Deliberação nº _____



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 015

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
SITUAÇÃO DE PLÁTANO NA RUA MARIA LAMAS - BOM RETIRO – VILA FRANCA DE
XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se a uma questão que já foi levantada, entre várias que os membros da CDU apresentaram na reunião de 19/11/2014, sendo que há de vir uma altura em que o Sr. Presidente responderá a essas questões que estão por responder. -----

Contudo, gostaria só de relembrar, e que o Sr. Presidente lhe dissesse hoje, a questão do plátano da rua Maria Lamas, nº 2, no Bom Retiro, em Vila Franca de Xira. -----

Já há uma questão sobre a situação, entre os munícipes daquela zona, não só com o Sr. Presidente da junta, mas também com a câmara municipal e respetivo departamento, e isso continua sem estar resolvido. -----

O que o próprio disse na altura é que os moradores pretendem, não já o corte do plátano, como é evidente, mas a poda, porque as ramadas já estão muito próximas das janelas do edifício, para além das questões de estenderem a roupa. -----

Levantou toda essa situação, e não vai repetir, pelo que gostaria que o Sr. Presidente dissesse algo, até porque em janeiro, fevereiro e março é altura das podas, e os munícipes têm questionado a CDU sobre esta questão, que já foi levantada. -----

Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vice-Presidente responderá. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que houve, na semana passada, uma reunião de junta aberta, em que o Sr. Presidente de junta pediu para os técnicos da câmara municipal estarem presentes, e estiveram lá. Falaram com a população sobre esta matéria, e, à parte da poda normal que é feita nos plátanos, não se prevê de facto abater a espécie arbórea. Aliás é o que está levantado pela câmara municipal, e o que a junta fará é o que articulou com a câmara municipal, que é apenas uma poda de manutenção do plátano. -----

Se o Sr. Vereador lá for, verificará que está muito longe das janelas, ao contrário da informação de que dispunha. -----

De qualquer das maneiras, a junta de freguesia tratará do assunto. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que tem que dizer ao Sr.



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 010

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

Vice-Presidente que realmente foi-lhe comunicado pelos moradores, mas o próprio foi ver, e a questão da distância das ramadas para as janelas depende. O Sr. Vice-Presidente tem uma opinião, o próprio tem outra, e é subjetivo, não interessando estar a perder tempo com isso.-----

O que interessa é que estão próximos, e há a questão dos frutos, como o Sr. Vice-Presidente sabe, que entram, pelo que os moradores não podem ter as janelas abertas, e inclusivamente, na altura, em novembro, levantou a questão do prejuízo das roupas e disso tudo.-----

Portanto, fica satisfeito, e espera que pelo menos a poda, que a junta de freguesia vai fazer, seja feita, e que pelo menos do lado das janelas não seja só uma simples poda, mas logo se verá, depois de ser feito.-----

Costuma, assim como a sua bancada, mas não é sempre, pois não pode ser sempre, ir ao local constatar, e não é por duvidarem dos fregueses ou munícipes, mas vão lá.-----



Fl. Ata 017

Reunião de 2015/01/28

Proc^o

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

REQUERIMENTO Nº 29 – INFORMAÇÃO SOBRE PESSOAL -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que entregará, em nome da bancada dos membros da CDU, um requerimento ao Sr. Presidente, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, que não vai ler na totalidade, mas vai só citar os três pontos que pretendem:-----

Em primeiro, o nome dos funcionários e serviços para onde aqueles foram nomeados para cargos dirigentes, em comissão de serviço, desde a mais recente reestruturação orgânica dos serviços;-----

Em segundo, o nome dos funcionários e serviços para onde aqueles foram destacados para cargos dirigentes, e que na presente data ainda se encontrem em regime de substituição desde a mais recente reestruturação orgânica dos serviços;

Em terceiro, e por último, datas de todas as provas de seleção prestadas para os concursos abertos para todos os cargos dirigentes desde a já aludida reestruturação. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que se vai compilar essa informação, para chegar aos Srs. Vereadores rapidamente.

[illegible]

Requerimento Nº 29
(Informação sobre Pessoal)

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Os vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no seguimento das diversas abordagens em Reuniões da Câmara, e de acordo com o Direito de Informação consagrado pela Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, vêm através de V Exa. requerer a seguinte informação:

- 1) Nome dos funcionários e serviços para onde aqueles foram nomeados para cargos dirigentes, em Comissão de Serviço, desde a mais recente reestruturação orgânica dos Serviços;
- 2) Nome dos funcionários e serviços para onde aqueles foram destacados para cargos dirigentes, e que na presente data ainda se encontrem em regime de substituição desde a mais recente reestruturação orgânica dos Serviços;
- 3) Datas de todas as provas de selecção prestadas para os concursos abertos para todos os cargos dirigentes desde a já aludida reestruturação.

Vila Franca de Xira, 26 de Janeiro de 2015

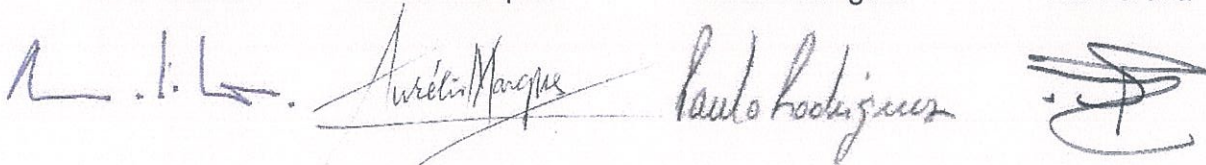
Vereadores da Coligação Democrática Unitária (CDU)

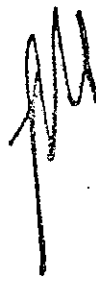
Nuno Libório

Aurélio Marques

Paulo Rodrigues

Rui Pereira



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

INFORMAÇÃO SOBRE A REGULARIZAÇÃO E RECONVERSÃO DAS AUGI -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando todos os presentes, dizendo que antes de entrar nalgum detalhe sobre algumas questões da Calhandriz, gostaria de dar conta de situações que parecem aos membros da CDU que deveriam ser devidamente acompanhadas pelo Sr. Presidente.-----

Em primeiro lugar, relembra ao Sr. Presidente que continuam a aguardar a remessa de informação sobre a regularização e reconversão urbanística das áreas urbanas de génese ilegal, bem como os respetivos contactos das comissões de compartes.-----

Sem esta informação, enquanto vereadores da oposição, não têm capacidade alguma para poderem dar o contributo, dentro do pouco tempo que resta para a regularização especial concedida pela Assembleia da República.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que a câmara municipal se comprometeu a fazer um relatório com alguma regularidade, e crê que o relatório ainda está dentro do prazo, de qualquer modo vai solicitar aos serviços que o façam chegar.---

Depois, como o Sr. Vereador teve ocasião de ouvir, porque estava presente, também lhe quer dizer que esta prorrogação excecional dificilmente vai ser cumprida. Há dificuldades diversas, cada AUGI tem as suas especificidades, e há AUGI que nem sequer têm comissão.-----

Portanto, há matérias que se tem mais tarde de verificar como se vão resolver, e tentar fechar os processos.-----

De qualquer modo, enviar-se-á a informação do ponto de situação das AUGI.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
TOMADA DE POSIÇÃO NO ÂMBITO DA PROPOSTA A DISCUSSÃO PÚBLICA DE
VERTICALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, para deixar uma sugestão, partindo do pressuposto que todas as bancadas representadas neste executivo municipal aceitarão com bom grado a recomendação, no sentido de fazer com que o ofício que o Sr. Presidente enviou ao Ministro do Ambiente, no âmbito da proposta a discussão pública de verticalização do sistema de abastecimento de águas e saneamento, pudesse ser reconvertido numa tomada de posição dos órgãos institucionais do município, ou seja, uma competente deliberação da câmara e assembleia municipais, se assim for o entendimento da comissão permanente e da respetiva mesa da assembleia municipal.-----

Desta forma, deixa ao critério do Sr. Presidente e ao seu bom senso, na medida em que a iniciativa partiu do mesmo, sendo que os membros da CDU reconhecem e estão plenamente de acordo, apenas notam que praticamente todos os municípios da região de Lisboa, senão mesmo quase todos da Área Metropolitana de Lisboa, numa forma institucional tomaram posição sobre esta matéria, o que lhe parece que reforçaria a posição já anteriormente expressa pelo município de Vila Franca de Xira.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que naturalmente se poderá transformar o ofício enviado ao Sr. Ministro do Ambiente numa moção, o que reforça aquilo que já se fez. Contudo, o executivo municipal está disponível para isso mesmo. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 020

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PISCINAS DA CALHANDRIZ-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU gostariam de saber qual é a intenção do Partido Socialista relativamente às piscinas da Calhandriz. -----

Fez-se o investimento que se fez, criaram-se expectativas positivas junto da população, mas de há muitos meses a esta parte que se ficou nesta situação de impasse. -----

Têm conhecimento que há instituições, ou pelo menos uma, que de uma forma aberta e pública já manifestou o seu interesse em cooperar com o município, e se o município quer ou não cooperar com essa instituição, o melhor que deve fazer, na modesta opinião dos membros da CDU, é pôr a discussão na reunião da câmara municipal. Aquilo que não podem continuar a tolerar é a incapacidade do município e desta câmara municipal de garantir o usufruto deste equipamento, que custou muito dinheiro aos munícipes.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que convinha que se pudesse, de uma vez por todas, compensar, quer uma parte da freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, quer da freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, porque à época não foram os contribuintes do concelho que diretamente pagaram as piscinas que foram instaladas na Calhandriz. Uma das contrapartidas que a câmara municipal exigiu à Valorsul foi a instalação deste tanque, e já à época os membros da Coligação Novo Rumo disseram que a freguesia da Calhandriz não precisava bem deste tanque. -----

Já à época, por força das restrições que o poder político foi dando à freguesia, não permitia que os filhos desta terra pudessem ficar, pois nalguns casos não poderiam construir a sua casa, tinham que sair para fora, e fruto disso foi o problema da escola, da farmácia, e de nenhum serviço, pois deixa de haver pessoas, jovens, renovação e crescimento. Foi o que aconteceu, e basta olhar o que é que o poder político que geriu o município fez nestes últimos 40 anos, pelo menos, que foi a desertificação da Calhandriz. -----

Portanto, o que dizem é que efetivamente aquilo que falaram veio-se a verificar, que aquele equipamento não deveria ter sido aquele, deveria ter sido um

equipamento de idosos. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando, em resposta ao Sr. Vereador Nuno Libório, que há uma possibilidade, como foi uma pretensão de uma instituição de Alhandra, de poder gerir aquela piscina. Crê que será uma boa solução, e está-se a trabalhar nesse sentido. Já solicitou à instituição, na pessoa do seu presidente, que fizesse chegar rapidamente a proposta, para fechar este processo. -----

Há momentos em que se têm de tomar opções, e a opção que se tomou foi de uma piscina, com todo o respeito pela comunidade da Calhandriz, e não só. A piscina tinha um reduzido número de pessoas a frequentá-la, mas isso é a estatística, que refere isso mesmo. De qualquer modo, não se deixa de ter todo o cuidado, no sentido de encontrar uma solução o mais depressa possível, para pôr aquela piscina ao serviço da população da Calhandriz, e também de algumas pessoas que vinham do Sobralinho, sobretudo. -----

Depois, respondendo ao Sr. Vereador Rui Rei, como dizia o papa anterior, é fácil ser inteligente depois das coisas acontecerem. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que neste caso então os membros da Coligação Novo Rumo foram visionários. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, referindo que talvez, e que o executivo municipal não tem a pretensão de ter a visão certa para tudo, tem a visão certa em 99%, mas há sempre uma percentagem em que eventualmente a visão já estava cansada e não conseguiu atingir a situação. -----

Sobre essa matéria é muito humilde, porque quando reconhece que alguém tem razão, dá-lhe razão, não tem problema absolutamente nenhum. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 022

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
DILIGÊNCIAS JUNTO DA ESTRADAS DE PORTUGAL SOBRE A CONSERVAÇÃO DA
EN10.6 – ENTRADA DA CALHANDRIZ-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU gostariam de perguntar que diligências é que o município e o Sr. Presidente, em particular, têm tomado junto da Estradas de Portugal, no sentido de recuperar aquele projeto de conservação da EN10.6, e com um aspeto muito particular, que é a entrada da Calhandriz, mais conhecida pelo ramal.-----

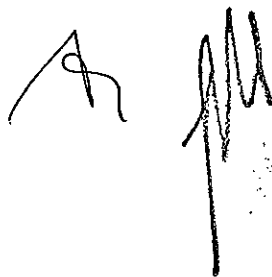
A câmara municipal avançou com um projeto prévio de requalificação da entrada e da saída, que garantiria muita segurança para todos aqueles que entram, saem ou visitam a Calhandriz, e não sabem como é que isso hoje se encontra, como também constataam que há uma evidente falta de conservação desta estrada nacional. O mato tomou conta das bermas, e os caniços, nalguns troços, põem em causa a circulação nas duas faixas. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que convinha que se começasse a pensar o território de acordo com as prioridades e necessidades, e por isso os membros da Coligação Novo Rumo gostariam que fosse verdadeiramente avaliado o acesso à Calhandriz, de que já falaram variadíssimas vezes. -----

Fazendo um aparte, informou estar a falar há 7 minutos, e que apenas está a servir de cronómetro, para depois não haver nenhum problema a seguir, ao que o Sr. Presidente respondeu que não tem dúvida nenhuma que todos vão ter o bom senso necessário para não tomar outro tipo de atitudes. -----

Continuou o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que sem dúvida nenhuma, e que depois de ter lido as conclusões, que as traz, já tem todo o bom senso do mundo.---

Relativamente aos acessos à Calhandriz, do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo, continuam a dizer aquilo que é simples e elementar, ou seja, continuando pela rua abaixo do local onde se encontram, virando à direita, ao passar ao lado passa-se pelo pontão, e era importante fazer o plano de recuperação dos pontões, criando os respetivos acessos ao lado, para que as pessoas, quando andam a pé, possam passar e não o façam junto dos automóveis. Isso ficou de ser avaliado e feito nalguns casos, quer na Calhandriz, quer depois na zona de São João dos Montes e na EN248.3, do outro lado. -----



Depois, passando esse pontão, e ao lado esquerdo ao “tal tanque” que está fechado, continua-se, indo dar à estrada nacional. Não é difícil chegar ali, e para quem vira à direita, em vez de ter a estrada só, dever-se-ia criar uma zona para dentro, a chamada zona de aceleração e de proteção, em que os carros podem entrar devagar, sem nenhum problema face aos veículos que vêm. -----

No limite, se não houver outra condição, dever-se-á proibir a viragem à esquerda, porque tem-se ali o viaduto feito, e em condições para poder permitir essa viragem do outro lado. -----

Portanto, há condições para resolver estes problemas, e não há razão para este tipo de assuntos ser falado há 20 anos nesta câmara municipal, principalmente quando em 2010, mais coisa menos coisa, a Estradas de Portugal fez uma intervenção naquela estrada, com a construção de alguns pontões. Não há razão para isto absolutamente nenhuma, a não ser que se goste, permanentemente, de falar sobre esta matéria. -----

Respondeu o Sr. Presidente, ao Sr. Vereador Nuno Libório, que as diligências que se têm feito junto da Estradas de Portugal para a manutenção e requalificação da EN10.6 têm sido regulares. Aquilo que a câmara municipal fez, que estava na sua competência, foi o que devia ter feito e já concluiu, a reparação da estrada de São Marcos. Era da sua competência, fez, e está ao serviço da população. -----

Quanto à Estradas de Portugal, e também respondendo um pouco a algumas questões colocadas pelo Sr. Vereador Rui Rei, colocou-se a possibilidade de na primeira entrada, de quem vem de Alverca, pôr uma semaforização, com a possibilidade inclusivamente de “stockagem”, encontrando-se ali um terreno para o efeito. Enviou-se até um estudo à Estradas de Portugal para o efeito, que não deu parecer favorável. Vai-se insistir, quem tem jurisdição sobre a estrada é a Estradas de Portugal, já se fizeram várias propostas, e esta não teve parecer favorável. -----

Quanto a outras, no entroncamento da EN10.6 e a estrada dos Baltares está prevista a construção de uma rotunda, como já foi falado várias vezes. A Estradas de Portugal deu parecer favorável, e obviamente que se tem de ir implantar a rotunda em terrenos privados, mas a questão é que a Estradas de Portugal deu parecer favorável, mas disse que não tinha dinheiro para a fazer e que a câmara municipal a fizesse. Contudo, pelo menos aí deu parecer favorável, o que já não foi



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
DESTRUIÇÃO DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO EM A-DOS-LOUCOS-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU foram confrontados com uma situação de destruição de património, em A-dos-Loucos, e acreditam que estão a falar da área de A-dos-Loucos onde foi autorizada a plantação de eucaliptos. O problema é que esta área em particular está confirmada e registada pela Direção-Geral do Património Cultural, um organismo central do Estado, como um local de interesse patrimonial da única estrutura de defesa francesa encontrada até hoje.-----

Aquilo que já constataram é que, para além da destruição de várias paredes laterais, referenciadas na ficha de inventário de património, também já se encontram destruídas cerâmicas do século XIX. -----

Parece-lhes muito grave, se se confirmar que isto tenha acontecido sem que as entidades competentes, onde se inclui a câmara municipal, tenha tomado qualquer tipo de iniciativa.-----

Respondeu o Sr. Presidente que não sabe se o Sr. Vice-Presidente tem alguma informação sobre esta matéria, de qualquer modo, é urgente os serviços de património irem ao local e, se for caso disso, embargar a obra. Se é como o Sr. Vereador Nuno Libório diz, e não tem razões para não acreditar, está-se perante uma necessidade de analisar. Não é pôr em causa a obra em si, mas fazer uma investigação arqueológica, para não se perderem alguns achados que são naturalmente importantes, de acordo com aquilo que o Sr. Vereador já referiu.-----

-----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
OBRAS DE SANEAMENTO DOS SMAS JUNTO AOS IMPASSES A E B - ALVERCA DO
RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU gostariam de chamar à atenção, em Alverca do Ribatejo, para duas situações. Uma tem a ver com as obras de saneamento junto aos impasses A e B, entre o campo de jogos do Futebol Clube de Alverca e a instituição bancária Caixa Geral de Depósitos, sendo que todas as vezes que passam pelo local encontram mais um buraco aberto.-----

Percebem que as obras de saneamento são complexas, mas o que não percebem é porque é que já se têm mais 2 meses sobre o prazo inicial da obra sem que nenhuma informação, pelo menos que tenham tido conhecimento, tenha sido prestada às populações.-----

Era motivo para, no mínimo, a câmara municipal informar esta população.-----

Respondeu o Sr. Presidente que não sabe se o Sr. Vereador António Oliveira tem alguma informação, e responderá posteriormente. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que se está a trabalhar numa das zonas mais difíceis da cidade, zona urbana. Apraz-lhe registar, e aliás é uma característica que o Sr. Vereador Nuno Libório tem, já nas obras que foram feitas na zona do Jardim Álvaro Vidal, em que se verificou que foram obras que criaram alguns problemas à população, que verificou o tipo de obra que lá foi feito, de melhoria do saneamento e distribuição de água. -----

Na zona dos impasses, para quem conhece todo aquele espaço envolvente, teve que se fazer trabalho de melhoria a nível de saneamento, com ligações a coletores, e quando o Sr. Vereador diz, mais um rasgo, mais um buraco, o que diz é que, ou se fazem obras para pôr as coisas como deve ser, ou então não se fazem. O Sr. Vereador verificou que existiu ali um rasgo para um coletor para a avenida Capitão Meleças, para se derivar o saneamento, pois ainda existia algum pequeno a cair no rio Crós-Cós, mas isto só se sabe depois de se filmarem as coisas. -----

Quando se faz a obra é para as resolver, mas o Sr. Vereador tem razão numa coisa, a particularidade daquela zona é difícil, são zonas sem saída, só tem uma entrada e saída, e isso cria problemas às populações.-----

O próprio tomou uma decisão na altura do Natal e Ano Novo, de suspender a obra,



Município
de
Vila Franca de Xira
Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 027

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

o que tinha toda a lógica, já que as pessoas querem ter tudo menos chatice à porta, e aí está o arrastamento dessas 3 semanas em que mandou suspender a obra. -----

No entanto, pode dizer que dentro de 3 semanas a obra está concluída, com pavimentos novos, lancis e passeios. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

CRATERA ABERTA – RUA DIAMANTINO FREITAS BRÁS - ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se à cratera aberta na rua Diamantino Freitas Brás, na Quinta do Forno, em Alverca do Ribatejo, dizendo que já não é só um problema com o proprietário do lote, é um problema de segurança pública, e aquilo que constata, e a fotografia, conforme documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, representa exatamente o que está neste momento a acontecer, que é, de duas, uma, ou está-se praticamente à beira de poder interditar, ou estão criadas todas as condições para que o município faça uma interdição quase total na faixa de rodagem, a bem da segurança de pessoas e bens.-----

Desta forma, gostariam de perguntar à câmara municipal o que fez, que problemas tem encontrado e o que pensa fazer no sentido de acautelar os interesses desta população. -----

Respondeu o Sr. Presidente que esta é uma matéria que se tem vindo a insistir com a proprietária, a obra de recuperação não é simples, nem barata, é uma coisa complicadíssima, pelo menos em custos. Está-se a falar de uma muralha imensa que se tem ali que fazer, naquele tempo deixou-se fazer assim, e, como o Sr. Vereador se recordará, nem sequer tinha a proteção com andaimes. Foi cortado o terreno e assim ficou. -----

Há muitos anos atrás já tinha havido problemas, foram colocados os andaimes, foi feita a contenção de terras, aquilo foi aguentando durante alguns anos, mas agora tem que se encontrar outra solução. Já se falou, mais uma vez, com a proprietária, que se escusa, e se não houver outra solução, vai-se ter que fazer a obra coercivamente. -----

Num orçamento como o da câmara municipal, que está perfeitamente delimitado no tipo de intervenções que se têm de fazer, não gostaria que se estivesse ali a investir um valor apreciável, mas se não houver outra solução, assim se fará. -----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
REQUERIMENTO Nº 1/2015 – VISITA ÀS ANTIGAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA DA
ARMADA -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, cumprimentando todos os presentes, referindo
ter um requerimento para apresentar dos membros da Coligação Novo Rumo, e
dará também alguns apontamentos, mas será rápido. -----

De seguida passou a fazer uma leitura do requerimento, de acordo com o
documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, e
que depois apresentará ao Sr. Presidente, intitulado “Visita às antigas instalações
da Escola da Armada”. -----

Respondeu o Sr. Presidente que é só pedir à empresa que tem a responsabilidade
da propriedade neste momento, que é a Estamo, e solicitar autorização para que
se possa visitar a propriedade, a antiga Escola da Armada. -----

Da parte da câmara municipal o acompanhamento que se faz, relativamente ao
espaço, não é nenhum. Têm-se vindo a acompanhar algumas iniciativas
empresariais que têm sido colocadas, e pouco mais do que isso. -----

De qualquer modo, vai falar com o presidente desta entidade, da Estamo, para se
poder realizar esta visita, e solicitar que haja técnicos da Estamo a acompanhar
essa mesma visita. No fundo, o que o Sr. Vereador vai ver é um espaço
extremamente degradado, com edifícios muito interessantes, aliás como conhecia
no passado, quando aquilo estava a funcionar. -----

De qualquer modo, vai-se providenciar para que essa visita ocorra o mais depressa
possível. -----



[Handwritten signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

REQUERIMENTO N.º 1/2015

Visita às antigas instalações da Escola da Armada

Exº Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira,

Os Vereadores eleitos pela Coligação Novo Rumo na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira vêm por este meio solicitar os préstimos de V.Exa., no sentido de se poder agendar e diligenciar uma data para que os eleitos da Coligação Novo Rumo, quer na Câmara Municipal que na Assembleia Municipal, possam realizar uma visita às antigas instalações da Escola da Armada, sita na Quinta das Torres, encerradas oficialmente desde o dia 31 de Agosto de 2009.

Solicitamos igualmente que a referida visita possa ser acompanhada pelos técnicos que eventualmente tenham vindo a acompanhar o processo deste equipamento, de forma a que possam ser esclarecidas e explicadas eventuais dúvidas.

Vila Franca de Xira, 28 de Janeiro de 2015

Os Vereadores da Coligação Novo Rumo

[Handwritten signature of Rui Rei]

Rui Rei

[Handwritten signature of Vítor Silva]

Vítor Silva



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
AUTOCARRO ESTACIONADO INDEVIDAMENTE -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo-se a um pormenor, um autocarro que se encontra estacionado indevidamente, sendo que já na reunião de 25 de junho o mesmo encontrava-se na Póvoa de Santa Iria. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo chamaram à atenção para este autocarro, que se encontrava há mais de 2 meses estacionado na Póvoa, ele foi removido ainda durante o decorrer da reunião, ora foi apenas transferido de localização. -----

Uma vez que o mesmo autocarro está então há vários meses na EN10, em Alverca, curiosamente num local onde é proibido estacionar, trata-se da mesma viatura. Vai ali continuar abusivamente estacionada? É a pergunta que fazem, e esperam que se possa, eventualmente, encontrar uma resposta para este estacionamento indevido. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que se vai ver o que se passa, e se inclusivamente está em transgressão, é também uma questão que se tem de colocar à PSP, porque já é uma questão que tem a ver com a polícia de segurança pública. -----



Deliberação nº

Respondeu o Sr. Presidente que se vai ver o que se passa, para dar resposta à munícipe. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ZONA RIBEIRINHA - PARQUE LINEAR RIBEIRINHO – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes, referindo que gostaria de colocar algumas questões, e antes de se centrar basicamente no local onde se está, gostaria de chamar à atenção que as constantes intervenções que tem feito sobre a zona ribeirinha ainda não produziram nenhum efeito. Portanto, a zona ribeirinha continua exatamente igual, e os problemas que os membros da Coligação Novo Rumo levantaram, quer de manutenção, quer de iluminação, incluindo os da praia dos pescadores, continuam por resolver. -----

Portanto, gostariam de saber quando é que a câmara municipal pensa efetivamente resolver este problema. -----

Depois, gostariam que se pudesse informar, no que diz respeito à exploração da cafetaria que ali está, com o nome 10 Arte Beach, se eventualmente alguma vez existiu algum contrato ou concurso para aquela cafetaria, porque, da pesquisa que fizeram, para a outra, na zona do bairro dos Avieiros, na 'Póvoa de Santa Iria, existe, mas desta não conseguiram encontrar, e gostariam de saber essa questão em particular. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vice-Presidente falará quanto às questões relativas à zona ribeirinha. -----

No que respeita à cafetaria, como os presentes se recordarão há ali duas situações. Uma é a da praia dos pescadores, não sabe se é dessa que se está a falar, sendo que houve um processo que veio a reunião de câmara que, por melhor fundamentação dos termos do concurso, foi retirado. Foi feita uma prorrogação do contrato com as pessoas que lá estão, e neste momento está-se a concluir o novo procedimento para vir a reunião de câmara, e depois concorrerá quem entender. ---

-----

A

[Signature]

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

TERRENO DO CEMITÉRIO – ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se à questão do terreno do cemitério, em Alverca do Ribatejo, que foi pelos membros da Coligação Novo Rumo levantada a 5 de novembro, e que seria uma matéria para o tribunal analisar. Gostariam de ter mais informação sobre este processo, e perceber o que é que efetivamente vai acontecer, ou o que é que a câmara municipal perspetiva, se eventualmente a empresa ficará com metade do cemitério, e terá metade do cemitério concessionado, e em vez de ser uma empresa de metalomecânica será basicamente metalomecânica mais agência funerária.-----

Gostariam de saber, efetivamente, o que é que vai acontecer nessa situação. -----

Respondeu o Sr. Presidente que esta é uma matéria que está em tribunal, como o Sr. Vereador diz, e bem, é em sede de tribunal que esta matéria vai ser certamente dirimida, de qualquer modo vai-se compilar a informação, para entregar aos Srs. Vereadores da Coligação Novo Rumo. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
ATERRO SANITÁRIO DO MATO DA CRUZ - CALHANDRIZ -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se a algumas questões da Calhandriz, começando por algo que os membros da Coligação Novo Rumo consideram importante, que é o aterro sanitário do Mato da Cruz, que começou com uma lixeira, que inquinou, que tornou não potável todas as águas desta região e zona da freguesia, e que o anterior poder autárquico, liderado pelo Partido Comunista, sempre negou, mas que é uma evidência. Foi uma evidência que a instalação do aterro sanitário criou problemas a toda a gente, nomeadamente nas águas, pois as pessoas deixaram de poder beber essas águas, e na prática puderam só regar, porque as águas à volta estão com problemas, fruto desse aterro sanitário. -----

Mais recentemente há a questão da fuga de lixiviados e do relatório do LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e basicamente, em relação a este relatório, pensa que a câmara municipal deve tomar uma posição, e junto de quem gere o aterro. -----

Do que analisaram, e correndo o risco de poderem dizer algo injusto, mas não lhes parece, este relatório a única coisa que faz é justificar o valor que foi pago ao LNEC. Projetaram-se piezómetros, em que o objetivo seria medir onde estão os lixiviados, e se houve ou não fuga, mas ficaram secos, ou seja, não atingiram o objetivo. Ficaram secos, não atingiram o nível freático, quando existia informação para saber onde é que poderiam ser colocados para atingir esses objetivos. -----

Fizeram-se ensaios de fluorescência e de raio X para procurar metais, não se concluiu nada, e o resultado é aquele que toda a gente percebe, que é continuar a monitorização, e continuar a pagar para monitorizar, mas para não atingir objetivo de coisa nenhuma. -----

Se isto fosse uma empresa privada, diriam que quem adjudicou e quem fez a obra, se não estão feitos, alguma coisa anda por ali, como não é uma empresa privada, e é um laboratório de renome, dirão que é uma tristeza, mas com certeza que deveria haver resultados, para poderem analisar e decidir. Era o que gostariam que fosse verificado, e a câmara municipal, quer o poder político, quer os seus técnicos, não pode deixar passar em branco, tem que se debruçar sobre isto, e os representantes da câmara municipal, na Valorsul, têm que tomar uma posição. -----




Neste caso não é um problema da privatização, é um problema dos gestores que lá estão neste momento, que têm que tomar decisões, porque este aterro sanitário está ao pé das casas da população, não está ao pé das casas de nenhum dos administradores que lá está. Portanto, tem que se tomar uma posição e, já agora, tem que se decidir qual é o futuro deste aterro, porque chega de situações ao longo dos anos, quer para a freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, quer para a de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, quer para o lugar onde está instalado. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o executivo também leu o relatório, e o que tem a dizer é que se está a falar de uma entidade que é o LNEC, que merece toda a credibilidade, porque senão também se está a pôr em causa a credibilidade do LNEC no caso dos edifícios do Monte Gordo. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que a única coisa que transmitiu é o que está no relatório, mais nada. -----

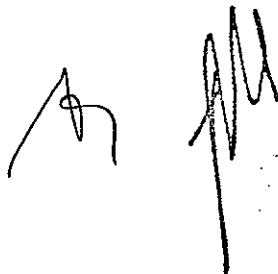
Prosseguiu o Sr. Presidente, referido que o Sr. Vereador também disse que até parece que “foi uma encomenda”. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que não, o que disse foi que aquele relatório, tal como está, a única coisa que parece é que justifica o dinheiro que foi pago. -----

Respondeu o Sr. Presidente que é uma forma inteligente de dizer aquilo que o próprio acabou de dizer. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, questionando se o Sr. Presidente acha que faz algum sentido contratar um serviço que tem de ir medir onde está o nível freático, pôr os piezómetros, aquilo ficar só na terra e não atingir o nível freático, e a conclusão do relatório ser que se deve continuar a monitorizar. A monitorizar o quê? -----

Interveio de novo o Sr. Presidente, referindo que aquilo que pode dizer, sem prejuízo do Sr. Vereador António Oliveira poder falar, pois tem acompanhado mais de perto estas matérias, é que promoveu uma reunião no dia 22. Já era para ter sido, mas por dificuldades de agenda da Valorsul só aconteceu no dia 22, em que estiveram os técnicos do LNEC, alguns dos quais elaboraram o relatório, e onde esteve parte da administração da Valorsul e técnicos. -----



Teve oportunidade de colocar uma série de questões, idênticas às que o Sr. Vereador colocou, na medida em que a preocupação é geral, e as informações que lhe prestaram é que efetivamente, das análises feitas em profundidade, não foram detetados lixiviados. Foi dito que o problema foi de uma rutura numa conduta. Portanto, as informações que lhe prestaram, e da forma como prestaram, deixaram-no menos preocupado do que aquilo que estava, e não tem razões para referir que não se tenha que acreditar naquilo que foi dito.-----

É óbvio que se vai continuar a acompanhar este processo, porque é uma situação que tem vindo a preocupar, na qual se tomaram todas as decisões que se entendeu que se deveriam ter tomado. A monitorização é isso mesmo, é verificar se as questões estabilizaram, se se resolveram ou, eventualmente, se houve algum problema mais.-----

Quanto à lixeira, é um problema que também preocupa, porque efetivamente houve um momento, em finais da década de 90, em que se verificou um problema muito grave, aliás coincidiu, mais ano, menos ano, com a entrada em funcionamento do próprio aterro, em que a lixeira deixou de estar em funcionamento.-----

Foram feitas algumas obras de drenagem, neste momento a drenagem de eventuais lixiviados está a ser feita para poços, e depois esses lixiviados são tratados, pelo que as informações que lhe prestaram deixaram a câmara municipal com alguma tranquilidade.-----

Quanto à questão de até quando o aterro se vai manter, ele vai estar ali mais alguns anos, mas não muitos mais, na medida em que a capacidade do aterro não é infinita, é limitada, e por isso, apesar das células 2. e 3, conforme lhe explicaram, ainda terem capacidade de armazenagem, essa armazenagem também vai ter um momento em que não tem mais capacidade.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, no sentido de fazer só uma sugestão, referindo que pensa que se há essa informação, que, e usando as palavras do Sr. Presidente, os poderá deixar um pouco mais tranquilos, também não se percebe como é que, ou a câmara municipal, ou o sistema multimunicipal, não toma a iniciativa de informar correta e localmente a população. Era o mínimo que se exigia, porque os membros da CDU também leram o relatório, é conclusivo numas




partes, e, noutras, deixa coisas por esclarecer. -----

Não são técnicos, mas há uma coisa que sabem, é que perante dúvidas somam-se mais dúvidas, e aquilo que a câmara municipal tem de fazer é, de duas, uma, ou informar correta e fidedignamente a população, com base na informação que dispõe, ou exigir por parte da gestão multimunicipal que o faça, que é sua obrigação. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que depois o Sr. Vereador António Oliveira, se quiser acrescentar mais alguma questão, acrescentará. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, referindo que o Sr. Presidente já disse o essencial, e o próprio diz que no conselho de administração da Valorsul estão representados os municípios que, em termos de votação, representam minoria, estando a EGF – Empresa Geral do Fomento, em maioria. -----

Isto não impediu que em alguns conselhos, que pode adiantar que foram muito duros, e estão lá as atas, que em caso de necessidade podem ser consultadas, mais não fosse o estar-se com o processo da EGF em curso, em relação aos lixiviados, foi por insistência do município de Vila Franca de Xira que este estudo foi feito. Estão lá os documentos que provam isso, e nesta reunião no dia 22, que era para ser na Valorsul, foi em Vila Franca de Xira, o LNEC, para espanto da câmara municipal, trouxe uma equipa de alguns elementos para esclarecer. -----

Agora, é um facto que a câmara municipal continua atenta e a acompanhar esta situação. -----

Regista, e é positivo, na sua opinião, toda a lógica e preocupação do Sr. Vereador Rui Rei e do Sr. Vereador Nuno Libório, e no próximo conselho de administração irá questionar, porque pessoalmente também concorda, porque é que não há um esclarecimento junto da população, até para uma situação de acalmia, porque o relatório está aí, a nível de informação. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 038

Reunião de 2015/01/28

Proc.^o _____

Deliberação n.^o _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

EQUIPAMENTO PARA SERVIR OS IDOSOS NA CALHANDRIZ -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo voltam a perguntar e a questionar a mesma coisa. Para quando, na Calhandriz, um equipamento que sirva os idosos desta freguesia, e eventualmente das freguesias limítrofes, pois não há lugar melhor, nomeadamente na zona sul do concelho, para uma pessoa que caminha para mais velha, e não para mais nova, poder um dia passar algum do seu tempo do que numa freguesia como esta, em vez de estar emparedado nas freguesias urbanas, entre 4 paredes, que não vê mais nada do que do quarto para a sala, e da sala para o quarto. -----

Assim, convinha que se comesçasse a pensar o território de acordo com as prioridades e as necessidades, e por isso gostariam que isso fosse verdadeiramente avaliado. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que esta é uma matéria em que num ou outro momento já houve possibilidades de ter evoluído, e até muito recentemente, mas está-se perante um problema que era necessário resolver, e são precisas ajudas, ajudas que têm a ver com o Governo, este ou qualquer outro. -----

O Sr. Vereador não deve levar o que o próprio diz com outra intenção que não esta. Os governos, quaisquer que sejam, têm como missão encontrar as soluções que melhor protejam os interesses das populações, e não é possível construir o lar de idosos, que já esteve num ou outro momento pensado, e até antes desde Governo, porque agora não há apoios para construção deste tipo de equipamentos. -----

Bem sabe que é preciso ser muito criterioso na construção de equipamentos, e é muito necessário ter a noção de que equipamentos se trata e de que forma são construídos, sendo que também a legislação, felizmente, foi alterada, pois exigia coisas que se calhar não eram tão necessárias assim. -----

O que é um facto é que neste momento está-se com alguns problemas, pois não há nenhum programa para que as entidades possam avançar com a construção destes equipamentos. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
TRANSPORTES PÚBLICOS -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que aparentemente as câmaras municipais, no futuro, vão poder fazer as concessões dos transportes públicos nos seus municípios. -----

Assim, pergunta o que é que a câmara municipal pensa disto, sendo que os membros da Coligação Novo Rumo já várias vezes disseram, nomeadamente da última vez em que houve uma conversa sobre a matéria, e com a anterior presidente de câmara, que quando o Estado perguntou às câmaras o que é que queriam face aos transportes públicos, a maioria dos municípios, incluindo a câmara municipal, disse que queria uma reunião com o secretário de Estado.-----

A câmara municipal não estudou as necessidades de transportes no concelho, não tem nenhum estudo que diga onde é que estão os fluxos, de onde é que vêm, para onde é que vão, a que horas apanham os transportes, ou como é que está a ligação dos autocarros ao caminho de ferro, mas queria uma reunião com o secretário de Estado. -----

Desta forma, deixa uma sugestão, que é a de que, face a isto, convinha que a câmara municipal se preparasse, para definir e avaliar as verdadeiras necessidades de transportes públicos que os cidadãos têm, e têm muitas, nomeadamente na Calhandriz, para chegar a Alverca e vir de Alverca, porque esta localidade, apesar de pertencer à União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pertence e está ligada historicamente a Alverca, não está ligada historicamente a outro lado do concelho. -----

Só não foi tratado convenientemente por culpa do Partido Socialista e do Partido Comunista, por culpa destas duas organizações, pelo que hoje em dia os homens da Calhandriz vão para Alhandra. Continuam a ir para Alverca, mas historicamente agora ficam ligados a Alhandra. -----

Neste sentido, convinha que a câmara municipal pensasse o que quer, e quais são as necessidades dos cidadãos face aos transportes públicos. -----

Respondeu o Sr. Presidente que naturalmente que nesta questão das concessões através das câmaras municipais se tem de ter algum cuidado, porque há câmaras municipais que têm transportes a seu cargo, e estão há muito anos disponíveis



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 040

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

para se verem livres deles.-----
É preciso ter algum cuidado, mas agora o que é necessário é, justamente, a
câmara municipal ter informação e estudos necessários para poder, em qualquer
momento, exigir que nas concessões que venham a acontecer alguns horários e
fluxos de transporte estejam incluídos nessas mesmas concessões.-----
Nisso, com certeza que o Sr. Vereador tem razão.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
SITUAÇÃO DAS PALMEIRAS NO CONCELHO -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que a câmara municipal, através do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira e vice-presidente atual, apresentou há uns anos um relatório com a identificação de todas as árvores existentes no concelho.-- Tem-se essa identificação, e qualquer pessoa de bom senso reconhece que o que afeta as palmeiras não permite que a câmara municipal proteja todas, até porque nem todas carecem de ser protegidas, pois nem todas estão plantadas no seu devido lugar ou têm um objetivo correto. -----

Contudo, os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber quais são aquelas que são protegidas. Quais são aquelas que a câmara municipal definiu como terem necessariamente que ser protegidas, face à praga do escaravelho que está a dizimar todas as palmeiras? -----

À primeira análise o que diria é que são as palmeiras com anos e anos, algumas que até já existiam quando era miúdo e andava de calções, nos palácios que a câmara municipal tem no seu património. À primeira vista serão essas, mas com certeza que há mais, e gostava de conhecer o plano que a câmara municipal tem para proteger essas palmeiras. O que é que se está a fazer? Quanto é que custa a proteção de cada palmeira? Quais são os resultados que se estão a ter face ao objetivo.-----

Portanto, a partir daí, eventualmente, conseguirão ter conhecimento.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que este assunto é da área do Sr. Vice-Presidente, e é ele que vai falar.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que, de facto, já se tem falado sobre esta questão em reunião de câmara, é uma praga que surgiu em Portugal na zona sul, nomeadamente na área metropolitana sul, curiosamente na margem sul do Tejo e num único município na margem norte, Cascais. Depois, veio daí a contaminar o resto dos municípios desta zona da Direção-Regional da Agricultura. -----

Estabeleceu-se uma prioridade imediata, que foi a proteção exatamente das palmeiras mais antigas, das palmeiras do palácio da Quinta da Piedade, que têm uma estrutura ao longo da avenida. Tem-se estado numa luta intensa com o escaravelho em causa, mas está-se com alguma convicção de que se vai conseguir



Reunião de 2015/01/28

Deliberação nº

Contudo, em termos de prioridade, de facto as da câmara municipal são aquelas em concreto, porque são um conjunto organizado e com algum interesse histórico,-



Fl. Ata 043

Proc^o

Deliberação nº

Respondeu o Sr. Presidente que se vai procurar responder. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

REQUERIMENTO N.º 2/2015

Pedido de informação sobre Protocolos

Exº Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira,

Os Vereadores eleitos pela Coligação Novo Rumo na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira vêm por este meio requerer a V. Exa., informação detalhada sobre todos os Protocolos assinados pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira em vigor e aos quais estejam associados compromissos por assumir por esta entidade, bem como a fase processual em que se encontram.

Consideramos “compromissos por assumir” as obrigações de efectuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições.

Vila Franca de Xira, 28 de Janeiro de 2015

Os Vereadores da Coligação Novo Rumo

Rui Rei

Vítor Silva




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
QUESTÕES RELATIVAS À ORDEM DO DIA -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que dará início à ordem do dia, e que há pedidos de intervenção, não diria nos pontos todos, mas em grande parte deles, ou seja, 2, 3, 7, 8, 9, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38 e 39. -----

Há estes pedidos de intervenção, e os demais, que são poucos, estão aprovados por unanimidade. -----

Depois, e quanto ao ponto 28, tem a referir que no mapa de quantidades, onde se fala em passeadeiras, o número que deveria estar indicado não é o que está, porque obviamente foi um erro de simpatia, um lapso, e é um número de 10 passeadeiras. --

No que diz respeito ao ponto 36, o valor do subsídio a atribuir aos Companheiros da Noite não é de 20 000,00€, mas sim de 16 900,00€, porque foi possível encontrar uma solução de aquisição de viatura mais barata. Resolveu-se então, depois desta informação que foi prestada pelos Companheiros da Noite, alterar, conforme distribuição do documento que os Srs. Vereadores têm na sua posse. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, para fazer dois pequenos apontamentos, dizendo que pensa que, conhecendo o Sr. Presidente a forma como os membros da CDU abordam estes assuntos, reconhecerá, na pequena observação que fazem, todo e qualquer sentido para melhorar o conteúdo e melhor funcionamento da ordem de trabalhos. -----

O Sr. Presidente fez bem em relembrar os pontos sobre os quais as diferentes bancadas querem intervir, porque, ouvindo como ouviram logo no início desta reunião, o Sr. Presidente parece que apresentou algumas situações como dados adquiridos, querendo valorizar algumas iniciativas, que eventualmente até podem vir a ser aprovadas, mas deverá haver do Sr. Presidente alguma prudência na forma como apresenta alguns assuntos que ainda não estão discutidos, e muito menos aprovados. -----

Portanto, este é um pequeno ponto, que pensa que o Sr. Presidente tomará como uma pequenina nota de sugestão. -----

Depois, como segunda questão, se tudo correr bem esta reunião de câmara terminará por volta das 14h00, mas muito estranhamente os membros da CDU



Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que só a primeira questão é que tem a ver com a ordem do dia, a outra é sobre questões de outro carácter, e aquilo que quer referir é que não deu nada como adquirido, disse que ia ser discutida esta matéria.



Assunto: ATA Nº 29/2014, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2014/12/17-----

Presente para aprovação a ata da reunião de câmara de 2014/12/17, com dispensa da sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata nº 29/2014, da reunião de câmara de 2014/12/17.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 047

Reunião de 2015/01/28

Procº DCTAE.00DM.

Deliberação nº 019

1. Assunto: ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO "LARGO DA MÚSICA" NO CASAL DA VINHA VELHA DA MATA – VILA FRANCA DE XIRA – REVOGAÇÃO-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 26/15, de 16/01, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aprovação da revogação da deliberação tomada na reunião de 2008/07/16, relativa à atribuição do topónimo "Largo da Música", no Casal da Vinha Velha da Mata, em Vila Franca de Xira. -----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 26/15, de 16/01, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
4. Dotação orçamental: -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
- Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que os membros da CDU pediram intervenção neste ponto só para manifestarem alguma estranheza e desconforto relativamente a este processo, sendo a estranheza pelo facto de passados estes anos todos nunca os serviços, quer da junta de freguesia, quer da câmara municipal, terem detetado que estavam a atribuir um topónimo numa propriedade privada. -----
- Estranham isso, se bem que se está a falar à data de 2008, e também estranham todo o atraso neste processo e algum desconforto, e gostavam que a câmara municipal tomasse algumas medidas para que o Simplex Autárquico também funcionasse nesta matéria. Estar 15 meses à espera que os serviços da câmara municipal tragam a plenário da mesma uma decisão de revogação de topónimo, parece-lhes exagerado, e está a dizer 15 meses porque é a data que medeia entre a remessa deste assunto por parte Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, em outubro de 2013, à câmara municipal, e a subida a plenário na data de hoje.-----

Passaram-se 15 meses, e julgam que é tempo demasiado para um assunto que no fundo acaba por ser quase um não assunto. Além de não ter sido detetado que a propriedade era privada, e deveria ter sido logo no início, mas passou, e é de somenos, a questão de se estar tanto tempo à espera que o assunto suba a plenário parece-lhes exagerado. Estes assuntos deveriam ter uma celeridade maior no seu tratamento, a bem dos reclamantes, que é o proprietário da propriedade, que está praticamente há 3 anos à espera de uma resposta da câmara municipal à sua reclamação.-----

Assim, desejam e recomendam que o Simplex Autárquico também funcione aqui. ---
O Sr. Presidente interveio, pedindo ao Sr. Vice-Presidente para depois falar sobre o Simplex Autárquico.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo também lamentam o sucedido, e pedem à câmara municipal que tome medidas para que não volte a acontecer. -----

Depois, este processo teve início em novembro de 2012, data em que o proprietário solicita a retirada do topónimo, e só quase 1 ano depois é que a junta de freguesia envia um ofício à câmara municipal, em outubro de 2013. O processo na câmara municipal demorou mais de 1 ano até chegar à revogação agora pretendida, e por isso pensa que não é realmente uma boa imagem para a câmara municipal e para os seus serviços toda esta demora que as coisas levaram para se tomar uma decisão, que erradamente também não devia ter acontecido.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que este, de facto, é um não assunto, como disse o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, e demorou a vir à câmara municipal exatamente porque foi preciso ir verificar o conjunto de afirmações que eram levantadas pelo proprietário. Foi depois preciso pedir um parecer jurídico sobre esta matéria, mas para todos os efeitos o que vem hoje à reunião de câmara é tão só a revogação do topónimo, uma vez que, embora haja utilização pública daquele espaço, aliás no interesse do próprio proprietário, a verdade é que, em termos de registo de propriedade ele é privado ainda, uma vez que é uma zona rural por cima de Vila Franca de Xira. -----

Foi preciso fazer todas essas verificações jurídicas antes do processo estar em condições de vir a reunião de câmara, e o que vem é tão só a questão do

Handwritten initials and signature in blue ink.

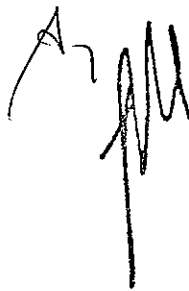
topónimo, não tem a ver com a propriedade do próprio terreno.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que julga estarem esclarecidas as questões colocadas.-----

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio, mencionando que estão esclarecidas, e os membros da CDU já estavam esclarecidos desde o momento que leram o ponto. A questão não está aí, nem foi essa, pois leram os documentos e ficaram esclarecidos, mas o próprio também gosta muito de ouvir o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira. -----

Gosta sinceramente de o ouvir, acha o discurso muito bonito, muito florido, muito redondo, é um discurso que gosta de ouvir, só que muitas vezes é desprovido, porque este parecer jurídico a que o Sr. Vereador alude, e muito bem, foi pedido, mas data de abril do ano passado. O parecer saiu em abril do ano passado, está-se em janeiro do ano a seguir, pelo que, independentemente da justificação do Sr. Vereador, que aceita, porque está explanada nos documentos, não retira rigorosamente nada à intervenção da CDU, e ao demasiado tempo que demorou, a partir do momento que a resolução jurídica e o parecer jurídico saem, até subirem a plenário.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 313/15, de 19/01, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2015/01/01 e 2015/01/16.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 313/15, de 19/01, do DGAFJ/DRH, mapa e respetivos documentos, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----
-----
6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que vai aproveitar para falar de uma questão, com a permissão do Sr. Presidente, e promete que será sintético, sem prejuízo de poder voltar noutra reunião de câmara ao assunto.-----
Há cerca de uma semana ou duas foram implementados novos horários na biblioteca municipal de Vila Franca de Xira, com a constituição de 6 equipas, de 3 elementos cada, e os membros da CDU pensam que se vão criar sérios problemas familiares a estes 18 trabalhadores da biblioteca, e que se trata de uma desregulação familiar.-----
Assim, gostariam de sensibilizar a câmara municipal na tentativa de poder rever esta situação, até porque não esquecem, e muito bem, que a autarquia é familiarmente responsável. Tem o galardão, e portanto deve ter isso em consideração. Pensam que a situação cria sérios problemas aos trabalhadores, e admitem que com mais trabalhadores os horários poderiam ser feitos de outra maneira. -----
Não sabem se tem a ver com a alteração do horário da biblioteca, questão que ainda está para responder, relativamente à reunião de que o próprio falou há momentos, de 19 de novembro, que é dos tais pontos que o Sr. Presidente ainda

[Handwritten signature]

tem que responder. Não sabem se é influência daquele horário, que ainda não veio a reunião de câmara para ser aprovado ou não, da abertura de alguns espaços da biblioteca, contudo, como disse, quer ser breve, não vai roubar tempo, apenas aproveitou este ponto para falar.-----

A questão que coloca é a sensibilização para estes horários, e o horário de abertura da biblioteca virá certamente numa altura em que o Sr. Presidente terá tempo para responder. -----

Interveio o Sr. Presidente, agradecendo ao Sr. Vereador Aurélio Marques e dando a palavra ao Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando-lhe se também vai falar “à boleia”.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio referindo que “vai à boleia”, “entra no autocarro”, “sai dele”, e o interesse é sempre o mesmo, sendo que o Sr. Presidente deve acreditar que da parte da CDU encontrará toda a postura construtiva, no sentido de defender os interesses dos trabalhadores do município.-----

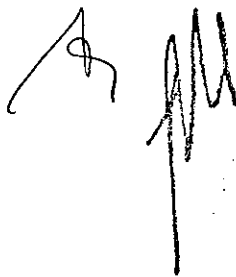
Interveio de novo o Sr. Presidente, questionando se o Sr. Vereador Nuno Libório vai falar sobre o ponto. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que pensa que sim. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que é preciso que todos se comecem a disciplinar, porque se se quer aproveitar um ponto objetivo, concreto e claro que está na ordem do dia, está muito bem, mas se se quer aproveitar o ponto para falar em múltiplas outras coisas que não têm nada a ver com o ponto, naturalmente que o próprio tem que tomar outro tipo de atitudes, porque então os Srs. Vereadores, antes da ordem do dia, podiam colocar essas questões todas.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo ao Sr. Presidente que pensa que já uma vez tinha falado o que irá dizer, e com toda a estima e consideração que o Sr. Presidente lhe merece, e que aliás todos lhe merecem, gostaria de dizer que não está a desempenhar funções idênticas às do Sr. Presidente, porque respeita aquilo que foi a decisão popular, mas se estivesse no lugar do mesmo muito grato ficaria se tivesse vereadores na câmara municipal como aqueles que existem na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.-----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que na semana passada não foi isto que foi dito, e pede que se registe isto, pois a semana passada os Srs. Vereadores



disseram que havia vergonha. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que mudaram de opinião.-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio de novo, referindo que era preciso que o Sr. Presidente “metesse” regras na casa.-----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Pereira, mencionando que na semana passada nem houve reunião, nem reunião existiu. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que foi um pedido de desculpas, e há um lapso de datas. -----

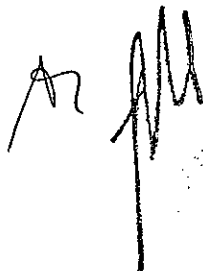
O Sr. Vereador Rui Rei interveio novamente, pedindo desculpa e dizendo que é um pedido de desculpas e está aceite. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, referindo que todos têm que se entender, porque a continuar assim tomará as decisões que bem entender. Quem está a assistir a estas reuniões é para ser esclarecido, para ouvir e saber o que os eleitos têm para dizer, não é para outro tipo de atitudes, mais ou menos populistas. Por isso, recomenda a todos e à sua bancada, naturalmente, pois não tem uma direção estrita, que tenham outro tipo de condução nas intervenções que fazem, pois assim não há condições das pessoas virem a respeitar os eleitos, porque chegam e verificam que os mesmos, de vez em quando, extravasam e passam daquilo que é o razoável. -----

Por isso, pergunta ao Sr. Vereador Nuno Libório se vai falar sobre o ponto. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, respondendo que sim, e dizendo querer mesmo terminar, até para, no âmbito da responsabilidade que lhe está conferida, em termos de bancada, concluir a sua intervenção.-----

Quanto às questões que pretende colocar, e para o Sr. Presidente ficar tranquilo relativamente ao modo que assiste aos membros da CDU, de quererem falar neste ponto, dos atos praticados pelo Sr. Presidente na área de pessoal, o que diz é que são atos indelegáveis, ou seja, o Sr. Presidente não pode delegar a nenhum dos vereadores nenhum dos atos referidos na relação de despachos. É só por isso, e o Sr. Presidente compreenderá que, se não tiverem oportunidade de o questionar ou indagar sobre algumas questões que se prendem com os atos praticados pelo mesmo, não terão outra oportunidade para o fazer. Essa é a intenção que esteve sempre subjacente a pedidos de intervenção relacionados com os despachos da



área de pessoal.-----

Depois, e concretizando, tiveram conhecimento que, e esperam bem que a situação já esteja devidamente resolvida, porque tiveram conhecimento dela em meados da semana passada, está pendente um despacho do Sr. Presidente relativamente às rececionistas das piscinas, por abono de falhas. Assim, a bancada da CDU queria saber se esta questão continua por esclarecer ou despachar. -----

Para terminar, relativamente à mobilidade intercarreiras, o Sr. Presidente e o Partido Socialista foram ao encontro duma proposta da CDU, que já teve repercussão no orçamento de 2014, e continua para 2015, que foi de grande alcance, que é o possibilitar que todos aqueles que entrem no processo de mobilidade intercarreiras tenham o respetivo acréscimo de salário. -----

Acontece porém que, sendo conhecedores que há um conjunto de trabalhadores que, muito tardiamente, em meados de janeiro, tiveram conhecimento de que havia a necessidade de apresentarem novo requerimento, uma vez que esta requalificação por mobilidade intercarreiras estava limitada no tempo, com corresponde afetação remuneratória, constataram que houve um conjunto apreciável de trabalhadores na câmara municipal que, no vencimento de janeiro, retomaram a remuneração anterior à sua progressão intercarreiras.-----

Portanto, têm a opinião que esta questão deve ser reparada o mais urgentemente possível, e as decisões que tiverem de ser tomadas sobre a matéria, no sentido de manter esses trabalhadores em escalão superior do ponto de vista remuneratório, devem inclusivamente ter efeitos retroativos. -----

Desta forma, gostariam de perguntar ao Sr. Presidente, no âmbito das suas competências, o que pensa fazer sobre isto. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que mais uma vez as questões não têm nada a ver com o ponto, e de facto o Sr. Vereador tinha toda a oportunidade de as ter colocado, e o Sr. Vereador Aurélio Marques, no período respetivo, que era o período antes da ordem do dia.-----

Quanto à questão, saiu um despacho a clarificar o que tem que ser feito relativamente às questões da mobilidade intercarreiras. Esse despacho existe, é do conhecimento dos trabalhadores, e também refere que se houver necessidade de retroatividade, ela será feita. -----

[Handwritten signature]

Agora, não é possível prorrogar automaticamente as mobilidades intercarreiras, sem se saber se efetivamente a situação se mantém ou não, se há alterações ou não há. Há questões que se têm de avaliar, e por isso não há nada a fazer senão tornar o processo transparente e o mais rigoroso possível. Ninguém será naturalmente prejudicado, é uma avaliação que vai ser feita, e não tem nada de mais, a não ser que a câmara municipal, ao fim ao cabo, o que fez foi criar condições para que as pessoas que estejam a desenvolver tarefas no âmbito de outra classificação intercategoria ou intercarreiras possam ter também o correspondente salário, e é isso que se tem vindo a fazer.-----

Provavelmente, se for avaliar esta questão noutros sítios, não é assim que se passa, mas em Vila Franca de Xira é o que se passa, pelo respeito integral dos trabalhadores, e sobre isso tem a consciência muito tranquila. Passando este aspeto, passará para o ponto seguinte da ordem do dia.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, relembrando a questão do abono para falhas.-----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que é uma matéria que se está a avaliar, porque na opinião do executivo municipal tem que se avaliar bem se é exigível que todas as pessoas que estão identificadas, efetivamente, neste momento, tenham abono para falhas. É uma avaliação que se está a fazer, e quando se tiver a avaliação feita resolver-se-á aquilo que se tem de resolver.-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, questionando se não há nenhuma resposta à questão que levantou.-----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que o Sr. Vereador fez a pergunta e a resposta, ao que o Sr. Vereador Aurélio Marques disse que não deu resposta nenhuma.-----

Interveio de novo o Sr. Presidente, respondendo que deu, e disse que era uma matéria que depois se falaria num período mais à frente, o que registou. O Sr. Vereador não fez uma pergunta concreta, colocou uma situação em que diz que há problemas de carácter familiar, e naturalmente que registou essa preocupação. Pelo menos foi o que percebeu, e pede desculpa se não foi assim.-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que o Sr. Presidente já respondeu agora.-----

Interveio de novo o Sr. Presidente, dizendo que pelo menos foi uma interpretação

Handwritten signatures and initials.

que fez, foi uma recomendação que o Sr. Vereador fez, que registou. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo licença para falar. -----

O Sr. Presidente interveio, questionando se é sobre este assunto outra vez. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que sim, mas é um direito que assiste ao Sr. Presidente não lhe dar a palavra, e portanto também não vai ficar triste por isso. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que os Srs. Vereadores, em 40 pontos, querem falar em 26, ao que o Sr. Vereador respondeu que se calhar o Sr. Presidente deveria ouvir mais. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que assim nunca mais daqui se sai, e é esse o problema, ao que o Sr. Vereador Nuno Libório respondeu que saem. -----

Disse ainda o Sr. Presidente que já esclareceu o que tinha para esclarecer, e o Sr. Vereador, se quiser mais esclarecimentos relativamente ao que disse, depois noutra oportunidade o fará. -----

Desta forma, seguir-se-á para o ponto 7 da ordem do dia. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, questionando se o Sr. Presidente lhe retira a palavra. -----

Respondeu o Sr. Presidente que não retira, já respondeu ao Sr. Vereador, e não há mais esclarecimentos a dar. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, respondendo que está muito bem, está escrito, não tem problema, e depois está 6 meses sem responder. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----




Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: -----

Despacho nº 309-A/2015, de 12 de janeiro, II série, que aprova as tabelas de retenção na fonte para vigorarem durante o ano de 2015;-----

Decreto-Lei nº 8/2015, de 14 de janeiro, I série, que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 187/2007, de 10 de maio, e revoga o Decreto-Lei nº 85-A/2012, de 5 de abril, estabelecendo as condições que vigoram, durante o ano de 2015, para o reconhecimento do direito à antecipação da idade de pensão de velhice no âmbito do regime de flexibilização; -----

Lei nº 4/2015, de 15 de janeiro, I série, que procede à primeira alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada em anexo à Lei nº 166/99, de 14 de setembro; -----

Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro, I série, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei nº 29/2014, de 19 de maio, aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo.-----

Tomado conhecimento.-----




1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2015/01/08 e 2015/01/21, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
3. Informações/pareceres:-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----
-----
6. Propostas:-----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 058

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: BALANCETES -----
-----
2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais-----19 742 896,77€
Dotações não Orçamentais----- 1 734 069,66€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais----- 2 783 267,14€
Dotações não Orçamentais----- 353 941,07€
-----
3. Informações/pareceres: -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: -----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento, -----

A *MM*

1. Assunto: 2ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 1ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2015 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 8/15, de 22/01, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 2ª alteração ao orçamento e plano plurianual de investimentos e da 1ª alteração ao plano de atividades municipais da câmara municipal para 2015.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 8/15, de 22/01, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Aurélio Marques, dizendo que sobre a 2ª alteração ao orçamento tem só um pedido de esclarecimentos, que possivelmente até estarão nos documentos do PPI e PAM, mas sinceramente não conseguiu lê-los, provavelmente devido a serem muito pequeninos, e não conseguiu ver. Se calhar o defeito é do próprio, mas o Sr. Vereador António Félix, com a sua simpatia habitual, irá esclarecer. -----

Há uma verba de 60 000,00€, de “serviços urbanos e iluminação pública”, e não sabe se é possível dizer onde é realmente essa iluminação pública. -----

Depois, quanto ao “reforço das freguesias”, há uma verba de 50 000,00€ e uma de 11 000,00€, e pede ao Sr. Vereador que o possa esclarecer o que é. -----

Quanto a “instalações de serviços”, são cerca de 23 200,00€, e questiona o que é, se serão despesas do Balcão Único. -----

Há ainda “investimentos incorpóreos” no valor de 61 000,00€, bem como uma



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

M

Fl. Livro _____

Fl. Ata 060

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

verba de 23 300,00€ para as instituições sem fins lucrativos.-----
Está-se a reportar aos reforços, sendo que nas diminuições foram retirados aos “encargos da cobrança de receitas”, que pensa que são relativos àquelas empresas para recolher as receitas, de que em tempos se falou, 100 000,00€. Questiona se é sinal de que há menos valores a pagar, e agradece, se for possível, o esclarecimento.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador António Félix vai responder às questões que tiver condições de responder, mas, no fundo, em termos gerais, a necessidade de se fazer esta alteração é para corresponder a pagamentos que transitaram de 31 de dezembro. Há questões de carácter mais fino, e aí dá a palavra ao Sr. Vereador António Félix.-----

Interveio o Sr. Vereador António Félix, cumprimentando todos os presentes, e referindo que antes de responder gostaria de dar umas quantas notas breves. -----

Em primeiro lugar, esta 2ª alteração resulta, como sempre, da necessidade que a câmara municipal tem de refletir, no ano 2015, os pagamentos que não conseguiu fazer durante o ano de 2014, ou seja, responsabilidades de 2014 que passam para 2015. Como é do conhecimento, alguns fornecimentos terminam a 31 de dezembro, é completamente impossível a câmara municipal fazer os pagamentos ainda dentro daquele ano, e passarão para o ano seguinte. -----

Neste contexto, gostaria de fazer, publicamente, um elogio aos trabalhadores do município, que fizeram um trabalho fantástico no final do ano, no sentido de se conseguir pagar o máximo possível ainda dentro de 2014, o que se refletiu na redução do montante que passa de um ano para outro. De 2013 para 2014 tinha-se passado com mais de 4 milhões de euros, este ano passou-se com 3,5 milhões de euros, o que se deveu a um grande esforço de todos os funcionários.-----

No caso específico, muito concretamente, das perguntas levantadas pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, as diminuições não têm a ver com uma redução, mas apenas com o facto de, para se poder fazer face a estes pagamentos, os valores terem que se ir buscar a algum lado, enquanto não forem incluídos no saldo da conta de gerência.-----

Portanto, vão-se buscar às rubricas que nesta altura não precisam de ter lá aquele montante todo, mas este montante terá que ser repostado no futuro, até porque

estes encargos de cobrança de receita têm a ver com os encargos que a câmara municipal tem de pagar à autoridade tributária, pelo simples facto de fazer as cobranças, quer do IMI, IRS, IMT e IUC. Desta forma, no futuro a verba terá que ser reforçada, com esta diminuição. -----

Relativamente às questões dos 50 000,00€ das freguesias, tem a ver com aquele subsídio que foi dado às freguesias, e que algumas ainda não receberam, mas vão receber. São duas, pelo que são 25 000,00€ + 25 000,00€. -----

Quanto aos 60 000,00€ que estão especificados, têm a ver com “estruturas de iluminação”, e a candidatura ao programa do plano de promoção de eficiência do consumo de energia elétrica. -----

O montante de 23 000,00€, de que o Sr. Vereador falou, tem a ver com o quartel da PSP. -----

Relativamente aos 11 000,00€, terá que ser feita ainda uma alteração no futuro, porque tem a ver com o pagamento que a câmara municipal tem que fazer à distrital de Lisboa. A verba ficou nesta rubrica, mas vai ter que ser criada uma rubrica própria para poder ficar correto, contudo, nesta altura, até porque se tem que fazer o pagamento, teria de ser considerada numa outra rubrica. -----

Relativamente às outras instituições sem fins lucrativos, o montante tem a ver com aquilo de que já se falou, dos “Companheiros da Noite”, é o montante para a compra da carrinha. Eram 20 000,00€, o restante valor são pequenas coisas, agora vai ser menos obviamente, e será corrigido no futuro. -----

Assim, crê que respondeu a todas as questões. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando não saber se respondeu aos “investimentos incorpóreos”. -----

O Sr. Vereador António Félix interveio, esclarecendo que são vários projetos. São muitos, mas basicamente o que consta na documentação, dos 61 000,00€, é o levantamento hidrográfico do cais de Vila Franca e do cais de Alhandra. -----

Há uma outra verba grande, de 492 000,00€, que tem a ver com o rio Grande da Pipa. Assim, basicamente, crê que respondeu a todas as questões do Sr. Vereador.

Interveio o Sr. Vice-Presidente, agradecendo ao Sr. Vereador António Félix pela simpatia, dizendo que crê que se considera este ponto aprovado por unanimidade.

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que, como é normal, o voto dos



Município
de
Vila Franca de Xira
Câmara Municipal

A

M

Fl. Livro _____

Fl. Ata 062

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

membros da CDU é a abstenção.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que o ponto fica então aprovado, com a abstenção dos Srs. Vereadores da CDU. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 063

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº 021

1. Assunto: FUNDOS DE MANEIO PARA 2015-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 12/15, de 21/01, do DGAFJ/DFPCO, para aprovação dos fundos de maneio para 2015. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 12/15, de 21/01, do DGAFJ/DFPCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que aquilo que os membros da CDU chamam à atenção é que, dos vários fundos de maneio hoje para aprovação, há um que pertence ao órgão assembleia municipal que, como todos sabem, não é dotado de um orçamento próprio, apesar do órgão que é, e daquilo que realmente deve representar para o município e para os munícipes vila-franquenses.-----
Aquilo que lhes parece é que, ao abrigo, nem que fosse, deste fundo de maneio, se poderia dotar este mesmo órgão de maior capacidade para dar algo mais de dignidade às próprias condições que tem, para receber munícipes e poder fazer o seu trabalho ao longo do ano.-----
Não falam obviamente de o dotar de condições para poder modificar, alterar, manter ou melhorar o edifício onde existe, que é camarário, pois aí teria que ser "o senhorio" a fazer a intervenção, sendo que, "a talhe de foice", o edifício já vai merecendo também ter outras condições, mas no que toca concretamente à disponibilidade da própria assembleia municipal e dos seus eleitos se poderem dotar, de alguma forma, de fundos para poderem fazer algo de diferente daquilo que hoje permite.-----
Se se olhar para o fundo de maneio, está-se a falar, números redondos, em pouco

A M

mais de 100,00€ por mês, e pergunta: Um órgão como a assembleia municipal, que queira fazer, como fará? -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que já responderá, dando a palavra ao Sr. Vereador Vítor Silva.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo pretendem, no fundo, fazer uma constatação.-----

Relativamente ao ano passado há uma quebra de cerca de 45% no valor a atribuir a fundos de maneo, e bem sabem que os recursos são cada vez menos, mas também em 2014 aprovaram-se 13 270,00€ por mês, num total de 159 240,00€/ano, e no ano anterior, 2013, cerca de 12 000,00€ por mês. Assim, ou no passado foram mal estimados, ou este ano efetivamente constatou-se que, além de ser necessário reduzir, não são necessários aqueles valores. -----

Esta é a pergunta que fazem, se efetivamente são algumas destas situações que se colocam. Não era necessária tanta distribuição de fundos de maneo, ou efetivamente é uma questão de cada vez os recursos serem menos e fazer opções mais condicionadas e limitadas aos recursos existentes?-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que efetivamente o que se traz hoje à reunião são valores de fundos de maneo mais próximos com o que foi utilizado em ano anterior, e em vez de se ter uma margem tão grande, que depois não é utilizada, resolveu-se definir um valor mais próximo do que habitualmente é utilizado.-----

Caso se torne necessário, depois virá a reunião algum acerto, mas em princípio não será preciso, e a ideia é mesmo que essa disponibilidade de verba que está depois fisicamente entregue aos trabalhadores possa estar adequada ao que é normalmente a necessidade urgente e inadiável que os serviços encontram, e essa é a razão fundamental. -----

Dando já a resposta ao Sr. Vereador Rui Pereira, o que diz é que os fundos de maneo são para utilização em verbas urgentes e inadiáveis para pequenas aquisições dos serviços, e o valor do fundo de maneo da assembleia municipal é o adequado ao que, de acordo com a lei, ele deve servir.-----

Outra coisa diferente, relacionada com a intervenção do Sr. Vereador, não tem a ver com o fundo de maneo, tem a ver com outro tipo de investimentos ou



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 065

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

funcionamento, que não se prende com o ponto em questão. De qualquer das maneiras, para o ponto em questão é o valor que normalmente é necessário para as pequenas coisas que eventualmente são precisas adquirir ao longo do mês.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: QUOTIZAÇÃO DA AMEGA PARA 2015 – ATUALIZAÇÃO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 11/15, de 19/01, do DGAFJ/DFPCO, para aprovação da atualização da quota para 2015 da AMEGA – Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água, para o valor de 3 146,04€. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 11/15, de 19/01, do DGAFJ/DFPCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que os membros da CDU pediram intervenção simplesmente para dizerem, quanto à tomada de decisão para a comparticipação financeira da câmara municipal, independentemente do valor a cada momento nestas associações, que diz o bom senso que quando este assunto vem a reunião de câmara deveria trazer uma fundamentação, que justifique o investimento que vai ser feito, independentemente, como disse, do valor, e que justifique a permanência, as vantagens e a mais-valia para o município de pertencer a esta ou outra qualquer associação de que seja associado.-----
Neste sentido, tendo em conta que o ponto não traz rigorosamente nada, traz só uma carta da associação em si, a dizer qual é o valor da quotização para o ano de 2014, gostavam de solicitar a retirada do ponto, que fosse agendado para uma nova oportunidade, e que entretanto lhes fosse entregue o relatório de atividades e contas desta associação, para uma análise e decisão mais habilitadas por parte da bancada da CDU relativamente a esta matéria.-----
Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que não sabe se o Sr. Vereador António

Oliveira, sob o ponto de vista da AMEGA, pode dar alguma informação.-----

O Sr. Vereador António Oliveira interveio, mencionando, em relação ao adiamento do ponto, que não será possível, porque esta quota decorre duma obrigação de pagamento junto da associação. -----

Em relação ao relatório, será relativamente fácil pedir, e aliás os serviços têm o relatório da AMEGA, que poderão fazer chegar às duas bancadas. -----

Quanto ao facto de ser presente este ponto, o município de Vila Franca de Xira é sócio da AMEGA, mas posteriormente serão os SMAS que sempre, ao longo da história, fazem a sua intervenção nesta associação. -----

Atualmente justifica-se, e recorda-se que houve tempos em que se colocou a questão de pertencer a esta associação, mas hoje em dia, se outro motivo não existisse, há a situação que os Srs. Vereadores conhecem, relacionada com a privatização da água e o sistema intermunicipal. Portanto, convém e é de bom-tom que Vila Franca de Xira esteja nestas associações, nomeadamente esta, com as posições concertadas, considerando os municípios que fazem parte da mesma, sendo que há tomadas de posição que convém serem em bloco, nomeadamente na área de Lisboa e Vale do Tejo.-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, agradecendo os esclarecimentos do Sr. Vereador António Oliveira relativamente a esta matéria, e dizendo que é lógico que compreende que diga que o ponto não pode ser retirado. Compreende, porque a carta da AMEGA diz concretamente que a quotização deve ser paga até ao final de janeiro, e não se vai ter outra reunião de câmara antes do final de janeiro. No entanto, o que diz também é que o ofício da AMEGA deu entrada nos serviços da autarquia no dia 9 de dezembro de 2014, e também já poderia ter vindo a reunião de câmara mais cedo.-----

Compreende a situação, não quer dizer que os membros da CDU a aceitem de bom-grado, e mais uma vez há um ponto colocado à pressão para resolução e decisão de um momento de pressão, e aquilo que podem dizer, se o executivo não aceita retirar o ponto, é que a bancada da CDU se irá abster na sua votação, e não deixam de solicitar que lhes seja entregue o relatório de atividades e contas desta associação, para análise dos mesmos. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que fica então o ponto aprovado com



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 068

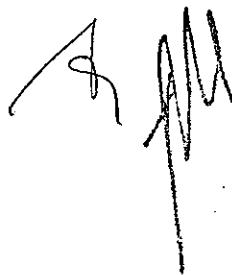
Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

a abstenção da CDU, e o pedido de informação sobre esta matéria. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO – LIBERTAÇÃO DO SEGURO-CAUÇÃO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 6/15, de 07/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da libertação do seguro-caução nº 201305014, apólice CA 30003415, emitida pela Fidelidade Companhia de Seguros, SA, no valor de 27 931,42€, no âmbito do contrato nº 97/2013, de 21/06 celebrado com o operador económico EDP Comercial – Comercialização de Energia, SA, referente à aquisição de serviços de energia elétrica para as instalações alimentadas em média e baixa tensão especial do município.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 6/15, de 07/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----

-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA PESADA DE 19 TONELADAS PARA RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, COM UMA RETOMA, AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO CELEBRADO PELA ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, IP – ESPAP – ADJUDICAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO ----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 13/15, de 20/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do projeto de decisão, elaborado pelo júri do procedimento, da adjudicação para a aquisição de uma viatura pesada de 19 toneladas para recolha de resíduos sólidos urbanos, ao abrigo do acordo-quadro celebrado pela ESPAP, ao concorrente AUTO SUECO, Lda, pelo valor de 149 900,00€, ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável, com a retoma da viatura 48-11-HE pelo valor de 3 000,00€, ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável, bem como da minuta do contrato. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 13/15, de 20/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----

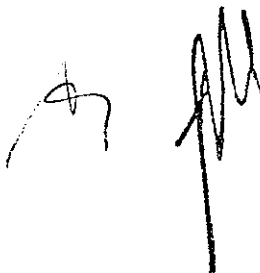
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

-----

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO "I", SITA NA PRACETA NATÁLIA CORREIA, Nº 2, 1º DTO (ANTIGO BAIRRO DA CHASA, LOTE 4.11) ALVERCA DO RIBATEJO – CHASA, CRL-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 22/15, de 20/01, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração "I", sita na praça Natália Correia, nº 2, 1º dto (antigo bairro da Chasa, lote 4.11), em Alverca do Ribatejo, pelo valor de 74 000,00€. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 22/15, de 20/01, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Assunto: PLATAFORMA LOGÍSTICA LISBOA NORTE – ADITAMENTO AO PROTOCOLO
CELEBRADO EM 5 DE MARÇO DE 2008 -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/01/20, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da minuta do aditamento ao protocolo, celebrado em 5 de março de 2008, com a Saba Parque Logísticos Portugal, respeitante à Plataforma Logística Lisboa Norte. ---

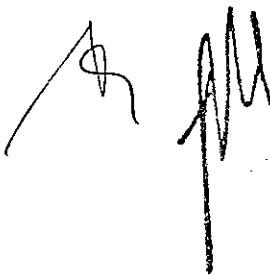
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU não vão recuar no tempo, usando duma expressão que habilidosamente é utilizada para justificar o injustificável, mas, como é óbvio, vão votar contra, porque a dimensão dos valores financeiros e deste suposto encontro de contas mostra algo que rejeitam, e não é só do ponto de vista dos princípios políticos que por si só, para os mesmos, já são muito importantes, é do ponto de vista da utilidade do dinheiro, que é muito escasso, até porque se trata de dinheiro público. -----

O município de Vila Franca de Xira investiu da forma como investiu, com largos milhares de euros, chegando a milhões de euros, para um projeto de interesse que não passou disso mesmo, duma manifestação de interesse. Pior do que isso é, no resultado desta parceria público-privada, criar uma situação de constrangimento para o próprio município, uma vez que alegou e continua a alegar não ter disponibilidade financeira para fazer obras que são da sua competência, designadamente em matéria de mobilidade e de transportes, quando, neste caso muito concreto, teve toda a disponibilidade de encontrar os meios financeiros para acorrer a uma parceira público-privada. -----

Assim, obviamente que votam contra, sem mais delongas. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que aquilo que é dado a analisar aos membros da Coligação Novo Rumo é que aparentemente aquela empresa que ali está, que construiu a plataforma, já terá investido 7,6 milhões de euros, no montante a suportar pela câmara municipal, no valor de 2,5 milhões de euros, a mesma pensaria já ter pago quase 2,2 milhões de euros, mas aparentemente, para além deste valor que é pedido, a empresa Saba ainda pede 154 000,00€. -----

Gostariam, neste sentido, que fosse feita uma avaliação aos compromissos, aos direitos e deveres do protocolo que foi votado na câmara municipal, e que fosse



feita com um critério, o de saber se todas as obrigações desta empresa foram cumpridas até hoje, quer as que estão em protocolo, quer as que foram por decorrência das obras que ali foram feitas.-----

Até esta análise estar feita e avaliados os direitos e deveres, a câmara municipal não deve fazer mais nenhuma transferência para esta empresa, porque se tem problemas financeiros, o município também tem. Se tem problemas financeiros, os portugueses também, e consequentemente os munícipes de Vila Franca de Xira.---- Além do protocolo há expectativas que foram criadas, que a empresa disse que ia fazer, mas até hoje está lá "zero", pelo que a câmara municipal tem que avaliar como deve ser, e após vir um relatório com esta avaliação, os membros da Coligação Novo Rumo estarão em condições de poderem votar.-----

Desta forma, solicitam que o ponto seja retirado para avaliação, e consequentemente pensa que este protocolo terá sido alvo de visto do Tribunal de Contas, mas não tem a certeza. Face a uma alteração ao protocolo, é preciso avaliar e verificar isto, porque não estão disponíveis para pagar mais nenhuma multa, e não estão mesmo. -----

Portanto, é bom que todas estas circunstâncias sejam avaliadas para estarem em condições de votar. Sem esta avaliação não estão em condições de votar, nem estão em condições de continuar a "meter" dinheiro em algo que até hoje está morto, e enquanto não der provas de vida a câmara municipal deve-se salvaguardar seriamente face àquelas circunstâncias. -----

Volta a dizer o que disse à época, investiu-se nuns acessos, num acesso à autoestrada em que passa lá meia dúzia de veículos, e há acessos à autoestrada altamente prioritários, como o do Sobralinho e o dos Caniços, que pelo mesmo valor ou menos estavam feitos, serviam mais população e mais objetivos. -----

Neste sentido, a partir de agora dever-se-á avaliar com critérios sérios, corretos, e não está a dizer que não foram avaliados de uma forma séria, mas têm que ser avaliados na íntegra. Quem é que cumpriu o quê? Como é que cumpriu? O que é que está a ser feito? -----

A partir daqui é que haverá condições de continuar ou não a cumprir o que está protocolado. Se a empresa do lado de lá não cumpriu tudo até hoje, não é a câmara municipal que vai cumprir porque, como se costuma dizer, "o dinheiro



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 074

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

custa a ganhar”, e não se vai com certeza investir onde neste momento não acontece nada com a exceção, de vez em quando, de uns automóveis que entram e saem por ali.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a questão da CDU é de coerência, não só desta matéria como doutras, e regista essa mesma coerência.-----

Depois, refere ainda três pontos. O primeiro deles é que vai retirar o ponto, porque efetivamente parece-lhe que aquilo que o Sr. Vereador Rui Rei disse tem sentido, para melhor clarificação de tudo o que aconteceu até hoje relativamente à questão da concretização do protocolo.-----

De qualquer modo, estando o ponto retirado, gostaria de fazer mais duas considerações. Em primeiro lugar, a plataforma logística, “contra ventos e marés” aconteceu, e aconteceu em contraciclo, na medida em que demorou mais de 6 anos a concretizar-se, pois havia uma disputa territorial, cujos contornos provavelmente se vão conhecendo, que era a luta plataforma logística da Castanheira versus Poceirão. Havia interesses fortíssimos, que fizeram com que a plataforma logística da Castanheira fosse adiada. Não vai dizer muito mais do que isto, na medida em que não conhece em profundidade todas essas intervenções, mas alguns pormenores até sabe.-----

A plataforma logística, quando foi concretizada, apareceu em contraciclo, o que não quer dizer, e está absolutamente convicto, e mais uma vez o diz, que a zona industrial de atividade económica do concelho não seja, na sua opinião, a Castanheira do Ribatejo, através daquela plataforma logística. Está convicto que quando começarem a aparecer as primeiras empresas a instalarem-se ali, as questões começam a fluir naturalmente.-----

Quanto à outra questão, através deste protocolo conseguiu-se que, por exemplo, fosse construído o novo quartel dos bombeiros da Castanheira do Ribatejo. Houve de facto um apoio que permitiu a construção de um quartel novo, e doutra forma certamente que teria outro tipo de dificuldade.-----

Perante as questões que foram colocadas, nomeadamente pela Coligação Novo Rumo, na pessoa do Sr. Vereador Rui Rei, vão-se acrescentar a esta proposta outras informações que lhe parecem relevantes, para que se possa depois refletir, tendo-se mais conforto na decisão a tomar.-----



Desta forma, o ponto está retirado. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que são todos responsáveis pelo que dizem, embora às vezes haja dúvidas, que crê que são mútuas, de todos se compreenderam, mas de facto há afirmações do Sr. Presidente que, da parte da CDU, não podem nem devem ser compreendidas. -----

O Sr. Presidente faz a afirmação de que o projeto da plataforma logística, que resulta de uma parceria público-privada com o município de Vila Franca de Xira, aparece ou apareceu num fase ou processo de contraciclo. Desta forma, pergunta: Quem é que decidiu suspender o plano diretor municipal? Quem é que decidiu alterar o uso do solo, de terrenos cujo valor ambiental e ecológico estavam considerados pelo Programa Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa – PROT-AML? Quem é que, no concelho de Vila Franca de Xira, e fora dele, do governo do PS, fez a apresentação do Portugal Logístico, referindo que era no Sobralinho, e que a plataforma avançava, do ponto de vista do interesse logístico da grande região da Área Metropolitana de Lisboa?-----

Portanto, a afirmação do presidente da câmara, apesar de extemporânea, poderá fazer algum sentido, mas o que o Sr. Presidente certamente queria dizer, se lhe permitir o atrevimento, e espera que o permita, é que passado este tempo todo o PS está muito arrependido em ter entrado em todo este processo. -----

Está arrependido de várias maneiras. Primeiro, em Vila Franca de Xira, porque pôs o orçamento da câmara municipal a comprar terrenos cujo valor não está traduzido, e investir 2,5 milhões de euros, deixando por fazer obras que eram da sua competência resolver, da sua competência particular. Depois, pelo Governo que já lá vai, e que infelizmente não deixa boa memória para o concelho de Vila Franca de Xira, obrigando a que se adiasse uma estratégia de desenvolvimento territorial, que ainda por cima continua por se achar, no ponto de vista daquilo que é hoje a gestão quotidiana da vida do município.-----

Os membros da CDU não ficavam bem eles próprios, mesmo celebrando e valorizando as diferenças de opinião, se não deixassem ficar este apontamento, que é também um acrescento fundamental para a verdade dos factos sobre a plataforma logística.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vereador já fez o acrescento que



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 076

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

achava oportuno fazer. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, para dizer que a partir do momento em que está feito aquele investimento, e foi dito e tido como prioridade para o Governo de então, com o apoio da câmara municipal, que ali era uma grande zona de expansão de logística, e foi ali construída a plataforma logística da Castanheira do Ribatejo, quer o Governo, quer a câmara municipal, deveriam ter estado juntos na mesma estratégia, para irem de encontro aos vários instrumentos que foram sendo aprovados e discutidos no município. Todos são unânimes em dizer que um dos problemas que existe em Vila Franca de Xira não é a vocação natural duma parte do território para a logística, não é a situação geográfica privilegiada dos acessos que permite ter esta vocação natural para a logística, é o problema da desordenação dos usos que se vai permitindo que exista. -----

Mesmo após a aprovação desta plataforma e deste investimento continuam-se a aprovar e a alimentar expectativas de logística e de outros investimentos por outras zonas do território do concelho, o que é uma contradição, e não faz sentido, pois se se define que a grande área de logística é a Castanheira do Ribatejo, tem que se estar disponível para “obrigar” todos os investidores a terem que se centralizar naquele local. -----

Não se pode permitir aos investidores que venham para Alverca continuar a fazer investimentos de logística, até fora do eixo Alverca/Sobralinho. Não se pode, é um disparate, e o que se continua a fazer é a desqualificar o solo, é chegar e dizer a um promotor imobiliário: “vai construir aqui uma urbanização de relativa qualidade, em que cada pessoa paga mais de 200 000,00/300 000,00€ por um apartamento”, e a seguir meter-lhe um armazém com lixo à frente. -----

Não faz sentido, é um disparate, uma contradição, pelo que se a câmara municipal acredita mesmo que a plataforma é ali, que todo o investimento logístico deve ser preferencialmente centrado ali, então tem que “puxar” para isso e garantir que há aquela plataforma, e que há os outros terrenos que entretanto vierem à boleia. -----

Depois, há as contradições, porque o próprio assinou uma participação no PDM em que perguntava porque é que foi permitida a urbanização daquela área da plataforma logística, e porque é que nos terrenos ao lado não era permitida a urbanização. Desafiou aliás a câmara municipal, à época, que não quis fazer, a



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl.ª Ata 077

Reunião de 2015/01/28

Proc.º _____

Deliberação nº _____

enviar à CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, essa pergunta, a dizer que queria que nos terrenos do lado também fosse possível construir lá a plataforma logística, que era para a CCDR poder responder o que disse agora o Sr. Vereador Nuno Libório, e que é: “Claro que não, nos terrenos ao lado da plataforma não se pode urbanizar, porque são áreas sensíveis em termos ambientais”.-----

Desta forma, questiona se os técnicos tiveram duas opiniões, pois no terreno do lado esquerdo propôs-se e pôde-se fazer, mas 5 centímetros ao lado já não se podia. É isto que não faz sentido, e por isso é que os PDM são uma vergonha e um engano a toda a gente, porque não há planeamento em Portugal. O planeamento em Portugal terminou no fim da década de 50, não há planeamento em Portugal, e os PDM em Portugal são uma soma de interesses, dos que já estavam assumidos, mais os que têm que ser assumidos a seguir, senão, efetivamente, não faz sentido ter um território daquela dimensão, ter perspectivado para ali o desenvolvimento de áreas de logística, industriais ou o que seja, e depois continuar, no resto do território, cada um a autorizar o que bem lhe apetece, de acordo com os usos que se definem no PDM.-----

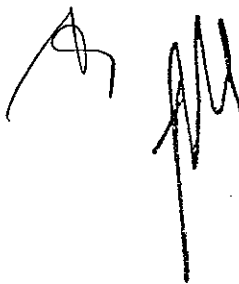
Isso está errado, absolutamente errado, e começa na câmara municipal. Portanto, efetivamente quando se quer qualificar o território não se pode continuar a deixar que cada um plante o que quer em todo o sítio. Era mais ou menos a mesma coisa do que chegar à Calhandriz e, havendo uma pessoa lá com uma casa qualquer, o próprio resolver instalar lá uma metalomecânica. Com o devido respeito, pensa que não pode ser, tem que haver sítios onde isso é possível, e sítios onde a câmara municipal vai dizer “vai-me desculpar, mas não pode”.-----

É nesta área que todos se têm que entender, caso contrário Vila Franca de Xira vai ter um problema sério nos próximos anos, de captação de pessoas, de captação de quadros e captação de investimento, porque misturam-se os usos e mistura-se tudo, em todo o lado.-----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que cada vez mais a palavra planeamento tem todo o sentido, e aliás o planeamento no mundo é relativamente recente, tem 100 anos. Tal como se conhece nos tempos de hoje tem relativamente pouco tempo, e em Portugal, como vem tudo mais tarde, em termos urbanísticos, tal

como é entendido nos dias de hoje, também tem umas décadas. -----
É verdade aquilo que o Sr. Vereador diz, das décadas de 50 e 60, pois era mais fácil, na medida em que se estava numa ditadura e era possível, como o Marquês de Pombal fez, deitar abaixo. Em democracia as questões urbanísticas têm outra equidade, como o Sr. Vereador sabe, e quando se está em ditadura poder-se-ão fazer muitas coisas, porque é assim, e acabou-se. -----
De qualquer modo, a questão do planeamento é aquilo que deve orientar nos próximos anos, pois pode-se estar a hipotecar o território, e a questão do Sr. Vereador é pertinente. -----
Aquilo que pode dizer e continua a referir é que espera que 2015 seja o arranque da melhoria das condições económicas do país, e há perspetivas nesse sentido, de alternância política, para que de facto a economia possa evoluir. -----
A plataforma logística da Castanheira de facto está lá, para as questões de reorganização logísticas, aliás como estava previsto no Portugal Logístico, que teve um sucesso muito precário, muito pequeno, e que em termos de planeamento tinha todo o sentido, mas com as dificuldades económicas que o país atravessou, e continua a atravessar, tudo foi posto em causa. Aquilo que diz, independentemente de todos os apores colocados, é que não tem dúvidas que a plataforma logística ainda há de ser um motivo e uma perspetiva económica bastante importante para o concelho. Foi nesse sentido que foi construída, e julga que se não fosse o arrefecimento brusco da economia, que começou em 2008/2009, aquela plataforma já estava a funcionar, não diz em pleno, mas pelo menos em parte. -----
Assim sendo, o ponto é retirado para melhor informação. -----
Retirado da ordem do dia. -----



1. Assunto: PROTOCOLO DE CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO – ANTIGA EB Nº 3, BREJO – ALVERCA DO RIBATEJO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 13/15, de 14/01, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do protocolo de cedência gratuita, em regime de comodato, do edifício da antiga EB nº 3, sito no Brejo, em Alverca do Ribatejo, a celebrar com a União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, para fins autárquicos e sociais.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 13/15, de 14/01, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que neste caso concreto está-se perante, infelizmente, e os membros da CDU dizem infelizmente, porque sempre estiveram, e mantêm essa manifestação, contra o encerramento da escola do Brejo, mas infelizmente aconteceu e têm que viver com essa realidade, a cedência de um espaço que deveria ter outra funcionalidade.-----
Todos sabem qual é o objeto da AIPNE - Associação para a Integração de Pessoas com Necessidades Especiais, qual é o seu móbil, o que faz e qual é a sua atividade enquanto associação para a integração de pessoas com necessidades especiais. Os membros da CDU sabem o que é que, eventualmente, vai fazer do espaço que lhe vai ser cedido, objeto deste protocolo com a Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, e sabem que o espaço poderá não ser suficiente para aquilo que são os desígnios da associação em si, mas os seus dirigentes responderão melhor relativamente a esta questão, contudo, não sabem o que a junta de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 080

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

freguesia vai fazer com o restante espaço. Não sabem, porque o protocolo não o diz, aquilo de que fala é que é para fins autárquicos e sociais, e gostavam de saber que fins autárquicos são esses, e do que é que se está a falar em concreto. ----- Se a câmara municipal e os próprios, como vereadores, vão ceder e fazer a votação da cedência de um imóvel a uma junta de freguesia, gostavam de saber para que fins concretos esse imóvel vai ser cedido, e esses fins deveriam e devem vir concretamente expressos no protocolo que vai ser assinado entre as partes. ----- Daí, recomendam, e para já gostavam de saber a resposta a estas questões, e se o Sr. Presidente não souber, a junta de freguesia terá que responder, que este ponto seja retirado para clarificação e alteração da redação do protocolo, para vir a ser incluído o objetivo concreto da junta de freguesia para o espaço, para que possam ter condições de o votar em conformidade. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que a preocupação dos membros da Coligação Novo Rumo tem a ver com aquilo que foram sempre chamando à atenção, que existia um compromisso da câmara municipal para com esta associação desde há uns anos a esta parte. A autarquia assumiu com a AIPNE, que é uma associação que visa a integração de pessoas com necessidades especiais e presta um trabalho extraordinário nesta área, que este edifício lhe seria cedido, e seriam ali as suas instalações para servir esses fins, que são de facto muito nobres e meritórios.-----

O que aconteceu desde há um ano e pouco a esta parte foi que a câmara municipal terá assumido um novo compromisso com a junta de freguesia, e então resolveu partilhar o espaço. Neste sentido, só querem ter a certeza que não existe da parte da instituição nenhum problema neste aspeto, que é o do espaço que lhe vai ser cedido servir os seus objetivos e, conseqüentemente, se for assim, o que será instalado lá pela junta de freguesia não ser conflituante com o objetivo da instituição. -----

Não é no sentido, dalguma forma, de cortar a autonomia da junta de freguesia, porque o próprio não defende que as juntas de freguesia só devem ser autónomas se forem do Benfica ou do Sporting, defende que são autónomas porque o povo votou, elegeu e assumiu a responsabilidade de eleger aquelas pessoas, quer goste mais ou goste menos, pois a democracia é assim. Neste caso em concreto a única

[Handwritten signature]

coisa que têm de ter a certeza é que, em primeiro lugar, o compromisso que a câmara municipal assumiu com a instituição está a ser respeitado, em segundo, que a instituição tem os espaços que são necessários, e em terceiro, que os fins, a ser a partilha, não sejam conflitantes. Estas são as três questões que queriam ver respondidas, para poderem votar esta cedência que é proposta. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que o Sr. Vice-Presidente vai responder, mas naturalmente que não se traria esta proposta a reunião de câmara se as três entidades, câmara municipal, junta de freguesia e AIPNE, não tivessem conversado sobre o assunto e encontrado uma solução que parece a mais adequada. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, pegando nas palavras do Sr. Vereador Rui Rei, na questão do relacionamento da câmara municipal com as juntas de freguesia do concelho, referindo que efetivamente a articulação e parceria com as juntas de freguesia prevê e dá sempre a margem de manobra necessária para a autonomia que os executivos têm sobre esta matéria. -----

De qualquer das maneiras, no que toca em concreto a esta escola, as preocupações que entretanto se foram sempre conversando na câmara municipal foram também transmitidas e articuladas, quer com a junta de freguesia, quer com a instituição em causa. -----

O que a junta de freguesia pretende instalar no local, para além da área de refeitório, são os serviços técnicos não administrativos, que têm uma vantagem para o tipo de serviços que a AIPNE também quer ver se instala lá, que é um centro de atividades ocupacionais - CAO, e a ideia é conseguir compatibilizar e permitir que a AIPNE, junto dos serviços não administrativos da junta de freguesia, possa desenvolver essas atividades, porque são tarefas, normalmente, de caráter mais manual, que os seus utentes fazem e podem ser feitas a partir daquele espaço. -----

Chegou, inclusivamente, a ser conservada a possibilidade de agricultura duma parte do terreno vazio da escola, na perspetiva que depois os utentes da AIPNE possam fazer a sua manutenção. De qualquer das maneiras, a instalação em absoluto de um serviço de CAO já completo por parte da AIPNE obriga a obras que neste momento a instituição não tem condições para custear, e não há ainda programas por parte da Segurança Social que permitam um investimento nesta área. -----



Portanto, a ideia foi a junta de freguesia assegurar pequenos trabalhos de adaptação que permitam já a instalação de alguns serviços, nomeadamente destas tarefas mais manuais que o CAO tem, e, numa segunda fase, caso venha a haver financiamento para esta matéria, então sim avançar para umas instalações mais definitivas, que hão de obrigar com certeza a um projeto, também, de alteração e ampliação dos espaços que lhe estão entregues.-----

A ideia, e é isso que está em cima da mesa, é ser possível compatibilizar o que é já possível, da tarefa que a AIPNE desenvolve, que crê que é conhecida do público em geral, sendo esta uma instituição particular de solidariedade social – IPSS, que trabalha com a população com deficiência, com diversos tipos de deficiência, e tem o serviço de CAO, menos para crianças, normalmente para jovens, ou seja, no fundo nasceu para dar resposta a um problema que os deficientes têm, mas que as famílias dos deficientes também têm.-----

As pessoas que têm filhos com deficiência normalmente encontram resposta nas instituições tradicionais, as cooperativas de educação e reabilitação de cidadãos com incapacidades – CERCI, nomeadamente para os primeiros anos de existência dos filhos, mas depois há um momento a partir do qual já não são crianças ou já não são jovens, mas têm que continuar a ser acompanhados, e alguns têm saída por via destes serviços que a AIPNE presta. Alguns jovens têm, inclusivamente, entrada no mercado de trabalho, e recorda, por exemplo, que a AIPNE tem uma pequena sapataria de arranjos de calçado em Alverca, sendo portanto a ideia a da integração das pessoas com deficiência dentro do mercado de trabalho. Esse é o “core business”, por assim dizer, da AIPNE, e é nesse âmbito que se prevê que possa vir a utilizar também a escola do Brejo.-----

Agora, de momento, como não há condições para nenhum tipo de investimento profundo nesta área, o melhor é arrancar já com o que é possível, e esta articulação com a junta de freguesia permite que isso seja possível, pelo menos são as informações que se têm.-----

O protocolo vem suficientemente vago para permitir que a junta de freguesia adapte os seus serviços à medida que AIPNE também vá necessitando. Portanto, não faz propriamente sentido ir ao detalhe em absoluto de quais os serviços a instalar, porque também a realidade vai sendo evolutiva e a ideia é que a AIPNE

[Handwritten signature]

possa dar contributos nessa matéria. Assim, esta é a informação disponível no momento. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, agradecendo a explicação dada pelo Sr. Vice-Presidente, mas referindo que os membros da CDU consideram que não é suficiente. Ficam na mesma, não sabem concretamente o que é que a junta de freguesia pretende fazer do espaço, e podem hoje afirmar, taxativamente, independentemente dos documentos que lhes foram apresentados, de que foram contactados pelo presidente da AIPNE, que se manifestou desagrado com a volumetria daquilo que vai ser o espaço destinado à instituição, e portanto julgam que, nas palavras do presidente da instituição, o espaço não é suficiente para aquilo que seriam as suas pretensões. -----

Isso deveria ser clarificado então com o Sr. Presidente, porque se há essas reuniões todas e se houve os entendimentos todos que o Sr. Presidente falou, e o próprio acredita na sua palavra, como é lógico, dever-se-ia clarificar com o presidente da instituição o porquê destas afirmações que lhes foram produzidas pessoalmente. -----

Por outro lado, esta questão da junta de freguesia levanta-lhes essa preocupação, e independentemente dos documentos presentes, como o Sr. Vice-Presidente diz, o protocolo é vago, demasiado vago relativamente a essa matéria, e gostavam de saber e clarificar isso. Não é o próprio que o está a dizer, foi o presidente da associação, pelo que deverá ser esclarecido com o próprio e não com os membros da CDU. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que o protocolo está assinado, está presente o documento, e ninguém obrigou ninguém a assinar nada. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que não sabe, mas gostavam de esclarecer esta matéria, como gostariam de esclarecer e ver esclarecidos os reais objetivos para os quais a junta de freguesia pretende utilizar o espaço. Apesar de ser vago, e das explicações que o Sr. Vice-Presidente deu, não lhes parece que seja suficiente, nem estão em condições de votar favoravelmente este ponto. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, perguntando se os membros da Coligação Novo Rumo estão esclarecidos, tendo-lhe sido respondido que sim, prosseguindo para a



votação do ponto, perguntando quem vota contra. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU estão disponíveis, enquanto força política, para viabilizar o processo de transferência, estão disponíveis para partilhar com os Srs. Vereadores a informação que lhes fizeram chegar, e que sabem que também foi dada a conhecer a alguns dos presentes. Há questões que precisam de ser melhor esclarecidas e, a bem do melhor usufruto para uma apropriação pública deste equipamento, como disse o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, era preferível esperar mais alguns dias, as pessoas entenderem-se à volta da mesma mesa, para se perceber se esta solução serve todos. -----

Aquilo que pedem ao Sr. Presidente é que não os obrigue a terem que tomar uma decisão do ponto de vista do voto político diferente daquele que é o sentimento que têm, no sentido de abraçarem e compreenderem a intenção de todas as instituições previstas. Contudo, fica ao critério do Sr. Presidente, que faz a gestão disto tudo. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que não obriga coisa nenhuma, mas há o momento de refletir, o momento de conversar, o momento de negociar e o momento de decidir. Já se falou com toda a gente, tem uma declaração assinada pelas entidades, e pensa que, inclusivamente, o facto da junta de freguesia poder estar ali a funcionar é uma mais-valia, porque há obras que poderão vir a ser necessárias, que estão já assumidas pela junta de freguesia, que as vai fazer, e haverá uma ou outra intervenção que certamente, no decorrer do tempo e dos trabalhos, em que a junta vai colaborar com a instituição. Não sabe o que vai acontecer no futuro, portanto, há um compromisso de ambas as partes, que aceitam esta solução. -----

Os Sr. Vereadores da CDU têm um entendimento diferente, pensam que deveria haver ainda mais conversa, e o próprio pensa que a conversa que havia de haver já houve, e neste momento é preciso é pôr aquelas instalações a funcionar, em prol daquelas crianças, que delas necessitam. Por isso, quanto ao espaço que está destinado, a seu ver, e não é a seu ver, é de acordo com aquilo que as entidades se comprometeram, e com o documento que os Srs. Vereadores também têm, todas as questões foram dirimidas, faladas e aceites, e crê que neste momento não



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 080

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

há mais nada a fazer senão pôr o espaço ao serviço; principalmente da instituição, não se devendo atrasar para mais conversa, que provavelmente nem sabe a que caminho vai chegar. Crê que aquilo que já se fez foi o que se deveria ter feito, e chegou-se a consensos. -----

O consenso pleno é muito difícil na vida em muitas circunstâncias, e nesta é mais difícil, pelo que foi feito o consenso, as crianças podem, depois desta decisão, começar a usufruir daquele espaço, que lhe parece muito interessante, que muito vai beneficiar a própria instituição, nas atividades que vai ali desenvolver. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que o que diz, e que vai servir também como declaração de voto da bancada da CDU, é que os vereadores da CDU não querem mais conversa, como o Sr. Presidente afirmou, querem ser esclarecidos das dúvidas que têm, são coisas completamente diferentes. Nesse sentido, a sua bancada irá abster-se da votação deste ponto, porque consideram, e repete que servirá como declaração de voto, que não estão suficientemente esclarecidos sobre as dúvidas que colocaram nesta reunião, relativamente às quais não foram pontualmente esclarecidos. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que está muito bem, e parece-lhe uma boa decisão. Não tem que se pronunciar sobre as decisões políticas de cada bancada, mas os Srs. Vereadores devem permitir-lhe que diga que é uma boa decisão. ----- Neste sentido, o ponto é aprovado por maioria, com a abstenção da CDU. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

-----




1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 42/15, de 21/01, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2015/01/07 e 2015/01/20, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 42/15, de 21/01, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que nesta relação de atos da competência do Sr. Presidente gostaria de um esclarecimento, na área dos combustíveis, e sobre a Multiflow, no Sobralinho. Consta no mapa a renovação da exploração de instalação e armazenamento, e os membros da CDU gostariam que o Sr. Presidente resumisse o que é isto concretamente, até porque oferece-lhes alguma dúvida, já que, se a memória não lhe falha, a Multiflow estava em insolvência. Não entendem bem esta renovação da exploração, e certamente o Sr. Presidente os esclarecerá. -----
Aproveita também, em nome da sua bancada, para dizer que os membros da CDU têm conhecimento que alguns trabalhadores que ainda existem na Multiflow têm salários em atraso de 2 meses, e apresentam a solidariedade dos mesmos para com esses trabalhadores. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que gostaria de colocar só mais duas questões. -----
Em primeiro lugar, pergunta se é possível fazer chegar a todas as bancadas o real

e atual ponto de situação das obras de urbanização da Malvarosa. -----
Depois, questiona se o Sr. Presidente se dispõe a fazer chegar a todas as bancadas informação sobre se existem ou não garantias bancárias na urbanização Encosta do Moinho. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que já leu e releu e não vê nos documentos a Encosta do Moinho e a Malvarosa, mas está tudo bem. -----

De seguida, dá ainda a palavra à Coligação Novo Rumo, que também tinha pedido para intervir.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que a questão dos membros da Coligação Novo Rumo é também sobre este tema da Multiflow, pois é uma preocupação que lhes assiste, porque constam muitos rumores e infelizmente parece que estava em insolvência. Na medida em que veem esta renovação de exploração da instalação de armazenamento, perguntam só se o Sr. Presidente tem mais alguma informação sobre a evolução, se há continuidade ou não na exploração da Multiflow, ou se se confirma a insolvência e a paragem.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que a câmara municipal tem vindo a acompanhar com muita preocupação esta situação, e se não se licenciasse este armazenamento de combustíveis, estando-se a falar num depósito de combustível, ainda se ia prejudicar mais a normal laboração da própria empresa. Portanto, não houve dúvidas em avançar com este processo. -----

Espera que efetivamente o processo de insolvência eventualmente ainda possa ir para um PER - Processo Especial de Revitalização, mas não tem informação precisa sobre a matéria. Contudo, está-se a acompanhar, e crê que a Multiflow, inclusivamente, já passou, ou para um fundo imobiliário, ou para outra situação financeira que se está a tentar perceber.-----

No que diz respeito ao ponto, trata-se de licenciar o armazenamento de gás no depósito que existe na empresa, para poder laborar com as devidas licenças.-----

Quanto à questão que o Sr. Vereador Aurélio Marques coloca, a câmara municipal também gostaria de a acompanhar, quanto ao que o Sr. Vereador referiu, da solidariedade que todos devem ter pelo difícil momento que os trabalhadores desta empresa estão a atravessar, e espera que, de facto, se consiga pôr a laborar, sendo que desde a Colgate até aos dias de hoje tem vindo sempre a ter



Município
de
Vila Franca de Xira
Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 088

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

grandes convulsões. -----

Como já disse num outro momento em reunião de câmara, a grande parte da produção desta empresa destinava-se ao mercado espanhol, que está muito restringido neste momento, e isso traz dificuldades acrescidas.-----

Vai tentar ir acompanhando este processo, e quando tiver algo de mais concreto para informar, naturalmente que informará. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----




1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE A19 DO LOTEAMENTO ZONA ALTA DE ARCENA, ESPARDELA, ARCENA – ALVERCA DO RIBATEJO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 19/15, de 14/01, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A19 do loteamento Zona Alta de Arcena, Espardela, em Alverca do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 6/2013-AUGI, de 27/09, requerido por José Matias Nascimento Santos.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 19/15, de 14/01, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 090

Reunião de 2015/01/28

Procº 1/15 CERTAUGI

Deliberação nº 028

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 16 DO LOTEAMENTO QUINTA DA PANASQUEIRA – ALVERCA DO RIBATEJO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 17/15, de 14/01, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 16 do loteamento Quinta da Panasqueira, em Alverca do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 3/2013-AUGI, de 31/07, requerido por Joaquim António Mendes da Silva Feteira. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 17/15, de 14/01, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

[Handwritten signature]

Assunto: ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS POR OPERAÇÕES URBANÍSTICAS-----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/01/22, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação, findo o período de discussão e apreciação pública, da alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas, respeitante à redução de taxas devidas pela regularização de construções, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU não vão acrescentar nada de novo em relação à informação que o Sr. Presidente dá a conhecer para deliberação, apenas acrescentam que, do ponto de vista político e do alcance das medidas ora propostas, continuam a apoiá-las, no sentido de resolver problemas de natureza diversificada, e nalguns casos até complexa, a bem de uma melhor construção do espaço urbano e da legalização de infraestruturas existentes ao abrigo do Plano Diretor Municipal. -----

Por outro lado, conforme determinaram aquando da primeira vez em que esta medida foi aprovada na câmara municipal, seria importante dar a conhecer as entidades públicas ou privadas, bem como as pessoas singulares e o objeto das suas operações urbanísticas, deste processo de redução de taxas. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que sobre a matéria volta a lembrar que já no ano passado os membros da Coligação Novo Rumo alertaram e pediram mais informação sobre o que está em discussão, o que foi feito através de requerimentos, neste caso até da assembleia municipal. Voltam a pedir hoje a mesma informação, e mais, seriedade na construção das propostas, pois o que está é tudo menos correto e sério, face ao histórico do que têm vindo a falar. -----

Na proposta, e no quinto considerando, consta que o edital vigente no ano 2014 tem dado continuidade de resposta a inúmeras solicitações, pelo que voltam a questionar: O que é que são inúmeras situações? Se são inúmeras é plural, são mais de 2, são 3, 4, 50, 100, e isto enquadra-se na questão que levantaram uma última vez, a da regularização de obras feitas nas antigas instalações da Covina, na Póvoa de Santa Iria, em que depois o Sr. Presidente veio dizer: "mas isto é a proteção ao emprego". -----

[Handwritten signatures]

Em primeiro lugar, do seu ponto de vista o Sr. Presidente e o seu executivo não têm legitimidade para não cobrarem coimas a empresas ou particulares que não cumprem a legislação. Não têm essa legitimidade, e quem tem a legitimidade, no limite, se for possível, é a câmara municipal. Volta a dizer que aquilo que aconteceu na Póvoa de Santa Iria foi premiar uma empresa que saiu da Póvoa, e que até tinha recebido fundos comunitários para a sua modernização. Se a empresa tinha alterado sem comunicar à câmara municipal, a mesma até podia facilitar, mas a coima ninguém lhe tira. De que tenha conhecimento, pois não veio a reunião de câmara nada sobre a matéria, nem pagou coima, legalizou as obras que lá tinha, e passou aquilo a uma empresa terceira. -----

Pensa que tem de haver regras no urbanismo, no município, não se podendo "andar à caça" de uma marquise, ou seja, uma pessoa faz uma marquise, a câmara municipal levanta-lhe um auto, ameaça demoli-la e faz trinta por uma linha, e depois há um conjunto de gente que faz o que lhe apetece, que é o que está em causa. -----

Desta forma, vai só dizer o que disse a 5 de novembro de 2014, que é o que está na ata: "O Sr. Vereador Rui Rei tomou a palavra, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo com esta alteração, até porque ela era submetida todos os anos, e disseram e afirmaram que deveria ser introduzido no regulamento, mas estão de acordo que deve ter um prazo de vigência, findo o qual deve ser reavaliado, e se vale a pena continuar, ou se termina". Se assim não for não vale a pena andar a dizer às pessoas que há regras a cumprir, pois não há regra nenhuma a cumprir, faz-se o que se quer, e amanhã entra-se neste mecanismo. -----

Pensa que não pode ser, pelo que é preciso avaliar, e dá um exemplo. Os seus pais ainda hoje têm o mesmo espaço, os CTT - Correios de Portugal, é que mudaram de espaço, pelo que cresceu durante uma série de anos a ouvir uns senhores, que aprendeu a conhecer e a respeitar, porque era miúdo, e a ouvir o carimbo dos CTT. Era o que ouvia, a senhora e o senhor que trabalhavam nos CTT recebiam os documentos e carimbavam, e quando se entregava uma carta com um selo a senhora carimbava, não sabia o que estava dentro da carta, e dizia que podia seguir. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 093

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

Assim, quando o executivo manda documentos a reunião de câmara para os vereadores assinarem, os vereadores não podem carimbar, para já porque os CTT também não têm carimbo, já entra na máquina, e depois porque não carimbam uma coisa que não conhecem. Não estão nos serviços, não sabem, pelo que estas coisas têm que ser avaliadas e comunicadas de uma forma transparente, para que todos os cidadãos deste concelho saibam que está em vigor um processo extraordinário de legalização, com um prazo. -----

Findo esse prazo tem que se atuar, tem que ser assim, porque senão não vale a pena, agarra-se e diz-se "os senhores, no limite, cumprem aqui umas coisas, e fora isto façam como quiserem, em que aí ficam todos mais descansados, não tem problema, não sabem é o que está no território, mas também não tem problema, não querem saber. -----

Volta a dizer isto, e espera que em 2016 não se volte a falar do mesmo assunto de que se fala há uma série de anos a esta parte, pensando que cada um, com um bocadinho de profissionalismo, resolvia isto muito facilmente, evitando este tipo de problemas. -----

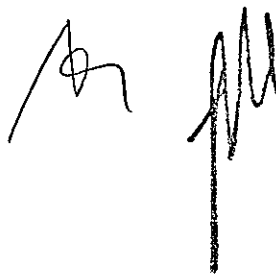
O Sr. Presidente interveio, mencionando que cada um faz a retórica que bem entende, e o que pode dizer ao Sr. Vereador Rui Rei é que esta proposta, que agora foi a discussão pública, que se remete novamente para aprovação final, tem justamente como fim apoiar as empresas, os postos de trabalho e as famílias. Tem havido, de facto, pedidos nesse sentido, e têm-se conseguido resolver algumas situações. -----

O Sr. Vereador reclama, e com razão, que deveria ter já a informação de qual é o volume das situações que foram colocadas, e é uma matéria que, tanto para uma bancada, como para a outra, vai pedir aos serviços para compilarem e mandarem. Agora, pode dizer que este tem sido um instrumento muito bom, que permitiu, como disse, que as empresas se legalisassem e, desta forma, pudessem ter a emissão das licenças de utilização, terem a possibilidade, pois sem isso não conseguiam certificações das próprias atividades, e também acessos a empréstimos bancários. Portanto, vai enviar as informações solicitadas. -----

De seguida, passou à votação do ponto, concluindo ser aprovado por unanimidade. Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -

[Handwritten signature]

1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE PEÇAS PARA REPARAÇÃO DE VIATURAS PESADAS – 2015/2016 – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 9/15, de 08/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, relativo ao fornecimento em contínuo de peças para reparação de viaturas pesadas – 2015/2016.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 9/15, de 08/01, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que o pedido de intervenção dos membros da CDU prende-se apenas com uma estranheza, fruto daquilo que tem sido, pelo menos durante este mandato, uma iniciativa da câmara municipal, que já foi amplamente falada em reunião de câmara, de convidar empresas do concelho para estes concursos.-----
Estranham que das empresas que são apresentadas, 5 ao todo, nenhuma delas seja do concelho de Vila Franca de Xira, uma tem sede na Bobadela, outra em Frielas, duas no Carregado e uma em Leiria, nenhuma empresa é do concelho, e estranham isso, fruto daquilo que têm sido as orientações da câmara municipal em outras matérias análogas.-----
Gostavam de saber se há algum motivo em especial, porque têm conhecimento, e todos sabem, que no concelho de Vila Franca de Xira há empresas que têm capacidade de fazer o fornecimento das peças que são objeto deste concurso.-----



Interveio o Sr. Presidente, dizendo que efetivamente aquilo que tem recomendado é, justamente no limite que a legislação permite, recorrer à economia local. Logicamente que num concurso não se sabe quem vai ganhar, mas se à partida não houver empresas do concelho, naturalmente que ficam logo excluídas.----- Não sabe porque é que não estão consideradas empresas do concelho, não sabe se haverá ou não empresas no concelho com este volume de negócios, pelo que pergunta ao Sr. Vereador António Félix por que razão não se colocou uma ou mais empresas do concelho, estando-se ainda a tempo de o fazer.----- Tomou a palavra o Sr. Vereador António Félix, dizendo não saber no caso específico, mas o que acontece várias vezes é que estes concursos têm que ser feitos via plataforma e muitas empresas do concelho não estão inscritas, e não querem fazê-lo, porque há um custo para se poderem inscrever na plataforma, o que limita de facto o seu acesso a estes concursos. No entanto, é uma questão que se pode averiguar e elas podem ser convidadas à mesma, o que acontece depois é que constam do processo e, na prática, não vão concorrer ao concurso, porque não querem pagar esse selo de acesso à plataforma. ----- Respondeu o Sr. Presidente que isso é uma contingência da própria empresa, pelo que aquilo que recomenda mais uma vez é que neste concurso, e nos demais, existam referências a empresas do concelho. ----- Concluiu, informando o Sr. Vereador Paulo Rodrigues que se vão acrescentar 2 ou 3 empresas do concelho, porque é assim que lhe parece que tem que ser. ----- Interveio a Eng.ª Rosário Ferrão, informando ter feito um contacto neste momento com o coordenador da manutenção do setor de oficinas, e o que lhe disse o Dr. José Costa foi que não há no concelho nenhuma empresa que possa fornecer este tipo de peças para viaturas pesadas, havia uma em Alverca do Ribatejo, mas fechou, pelo que são só estas as empresas que têm condições para fornecer peças para reparação de viaturas pesadas.----- O Sr. Presidente interveio, perguntando ao Sr. Vereador Paulo Rodrigues se quer acrescentar mais alguma questão a esta informação. ----- Respondeu o Sr. Vereador Paulo Rodrigues que a informação da Eng.ª Rosário Ferrão é mais do que suficiente, mas provavelmente no futuro deveria constar da informação uma alínea a dizer exatamente isso, para evitar esta questão.-----



Fl. Acta 096

Procº nº 108/14 APRV.AD.RG

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, após alguns comentários e sugestões feitos pelo Sr. Vereador Rui Rei, solicitando ao Dr. Fernando Barreiros que reflita juridicamente sobre o que foi dito, nomeadamente pelo Sr. Vereador Rui Rei, e dê as instruções necessárias, pois há necessariamente um aconselhamento jurídico que se tem que ter, para que as pessoas não possam estar a cometer um lapso grave. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: CONTRATO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CURATIVA DE SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA NO MUNICÍPIO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 73/15, de 20/01, do DOVI/DOVI, para aprovação, com base no disposto da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, do envio à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente ao contrato de manutenção preventiva e curativa de sistemas de sinalização semafórica no município, no valor estimado de 40 000,00€, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, cujo prazo de duração será de 16 meses, repartidos nos anos de 2015 e 2016.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 73/15, de 20/01, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU vão aprovar o ponto, não lhes suscita muitas dúvidas, apenas uma breve, mas de profundo alcance e recomendação. -----
A câmara municipal dispõe de planos de mobilidade, salvo erro 3, para as 3 principais cidades do concelho de Vila Franca de Xira, Alverca do Ribatejo, Póvoa e Vila Franca. Porém, há uma necessidade que há algum tempo a esta parte deixou de ser uma necessidade expressa deste município, que tem a ver com a progressiva eliminação de instalação semafórica, designadamente no troço da EN10. -----
Continuam a achar que há determinadas áreas ou troços, nomeadamente entre



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 098

Reunião de 2015/01/28

Procº 1/15 DOVI-PS

Deliberação nº _____

Alverca e Alhandra, inclusive, que carecem de um investimento concertado com a Estradas de Portugal, por via de substituição integral de alguns dos sistemas de sinalização semafórica. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que não vem nada referido, mas os membros da Coligação Novo Rumo pensam que certamente deve haver algum levantamento sobre a quantidade dos equipamentos instalados no concelho, para poderem também avaliar, em termos de um possível custeio que possa vir a ser indicado, bem como algum levantamento sobre o número de avarias que tem havido. -----

Colocam esta questão, antes de se pronunciarem. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, referindo, em relação ao quantitativo, que se tem como referência última 2014, mas o procedimento não era este. Não havia um contrato de manutenção, a câmara municipal estava a gerir “avaria a avaria”, que não era, de maneira nenhuma, nem economicamente, nem tecnicamente, o melhor, porque também tem que se estar à espera da reparação. Neste caso a última referência que se tem, salvo erro, é o ano de 2014, e por isso o quantitativo que vem, e o prazo para fazer face a esta situação. -----

Efetivamente o concelho, em instalações semafóricas, não é tão pequeno como isso, só que por vezes a reparação que estava a ser feita, contra a maneira de pensar do executivo, principalmente do próprio, é demasiada lenta para o sistema que estava implantado. Neste tipo de instalação é o “princípio do doente”, quando avaria, imediatamente tem que estar reparado, e é essa a ideia. -----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, perguntando, sendo proposto um ajuste direto pelo preço mais baixo, de que forma as empresas da especialidade sabem o preço a apresentar, se não têm o conhecimento do volume de trabalho. -----

Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador precisa dessa informação, e ser-lhe-á fornecida. A questão de fundo já o Sr. Vereador António Oliveira referiu. Houve, em alguns casos, avarias que demoraram muito tempo, tempo de mais, para serem reparadas, justamente porque não se tinha um contrato de manutenção, que agora se pretende vir a ter. -----

A empresa a quem for adjudicado este serviço vai ter que reparar todas as avarias que acontecerem, de acordo com aquilo que existe, que está implementado no

Handwritten signature

Handwritten signature

concelho. -----

A câmara municipal tem vindo a colocar muita sinalização semafórica nos últimos anos, o que efetivamente melhora consideravelmente a segurança rodoviária, principalmente, mas também causa um problema de que várias vezes se falou, que com este contrato se resolve. Agora, o executivo desejaria levar este assunto à próxima assembleia municipal, e pergunta ao Sr. Vereador Vítor Silva se se poderão dar essas informações posteriormente.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, perguntando se não há caderno de encargos. ---

O Sr. Presidente interveio, questionando se o Sr. Vereador ou a Engª Rosário Ferrão poderão elucidar em que base é que este contrato avançou. -----

Interveio a Engª Rosário Ferrão, dizendo que este documento que vem a reunião de câmara é única e exclusivamente para remessa à assembleia municipal, para que possa autorizar um compromisso plurianual. De seguida virá a reunião de câmara um parecer prévio vinculativo para o desenvolvimento duma prestação de serviços para manutenção da sinalização semafórica no concelho, onde virão expressas todas estas questões que estão a ser colocadas, nomeadamente a listagem de toda a sinalização semafórica ou o caderno de encargos. Neste momento o que é preciso para a câmara municipal autorizar o parecer prévio vinculativo é ter um documento da assembleia municipal para autorizar o compromisso plurianual. É só o que está em causa, mais nada.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que a Coligação Novo Rumo está esclarecida, em função desta explicação. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que depois de uma melhor leitura, até da parte do próprio, constava tudo. Está-se a penitenciar, pois podia logo ter dito isso mesmo que a Engª Rosário Ferrão referiu. É um procedimento que tem de ir à assembleia municipal, porque é em termos de anos seguintes, e depois todas as questões, que com pertinência o Sr. Vereador colocou, serão colocadas no próprio concurso e no caderno de encargos. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



Fl. Livro _____

Fl. Ata 100

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

Pelas 12h37, depois da discussão e votação do ponto 20 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----




Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

RUÍDO PROVOCADO PELO BAR "KUD'JUDAS" - CALHANDRIZ -----

Interveio o munícipe, Sr. Luís Miguel Xavier, agradecendo a oportunidade para expor o problema de um grupo de moradores da Calhandriz, dizendo, como os presentes já tiveram oportunidade de verificar, que abriu novamente um bar no meio da localidade, que vem prejudicar imenso a qualidade de vida dos moradores. É uma zona essencialmente com uma população mais idosa, mas idosa ou não tem direito a descansar nas suas casas e a viver tranquilamente. -----

O bar abriu em 2003 ou 2004, os moradores já nessa altura tiveram um litígio com o seu funcionamento, a câmara municipal da altura realizou várias audiometrias, e a legislação previa uma diferença de 5 decibéis entre o ruído ambiente e o ruído provocado pelo bar. Crê que essa legislação foi alterada, pelo menos aquilo que lhes disse a DECO foi que agora é de 3 decibéis, e as avaliações, na altura, foram de 15.8 decibéis e 15.4 decibéis. Portanto, perguntam como é que um bar que tem estas condições de isolamento está aberto. Como é que, depois dos problemas que houve da outra vez, é permitida a abertura de um bar nestas condições? -----

Não foram realizadas nenhuma obra de isolamento, porque moram ao lado do bar, estão no local todos os dias, veem quem entra e quem sai, o bar abre, e isto está constantemente a acontecer. -----

A GNR da Castanheira tem sido chamada, tem colaborado com os moradores, e inclusive, da última vez que houve música ao vivo, os senhores do bar apresentaram à GNR uma licença especial de ruído, que lhes permite ter o volume ao nível que quiserem. -----

Portanto, gostava de saber, uma vez que se falou imenso no urbanismo, se é este tipo de regras que se quer para a Calhandriz. Toda a gente pode fazer o barulho que quiser, não há respeito nenhum pela qualidade de vida das pessoas que moram no local. -----

Na zona ou nas imediações do bar há pessoas doentes e, como deve ser do conhecimento geral, este ruído provoca alguma tensão, o que não vai favorecer em nada as doenças dessas pessoas. Para além disso, para quem não é doente, e isto está provado cientificamente, a exposição às vibrações provoca doenças, estando-se a expor toda a gente que vive no local ao aumento do risco de doenças. -----

Não compreendem como é que o bar pode estar a funcionar, e gostavam de saber quem fiscaliza. Quem é que fiscaliza as condições de segurança? Quem é que fiscaliza as condições de isolamento? O bar não tem saída de emergência, ou seja, a saída de emergência é para um muro com 2 ou 3 metros de altura. -----

Desta vez a situação é agravada porque se criou uma situação para fumadores, em que a porta das traseiras do bar está permanentemente aberta, deixando sair ainda mais o ruído. Desta forma, solicitam que se resolva este problema, e consideram que o resolver do problema é deixar de permitir a abertura do bar, porque os moradores e os seus filhos têm direito, às sextas-feiras e aos sábados, a dormir tranquilamente. -----

O Sr. Presidente interveio, saudando o munícipe, Sr. Luís Xavier, bem assim como as restantes pessoas que hoje quiseram dar à câmara municipal o prazer de estarem presentes na reunião. -----

Efetivamente pede ao Dr. Fernando Barreiros para verificar, junto dos respetivos serviços, as queixas que houve, como foram feitas essas queixas, em que condições é que aquele processo teve licença, e que licenças foram passadas, para rapidamente se analisar e tomar as decisões que lhe parece que se impõem neste caso. -----

Por outro lado, solicita que recupere o processo de 2004, que foi falado, para fazer uma analogia entre uma coisa e outra, e verificar se em 2004, e a legislação não era tão apertada como é agora, a câmara municipal fez algo que provavelmente não deveria ter feito. De qualquer modo, com urgência, pede ao Dr. Fernando Barreiros que faça essa compilação, para se tomar uma decisão. -----

Portanto, é o que se vai fazer, no sentido de rapidamente tentar encontrar uma solução para resolver o problema que o munícipe coloca, e que o próprio compreende que seja uma situação de dificuldade para quem vive paredes meias com o referido bar, que é mesmo em frente ao local aonde se encontram. -----




Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
ESGOTO EM QUINTAL - CALHANDRIZ -----

Interveio o munícipe, Sr. José Carlos Avelar, cumprimentando os presentes, e desejando as boas vindas à sua modesta aldeia, pois é com muito agrado que os mesmos se recebem. -----

Tal como a sua inscrição para intervir diz, pretende falar sobre o esgoto no seu quintal, e dizer que há uns anos atrás rebentou uma conduta de esgoto na rua Jaime Marques Dias Simão, o esgoto entrou para dentro de uma casa de arrumos que tem e para dentro do seu quintal, inquinando-lhe a água de um poço que lá tem, de onde antigamente bebia água com muito prazer, mas neste momento nem tão pouco serve para regar a sua horta. -----

Numa luta que teve com o Engº Figueiredo, lá se conseguiu intervir de alguma maneira, e fez-se por ali uma hipotenusa, que ligou a rua Jaime Marques Dias Simão à rua da Igreja, mas já não vai dar aos outros dois catetos, atalha logo por ali, tendo sido feita uma conduta dentro das suas instalações, passando pelo seu quintal, e vindo desaguar à rua da Igreja, muito embora o esgoto continue, na sua entrada, a céu aberto. -----

A coisa remediou por ali, mas agora, uns anos depois, voltou, e o próprio deve até dizer que o Sr. Vereador da altura, o Sr. Simões Luís, esteve no local e disse que aquilo não podia ser, que era incrível, e foi então que conseguiu convencer o Engº Figueiredo a fazer aquele trabalho. -----

Deve ainda dizer que o esgoto era tanto que fez uma barragem, e punha uma mangueira a escoá-lo para a via pública, tal não era a quantidade de esgoto que corria por ali, mas essa parte ficou remediada, só que agora voltou de novo à carga. -----

Teve oportunidade e falou com a sua junta de freguesia, e sabe que foi feito um ofício para os serviços competentes para a resolução do problema, e imediatamente surgiu um senhor, que se identificou como fiscal, verificou que efetivamente aquilo era um desastre, e disse que agora não ia haver problemas, porque os serviços têm um equipamento que vai localizar rigorosamente onde é que a conduta está partida. Ficou muito contente, esperou, mas esse equipamento nunca mais apareceu. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 114

Reunião de 2015/01/28

Procº _____

Deliberação nº _____

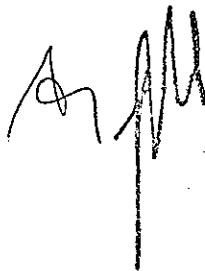
Voltou a falar com a junta de freguesia, mais concretamente com a secretária, Sara Machado, que lhe disse que ia de novo officiar os serviços. Não sabe se officiou, pensa que sim, officiou com toda a certeza, só que naturalmente os serviços fizeram "ouvidos moucos", nunca mais ligaram ao assunto ou então consideraram-no como um munícipe de terceira.-----

O que é facto é que quando o caudal é maior, nomeadamente ao fim de semana, continua a escorrer esgoto para dentro da sua casa de arrumos, e o Sr. Presidente da junta pode efetivamente confirmar. A situação é esta, não é como era, mas o que é facto é que quando o caudal é maior está a levar com aquilo em cima. -----

O Sr. Presidente interveio, saudando o Sr. José Carlos Avelar, referindo que está em boa forma, e que se tem dedicado à geometria ultimamente. -----

Tem-se presente um problema complicado, e crê que se recorda do munícipe, há alguns anos atrás, ter falado neste assunto. Recorda-se do Sr. José Avelar já ter colocado esta situação, que, como o mesmo disse, teve evolução, mas piorou agora, de maneira que o Sr. Presidente do conselho de administração dos SMAS vai avaliar e verificar o que se fez na altura, e certamente o que se terá que fazer para obviar esta situação, em que quando há maior volume de pluviosidade, o munícipe está com esses problemas, e a câmara municipal não quer que esteja. -----

Assim, vai-se tentar encontrar, no âmbito de uma outra análise geométrica, outra solução. -----



1. Assunto: BENEFICIAÇÃO DA EM 501 (ESTRADA DA ALFARROBEIRA) – ALVERCA DO RIBATEJO – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO ----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 46/15, de 15/01, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria e receção definitiva, bem como da liberação da totalidade da caução prestada, e consequente extinção da mesma, referentes à empreitada de beneficiação da EM 501 (estrada da Alfarrobeira), em Alverca do Ribatejo, adjudicada à Constradas, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 46/15, de 15/01, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que se está perante uma receção definitiva, e aquilo que os membros da CDU gostavam de saber é o que é feito dos compromissos assumidos nas discussões anteriores que houve relativamente a este tema. Lembram-se bem que a câmara municipal se comprometeu a remover as barreiras arquitetónicas existentes no passeio da estrada da Alfarrobeira, nomeadamente os postes de iluminação que estão no meio do passeio, passeios esses que têm menos de um metro de largura. -----
Os tempos foram passando, já se vai na receção definitiva e elaboração da caução, mas esse compromisso de remoção das barreiras arquitetónicas continua por cumprir, e é uma postura que, sinceramente, não podem aceitar de maneira rigorosamente nenhuma. Assim, sob pena deste assunto vir a morrer e da remoção das barreiras arquitetónicas da estrada da Alfarrobeira vir a morrer também, porque está-se a falar da receção definitiva da obra, gostavam de saber para quando, sim ou não, é que o Sr. Presidente lhes apresenta “timings” concretos



para a concretização dos compromissos já assumidos, para que possam votar esta receção em consciência com o que tem sido assumido pela câmara municipal.-----

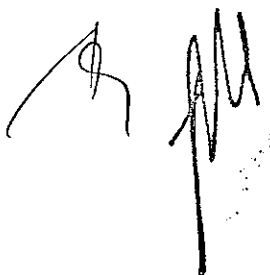
O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, referindo que gostaria de se reportar a uma intervenção que o Sr. Vereador Rui Rei fez em 24 de setembro de 2014, que dizia: "Face à via, é outra questão, e ainda hoje tem algumas dúvidas, nomeadamente de algumas áreas de passeios e intervenções pontuais na via, pois nunca ficou corretamente tratada. Da experiência do passado, e de lá passar de vez em quando, não passando tanto como passava, os problemas permanecem os mesmos. Se é só um problema do empreiteiro, se não se engana, na altura com os SMAS, ou se é um problema do excesso das infraestruturas que ali passam em alguns sítios, não permitindo a compactação, o que há é uma série de problemas sérios naquela via, que se refletem no que lá está, e não sabe, sinceramente, se não se pode obrigar um conjunto de entidades a resolver isto, quer o empreiteiro, quer eventualmente os SMAS, porque junto da curva, perto de um restaurante, houve uma intervenção, um ano a seguir à obra. -----

Não consegue ter uma opinião que liberte o empreiteiro de algumas destas responsabilidades, e pensa que deveria ser avaliado convenientemente, quer com o empreiteiro, quer com os SMAS, chegando-se a uma conclusão do que ali está nalgumas zonas pontuais da via, relativamente à forma de corrigir alguns daqueles problemas, pelo menos para durar mais uns anos sem intervenção da câmara municipal".-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando, sem prejuízo do Sr. Vereador António Oliveira poder falar, que gostaria de dizer, pelo conhecimento que tem desta obra, que há dois tipos de situações. -----

Uma é a obra propriamente dita, que foi aquela que foi a concurso e foi executada de acordo com aquilo que foi imposto ao empreiteiro, que fez o que a câmara municipal solicitou que fosse feito através das peças concursais. Tudo isso está feito e nada há a exigir ao empreiteiro, pelo que se tem de fechar a obra, e por essa razão é que vem hoje a receção definitiva.-----

Outra coisa são as questões que têm sido colocadas, que têm a ver com a exiguidade dos passeios, que dificilmente poderão ser em algumas zonas mais alargados. Contudo, poder-se-á, e é disso que se está a tratar com a EDP já há



algum tempo, mas o Sr. Vereador António Oliveira poderá falar sobre isso, porque tem a informação mais presente, tratar da realocização dos postos de iluminação pública que estão no meio dos passeios. -----

Depois também havia e há alguns ajustamentos que eram necessários fazer numa determinada zona duma plataforma, o que teve a ver com uma exigência do proprietário do prédio em causa, em que houve um acesso a uma garagem que ficou a uma cota bastante acentuada relativamente ao passeio. É uma matéria que a câmara municipal ficou de corrigir, mas não tem a ver com o âmbito da empreitada, que fez aquilo que, como já disse, estava previsto no próprio concurso. Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo, em relação à situação focada pelo Sr. Vereador Paulo Rodrigues, quanto à iluminação pública, que vai repetir o que disse na última reunião de câmara, e naturalmente que o Sr. Vereador, como não estava presente, não ouviu, tendo o próprio respondido à sua colega de bancada, Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, em relação a situações de Vialonga. ----- Tem, juntamente com os serviços, prevista uma reunião com o diretor de Loures da área operacional referente a situações da EDP no concelho, e não objetivamente em Vialonga ou Póvoa de Santa Iria, sendo que se fez uma elencagem geral de tudo o que está pendente, e uma das situações que lá vai ser colocada é exatamente a destes postes que estão naquela zona. Depois, como diz o Sr. Presidente, e bem, ir-se-á ver até que ponto se vão entender, e provavelmente a conversa não vai ser nada fácil. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, informando que a CDU se vai abster neste ponto. -----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, dizendo que, em face da explicação que o Sr. Presidente deu, que uma coisa era a obra que foi contratada, e outra a situação de algumas anomalias existentes, que se estão a tentar resolver, os membros da Coligação Novo Rumo vão aprovar. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo então que com a abstenção da CDU o ponto é aprovado por maioria. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



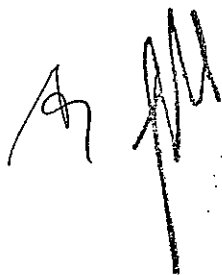
1. Assunto: EXECUÇÃO DA EB 01/JARDIM DE INFÂNCIA DA PÓVOA DE SANTA IRIA NORTE – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 60/15, de 16/01, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria e receção definitiva, bem como da liberação da totalidade da caução prestada, e consequente extinção da mesma, referentes à empreitada de execução da EB01/Jardim de Infância da Póvoa de Santa Iria Norte, adjudicada à Interobra, Sociedade de Obras Públicas, SA.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 60/15, de 16/01, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que os membros da CDU gostavam só de ser esclarecidos, porque notam alguma diferença na redação dos documentos que lhes foram entregues relativamente a esta matéria. -----

Partem do princípio, e sabem que é assim, que a câmara municipal teve que contratar fora uma empresa para correção das anomalias que foram encontradas na Escola EB01/JI Norte, da Póvoa de Santa Iria, uma vez que o empreiteiro se encontrava num processo de falência, e não poderia cumprir com aquilo que eram as posições contratuais no final da garantia, de proceder às correções.-----

O valor gasto pela câmara municipal nestas correções, com essa contratação de terceiros, foi de 125 932,00€, e com certeza que irá ser deduzido depois à garantia bancária que vai ser devolvida ao empreiteiro ou administrador de insolvência. -----

Parte do princípio que seja assim, pois no ponto 1.8 da informação isso é dito claramente: “A referida deliberação da câmara municipal aprovou, igualmente, que com o recurso à contratação de terceiros para a execução dos trabalhos de



correção, nos termos do artigo 218º, nº 4 do RJEOP, o dono da obra fosse ressarcido dos respetivos custos com os referidos trabalhos”.-----

Parte do princípio que é feito à custa da garantia bancária existente, mas no entanto, e a dúvida dos membros da CDU passa por aqui, quando no final do articulado, nomeadamente na questão da proposta que vem diretamente à reunião de câmara, no ponto 3.3 e no ponto 4.2, não veem essa clareza espelhada, e inclusivamente aquilo que leram, ou pelo menos a leitura que fazem é que, feita a receção definitiva de toda a obra como ocorre nesta situação, o regulamento geral determina que deverão ser restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia, ou a qualquer outro título, promovendo-se a extinção da caução prestada, quando o que pensam é que deveria vir escrito que, “serão restituídas ao empreiteiro as quantias retidas, deduzidas no valor gasto pela câmara municipal na correção das anomalias que foram detetadas”.-----

É uma questão de pormenor de redação, mas deve ficar bem claro, porque quando se diz “propõe-se à câmara isto” devia dizer-se “propõe-se isto, mas devidamente deduzido das verbas que foram gastas pela câmara municipal”, senão dá a entender, pelo menos aos membros da CDU, e considerando o articulado, que aquilo que é dado é dado. Se está no despacho, acredita que sim, mas também deveria vir.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo estão completamente de acordo com o que foi dito, a câmara municipal tem que garantir que o empreiteiro não receba mais do que aquilo que tem direito a receber, deduzido das obras que foram necessárias fazer.-----

Aliás, fazendo fé em tudo que vem, que está em condições, o que o próprio sugere é que, face ao histórico desta e da outra escola, se tenha uma posição reforçada face a isto, porque feita a receção definitiva nada mais há a solicitar ao empreiteiro. Portanto, num cenário destes, de alguns problemas que aconteceram, não seria eventualmente nada mal avaliado ter uma avaliação redobrada, de detalhes redobrados, nomeadamente de infiltrações e outras coisas que podem estar na obra, que às vezes não são vistas com detalhe, porque depois de feita a receção definitiva nada mais há a pedir ao empreiteiro. Até lá, e face ao histórico, pensam que se deveria ter sempre cautela nesse processo. -----



O Sr. Presidente interveio, dizendo que o despacho do Sr. Vereador é claro, o da Engª Rosário Ferrão é claro, de qualquer modo talvez no ponto 3.3 também se poderia ter referido, para, ao fim ao cabo, estar em consonância com o despacho. --
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, sugerindo que a proposta que o Sr. Presidente faz no ponto 3.3 seja mais no ponto 4.2, porque essa é que é a proposta para deliberação da câmara municipal. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que o Sr. Vereador tem razão, de qualquer modo o despacho da Engª Rosário Ferrão coloca essa questão. Contudo, questiona se ainda é possível acrescentar esta questão no ponto 4.2. -----

Interveio a Engª Rosário Ferrão, referindo que se pode acrescentar, mas gostaria só de dizer que quando veio a reunião de câmara a proposta para acionamento da garantia, com o valor do orçamento, que deu origem depois ao procedimento e dá agora origem a esta libertação, a câmara municipal imediatamente pediu ao banco o valor e depositou na sua conta. Portanto, neste momento a garantia que existe é só a restante, nem sequer existe a garantia na totalidade, porque já veio do banco a percentagem referente a este processo. -----

Isso veio logo, não foi agora, a câmara municipal vai devolver o restante, porque não há mais nada, já que na altura que o assunto veio a reunião de câmara isso aconteceu de imediato, o que a própria confirmou com a contabilidade. Quando a câmara municipal determina o acionamento de uma garantia, pede ao banco imediatamente, não está à espera que depois se façam estes procedimentos todos e devolva só o que não gastou. -----

É imediato nesta situação, assim como na escola do Casal da Serra, em que também a câmara municipal deliberou acionar garantias, e há de vir a reunião a libertação da restante garantia. Assim que se delibera acionar, imediatamente a contabilidade, com a deliberação de câmara, pede ao banco a verba. -----

Interveio o Sr. Presidente, questionando se não há nada a restituir, ao que a Engª Rosário Ferrão respondeu que há a restituir o restante da garantia, já que a garantia não é deste valor, é no valor de 10% da empreitada. -----

Perguntou ainda o Sr. Presidente se o acionamento da garantia foi no seu todo, esclarecendo a Engª Rosário Ferrão que não, foi só no valor correspondente às obras. -----

Handwritten signatures

1. Assunto: EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA –
CONTA FINAL-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 66/15, de
19/01, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final referente à empreitada de
execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa, adjudicada à Oliveiras –
Engenharia e Construção, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 66/15, de 19/01, do
DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara
para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que, face a esta conta final, gostaria só de
colocar uma questão, porque não foi possível confirmar. A obra foi inaugurada há
uns dias, teve oportunidade de lá passar no dia a seguir, na corrida que de vez em
quando faz na zona ribeirinha, e olhou, passando no sentido do rio para o Forte da
Casa, e aquela zona que ali está vai dar a uma zona que, por força da chuva, está
enlameada, cheia de água e sem nenhum arranjo logo à saída. Desta forma,
pergunta se na empreitada não estava incluído o arranjo de todo aquele espaço.----
O Sr. Presidente interveio, dizendo que crê que não estava. Também lá estive,
também molhou os pés, e até levava os seus melhores sapatos, porque ia para
outra iniciativa que exigia que levasse uns sapatos como deve ser, depois estive a
limpá-los e lá se resolveu, sendo que, efetivamente, detetou aquilo que o Sr.
Vereador viu. Aquele terreno é privado, é uma serventia, e o que solicitou já ao Sr.
Vereador responsável foi que lá fossem colocados resíduos de fresagem para
melhorar a zona, porque considera que as pessoas que saem da passagem
superior depois têm ali esta situação. -----

[Handwritten signature]

Como o Sr. Vereador sabe, existe ali um portão, e mesmo para a câmara municipal fazer as obras teve que pedir uma autorização para entrada de viaturas ali, autorização essa que não foi simples, foi complicada. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que então o portão foi colocado pela Teixeira Duarte, ao que o Sr. Presidente respondeu que sim, porque a propriedade é dessa empresa. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que pensa que a câmara deveria avaliar, pois recorda-se que aquele caminho sempre foi de usufruto público. -----

Ao sair da praia dos pescadores, no sentido do Forte da Casa, chega-se ao fim do tabuado que lá está, e pode-se seguir em frente para Alverca ou virar à esquerda, fazendo-se o percurso das salinas, chegando-se a essa zona do portão. Então, até ao portão é alvo das cedências, e a partir daí já não é? -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que tem que ver, não podendo agora estar a dizer nem que sim, nem que não. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE (PROCEDIMENTO DE SEGURANÇA PARA A DEMOLIÇÃO DO PONTÃO)-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 58/15, de 16/01, do DOVI/DOVI, para aprovação dos documentos referentes ao desenvolvimento do plano de segurança e saúde, que consiste no plano de prevenção específico relativo à atividade de demolição do pontão, da empreitada da regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à Oliveiras - Engenharia e Construção, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 58/15, de 16/01, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo ter umas questões muito rápidas sobre esta regularização do rio Grande da Pipa, não sabendo se já houve alguma evolução, e se o Sr. Presidente pode esclarecer sobre a empreitada do estacionamento. Para quando? Já há evolução? Quando é que realmente se concretiza ou inicia essa empreitada? Como última pergunta, quem assume o deslizamento dos taludes dos gabiões? Quem é que assume esses custos? -----
O Sr. Vereador Rui Pereira interveio, dizendo que a sua intervenção vai-se prender concretamente com o plano de segurança e saúde, e não só, com outros documentos que muitas vezes vêm, para depois se terem que votar.-----
Não conseguiu encontrar, no documento que é dado a verificar aos membros da CDU, por exemplo, quando é que vai decorrer este trabalho, quando é que está



previsto o início, e quando é que está previsto o fim. Obviamente que os planeamentos também sofrem alterações, mas não é a primeira vez, são quase todas as vezes, quando vêm estas alterações ou desenvolvimentos do plano de segurança e saúde, não virem datadas. Outro exemplo, como já disse uma vez, é a questão das vistorias que os técnicos da câmara municipal fazem a habitações e coisas parecidas, em que muitas vezes, nos documentos que são trazidos, não vêm datas. Não vem quando é que a pessoa pediu a vistoria, quando é que os serviços a rececionaram, quando é que foi feita, e quando é que foi tomada a decisão e enviada a reunião de câmara. -----

Também nos planos de segurança e saúde, como em outros documentos, pensa que os tempos que se gastam são fundamentais, até para se poderem avaliar outras coisas, e se é isso que não se pretende, fica a dúvida. Neste caso tem-se um plano de segurança e saúde que nem sequer tem data de planeamento, quando é o arranque da obra, ou então pelo menos deve fazer-se um anexo do planeamento de obra geral. -----

Interveio o Sr. Presidente, solicitando à Engª Rosário Ferrão o favor de informar, pois sobre a matéria saberá mais do que o próprio e o Sr. Vereador António Oliveira. -----

Interveio a Engª Rosário Ferrão, informando que a demolição vai ter lugar no princípio de fevereiro, uma vez que se está a aguardar que a obra no pontão novo termine até 31 de janeiro, para pôr o trânsito a circular, sendo que este plano constitui-se em documentos de desenvolvimento do plano inicial. O Sr. Vereador poderá ter razão quando diz que precisava de saber quando é que ia começar a demolição, mas pode começar no dia 1, 2 ou 3, será consoante a obra esteja em condições de permitir que se comece com a demolição. -----

Pensa que isso não é grave para um plano de segurança e saúde, quando está aprovado, são documentos do desenvolvimento do plano, mas passar-se-á a ter esse cuidado, de pôr o dia para o início dos trabalhos, ainda que possa não ser cumprido. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que ia justamente sugerir, sendo difícil prever o dia exato, que se pusesse, "prevê-se que se inicie em", vindo ao encontro daquilo que o Sr. Vereador Rui Pereira colocou, e a partir de agora que se faça. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 110

Reunião de 2015/01/28

Procº 10/11 DOVSM-EMP

Deliberação nº _____

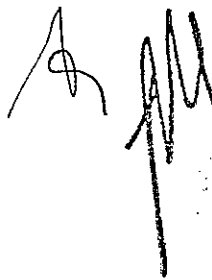
É muito difícil acertar a obra, que tem as dificuldades que tem, e às vezes não se conseguem cumprir rigorosamente os prazos, mas pode-se pôr uma previsão, com certeza. -----

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, de facto têm que se avaliar algumas questões que se colocaram em termos de gabiões, e não sabe se são propriamente gabiões se são colchões Reno, mas julga que são colchões. --- Há várias matérias que se têm de avaliar, estar-se-á perante uma pluviosidade impiedosa, que dificultou e continua a dificultar, agora um pouco menos, porque houve uns dias de sol, mas num determinado contexto foram de facto momentos muito difíceis. Já o ano passado se tiveram, este ano não fugiu à regra, e numa obra com aquelas características é muito difícil. Portanto, vai-se avaliar o que é necessário reparar, se se trata de um erro do projeto, ou se é uma consequência das vicissitudes da própria obra, no que diz respeito à imensa pluviosidade.-----

Quanto ao estacionamento, como já provavelmente o Sr. Vereador deve ter reparado, as instruções que foram dadas estão a ser cumpridas, ou seja, a limpeza da zona onde existe hoje o pontão está limpa. Não sabe se parte do estaleiro já recuou ou não, não tem essa informação, mas também era para restringir o estaleiro ao mínimo indispensável. Quando o pontão for demolido, que se prevê no início de fevereiro, com entrada em serviço do outro pontão, poder-se-á já evoluir numa situação mais sólida, não definitiva, mas mais sólida, que permita às pessoas ali estacionarem, como no passado, de uma forma em que o terreno permite, e hoje com outras condições muito mais favoráveis.-----

Aquilo que se tem vindo a conversar vai-se realizar, não no tempo a seguir ao dia seguinte, mas de acordo também com a dinâmica da própria obra, e é o que pode referir. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – ORÇAMENTO DE TRABALHOS A MENOS -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 63/15, de 19/01, do DOVI/DOVI, para aprovação do orçamento de trabalhos a menos, no valor de (-) 226 421,63€, acrescido do IVA, bem como da dedução deste valor ao preço contratual, referente à empreitada da regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à Oliveiras – Engenharia e Construção, SA, não assistindo ao empreiteiro o direito de indemnização previsto no nº 1, do artigo 381º, do Código dos Contratos Públicos. ---
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 63/15, de 19/01, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que vai só infringir o ponto, porque anda há muito tempo para fazer uma pergunta, que vai passando. Assim, quando for oportuno, os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber o resultado da comissão de acompanhamento do PDM de Alenquer. Há responsáveis do município de Vila Franca de Xira na revisão do PDM do concelho de Alenquer, e gostariam de saber qual é o resultado dessa comissão de acompanhamento, porque normalmente, de que se recorda, nunca viu nenhum documento vir à reunião e câmara, nem do concelho de Loures, nem do concelho da Arruda dos Vinhos, nem dos concelhos limítrofes de Vila Franca de Xira.-----
São coisas muito importantes, nomeadamente os encontros com o concelho, para não se terem situações como na Póvoa de Santa Iria, que é uma avenida sem

saída, que dá para lado nenhum, exatamente porque ninguém preservou a saída para o lado de Santa Iria de Azóia, tendo-se ali uma coisa extraordinária, com 3 faixas para cada lado, que dão de encontro a um jardim de infância. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que é uma linha de água. -----

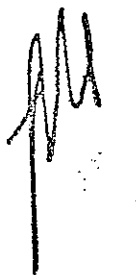
Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que uma linha de água era fácil, constrói-se um pontão e resolvia-se. -----

Interveio de novo o Sr. Presidente, referindo que isso era resolúvel.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que era importante e convinha ver, é a comissão de acompanhamento, em Alenquer, que tem aquele entroncamento com orio Grande da Pipa, porque esta câmara municipal é obrigada ou deveria dar opinião face ao que Alenquer tem previsto do lado do seu território, que influencia o de Vila Franca de Xira, bem como se se está de acordo ou não nessa situação, até para obviar umas coisas que o Sr. Presidente disse um pouco atrás, que é o facto de a CCDDR tratar territórios iguais de forma diferente. Um está numa margem, outro está noutra, dum lado pode-se fazer uma torre com 50 andares, do outro é reserva ecológica nacional, não se pode lá plantar um prego, nem pôr nada, e convém que se possa defender o território devidamente.-----

Face à questão que é presente, os membros da Coligação Novo Rumo olham para uma coisa que é interessante, de que o próprio já falou variadíssimas vezes, ou seja, há trabalhos a menos neste pontão, nomeadamente a conduta da Solvay que não é necessária ser reposta, porque vai ser desativada. -----

Considera que é preciso cuidado, porque o concelho tem, se não se engana, 160 km, não sabe bem os valores, mas é um exagero, ou seja, tem pelo menos 3 condutas que por ele passam. Uma atravessa de Vialonga à Póvoa de Santa Iria, uma passa por aqui, e outra, que vem de Alenquer e passa em Vila Franca de Xira, sendo que, nomeadamente no troço em Vila Franca de Xira, na rua Serpa Pinto e na outra anterior, a conduta não foi recuperada. A Solvay, à época, não quis lá fazer nenhum investimento, e isso implica que se não for feito nada, e à época já apresentava problemas, mais tarde ou mais cedo vai haver ali um abatimento. É uma questão de tempo, se a conduta deixar de ter utilização, a degradação é superior e a seguir vai-se ter um problema, pelo que convinha que a câmara municipal comesçasse a salvaguardar esta situação.-----



Em primeiro lugar, a Solvay nunca pagou o aluguer, a intervenção no subsolo, como pagam outras entidades, nomeadamente o gás, mas chegou a receber uma carta nesse sentido. Nunca pagou, paga 9 ou 10 mil euros à Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, e do ponto de vista que têm sem nenhuma cobertura legal para o efeito, mas efetivamente a ocupação de todo o subsolo que tem no concelho nunca pagou, e em 2009 e 2010 recebeu uma carta, com um valor a liquidar à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Se não se engana, aí sim é que rondava os 150 000,00€ que teria que pagar à autarquia, mas não tem a certeza, sendo uma questão que se pode verificar. -----

Desta forma, chama a atenção para a necessidade de se vir a ter isto em linha de conta, porque mais tarde ou mais cedo, se não se tiver em linha de conta, vai ser a câmara municipal a pagar isto, e toda a gente sabe o que custou à câmara municipal repor as condutas da Solvay mais em baixo, em Alverca do Ribatejo, no centro, no rio Crós-Cós, pois foram repostas condutas novas naqueles atravessamentos, e com exigências tremendas. -----

Portanto, convinha que se avaliasse e não se tivesse condescendência, porque senão vai vir ao orçamento municipal de certeza absoluta. -----

Por último, gostaria de saber onde é que vai ser realocado o parque infantil que estava previsto na Vala do Carregado. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que as questões que o Sr. Vereador Rui Rei colocou têm pertinência, tendo em vista uma futura, ou não, utilização das condutas da Solvay, e é uma matéria que se tem, de facto, de tomar em atenção. --

Quanto ao acompanhamento do PDM de Alenquer e de Loures, não sabe responder, a única coisa que sabe é sobre a comissão de acompanhamento de Arruda dos Vinhos. O próprio transmitiu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos qual era o representante de Vila Franca de Xira, é o Urbº Ricardo Ramalho, que já teve uma reunião, e que, pela sua experiência, até ajudou nalgumas dificuldades que sempre se deparam em processos destes. Sobre o de Arruda, poderá a breve trecho informar, quanto aos outros dois, sinceramente não tem informação, vai procurar saber se existe, quem são os representantes, que já não se lembra quem são, ou seja, vai tentar saber o que se passa relativamente a esta matéria. -----

Quanto ao parque infantil, vai-se demolir a breve trecho o restaurante, está a desenvolver-se o procedimento para o efeito, e quando se tiver aquele solo todo livre vai-se saber se aquele é o local indicado para lá continuar um parque infantil ou não. Tem sérias dúvidas, pois está perto do rio, e pode não ser a solução mais indicada manter ali o parque infantil. Provavelmente para ali ter-se-á que encontrar outro tipo de soluções, tendo depois que se verificar quais. -----

Não tem presente o que o próprio projeto define ali em termos de requalificação, e não sabe se é até à linha do comboio, mas tem que se colocar o parque infantil noutra local onde haja crianças, e provavelmente ali próximo. Contudo, confessa que neste momento é prematuro estar a dizer seja o que for sobre isso, sem ter ideias precisas para o efeito. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo, sobre a questão dos gabiões, que gostaria que a câmara municipal se pronunciasse depois, porque pensa que até hoje nunca fez nenhuma receção provisória parcial de coisa nenhuma. Se não fez, a responsabilidade de toda aquela obra que ali está é do empreiteiro. Se os gabiões caíram, o empreiteiro tem que os repor, independentemente de ter vindo uma catástrofe de chuva, sol ou o que for. A obra é dele, e se não está em condições tem que a repor, tal como se se tivesse recebido e, a seguir, se tivesse roubado qualquer coisa, era responsabilidade da câmara municipal. Não é que tivesse caído, porque mesmo o facto de ter caído, se é um problema estrutural, é do empreiteiro até à receção definitiva, mas ali, do seu ponto de vista, nem deve haver duas interpretações, mas os juristas podem-se pronunciar. A obra está entregue na íntegra a um empreiteiro, o empreiteiro tem que entregar aquilo direitinho, limpinho, e diria até o próprio que agora se está mais atento ao que ele fez ali para ver se não acontece noutra lado. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que é uma questão, como há pouco referiu, de análise, e saber avaliar as causas de escorregamentos que efetivamente aconteceram. Depois, quem tiver que assumir as responsabilidades, terá que o assumir naturalmente. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 121

Reunião de 2015/01/28

Procº 10/11 DOVSM-EMP

Deliberação nº 037

1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – PROCEDIMENTO DE SEGURANÇA PARA OS TRABALHOS DE DESVIO DA REDE DE GÁS -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 40/15, de 14/01, do DOVI/DOVI, para ratificação do despacho que aprovou os documentos referentes ao desenvolvimento do plano de segurança e saúde, que consiste no plano de prevenção específico relativo à atividade de desvio da tubagem de gás, da empreitada da regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à Oliveiras - Engenharia e Construção, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 40/15, de 14/01, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para ratificação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----




1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DA RUA LUÍS DE CAMÕES – VILA FRANCA DE XIRA –
ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 39/15, de
20/01, do DOVI/DOVI, para aprovação do projeto de execução, das peças de
procedimento e da abertura do procedimento de concurso público, com o preço-
base de 230 900,00€, e prazo de execução de 120 dias, bem como da composição
do júri e designação do perito, referente à empreitada da requalificação da rua Luís
de Camões, em Vila Franca de Xira.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 39/15, de 20/01, do
DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara
para aprovação.-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que sobre a requalificação geral
os membros da CDU já fizeram intervenções anteriormente, na autorização prévia,
mas têm duas questões. -----

No ponto 3.2 da memória descritiva, “ruas transversais”, diz-se: “verificou-se com
o desenvolvimento desta fase que a extensão da área intervencionada às ruas
transversais seria possível no âmbito deste projeto”. Depois diz-se quais são as
ruas, que é a Dr. Jacinto Nunes, Vasco da Gama, calçada da Costa Branca e depois
o largo 5 de Outubro, logo ao pé do cemitério. -----

Lembra-se que em reuniões, salvo erro da câmara municipal, ou em resposta não
só a algumas bancadas, mas inclusive aos moradores daquela zona, o Sr.
Presidente falou, se a memória não lhe falha, ou foi o Sr. Vereador António Oliveira,
que a questão da travessa da Lourença seria aproveitada na altura da
requalificação da rua Luís de Camões, e analisando esta questão depois das ruas



transversais, tanto da Vasco da Gama, como da calçada da Costa Branca, pensa que não contempla, sendo que por deficiências do software não conseguiu abrir as plantas. Chegaram-lhe agora à sua mão, por gentileza do seu camarada, Sr. Vereador Paulo Rodrigues, que as conseguiu ver por outras vias, mas também aqui leva-o à situação de que é só a rua Vasco da Gama e a calçada da Costa Branca, no início, e não contempla. Portanto, aproveita para perguntar para quando a questão da travessa da Lourença. -----

Depois, quanto ao ponto 3.3.1 da memória descritiva, alerta para o facto de “o projeto não contemplar qualquer intervenção sobre as infraestruturas existentes, nomeadamente caixas, tubagens, cabos, etc.”, e o que os membros da CDU querem perguntar é se realmente estas infraestruturas estão em condições de continuarem, ou vão ser posteriormente refeitas, como aconteceu em algumas partes da requalificação recente da cidade. Se é isso, não entendem que depois de se fazer a requalificação é que se vai mexer nas infraestruturas. -----

São estes dois esclarecimentos, da travessa da Lourença, que não contemplada, embora admita que não possa, mas querem saber o que está, e quando, e das infraestruturas, se estão em condições ou não, e se vão ser reparadas depois de ser feita a requalificação. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo estavam a ver as plantas que estavam convertidas para PDF. -----

Interveio o Sr. Presidente, questionando se pode ver também. -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que pode, e que, como o Sr. Presidente pode ver, estavam a ver as plantas. Podiam estar a ver outra coisa, a receber instruções “on-line”, mas neste caso não. -----

Prosseguiu, mencionando que se vai fazer esta intervenção desde a câmara municipal até à entrada do largo 5 de Outubro, da Praça de Touros, e com certeza que se vão ter preocupações de trânsito face ao cruzamento logo a seguir à câmara municipal, de quem vem do pátio da câmara, depois, no seguinte, que vai dar ao mercado de Vila Franca de Xira, e um pouco mais à frente, antes de chegar à calçada da Costa Branca, e a obra há de ter que ser feita faseadamente, de forma a ter os impactos reduzidos no trânsito. -----

Há algumas peças que não se conseguem abrir, mas nomeadamente das

infraestruturas que aparecem, presume que a câmara municipal, quando vai fazer infraestruturas, vai considerar algumas infraestruturas próprias, para obrigar alguma coisa que passe na fachada a ser enterrada. Em matéria de saneamento, presume que será corrigida alguma coisa no âmbito desta empreitada. ----- Depois, quanto à questão do conceito que está subjacente a toda esta obra, o conceito não é só embelezar a rua. Era, em teoria, fazer algum alargamento de passeios, de forma a incentivar e permitir uma circulação pedonal, com melhor mobilidade e menos obstáculos, mas ao mesmo tempo veem que à frente, ao chegar ao cemitério, há um ligeiro estreitamento da via para o alargamento do passeio. Em termos de conceito é positivo, mas é preciso avaliar que este estreitamento deixa, na prática, de ter ali uma via com a possibilidade de ter 2 carros a passar, ou, se se quer estacionamento na zona, deixa de existir, pura e simplesmente, pois o estacionamento não tem condições.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que se considerou esta intervenção como uma melhoria na via propriamente dita, e sobretudo ter em consideração a melhoria de passagem pedonal, que hoje praticamente é inexistente. Chega-se ao pé da entrada para a calçada da Costa Branca, e não é possível passar porque é exíguo, então as instruções que foram dadas foram no sentido de encontrar soluções para melhorar consideravelmente a largura do passeio. -----

Havia e há a ter em consideração uma situação, quando a via tem que ter 2 sentidos por causa das esperas. Então, numa determinada zona vai-se ter o passeio ao nível da estrada, com pilaretes rebatíveis, que quando não há Feira de Outubro e Colete Encarnado estão mais avançados, mas quando há essas duas iniciativas recuam, e o passeio, apesar de tudo, continua com 1,10 m. Por isso, os veículos continuam a ter, na zona mais crítica, praticamente 5,80m ou 5,90m, à volta disso, e na outra zona têm mais de 6,00m. Esta era a zona mais complicada de resolução, como se sabe, e a decisão que se tomou foi pôr negativos à frente e atrás, para que os pilaretes recuem ou avancem consoante as situações.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que crê que se considera aprovado por unanimidade o ponto. -----

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, referindo que precisa de umas respostas.

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que a travessa da Lourença não

consta porque não é uma obra que diga respeito ao DOVI - Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas, da câmara municipal, vai ser uma intervenção feita pelos SMAS. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que também tinha perguntado, quanto à travessa da Lourença, se há alguma novidade a dar e o que se está a pensar sobre a mesma. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, questionando a pensar em quê, e se é quando. -----

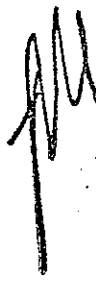
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, respondendo que sim, sobre a requalificação, ao que o Sr. Vereador António Oliveira disse que é ao mesmo tempo, e que o cronograma é igual. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, questionando ainda sobre a questão das infraestruturas dos equipamentos desta requalificação da Luís de Camões. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que os SMAS vão intervir primeiro, à semelhança do que têm vindo a fazer na Alves Redol, desde o princípio da obra. Vão fazer a intervenção primeiro, e neste caso é a mesma coisa, só que com uma ligeira diferença, pois vai ter que existir uma grande coordenação entre os dois serviços. Primeiro são os SMAS, e salvo-erro poucos dias depois o DOVI começará em seguida, para se ganhar tempo, porque depois a obra tem que ser suspensão por causa do Colete Encarnado. Contudo, a obra que os SMAS vai fazer na Luís de Camões é a mais pesada de todas, vai ser só saneamento, e vai-se esperar que tudo corra bem. Contra isto só depois de se ver, mas "se Deus quiser" há de correr bem. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que agora sim, pensa que o ponto está aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

1. Assunto: RECARGAS DE PAVIMENTOS 2015 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 45/15, de 15/01, do DOVI/DOVI, para aprovação do projeto de execução, das peças de procedimento e da abertura do procedimento de concurso público, com o preço base de 286 000,00€, e prazo de execução de 45 dias, bem como da aprovação da composição do júri e designação do perito, referente à empreitada de recargas de pavimentos 2015. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 45/15, de 15/01, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

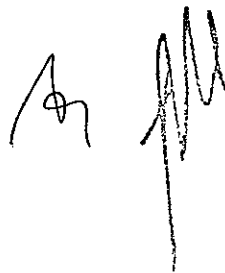
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que faltam 20 minutos para terminar, e se se for eficiente consegue-se chegar até ao final dos pontos. Ainda faltam alguns, pelo que se irá tentar, dentro do possível, acelerar o trabalho que ainda falta. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que, avaliando o caderno de encargos, diz-se, no ponto 16.4, que o critério de adjudicação da proposta será o economicamente mais vantajoso. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, pedindo desculpa, mencionando que há uma correção a ser feita no mapa de quantidades, de que já falou no início da reunião. --

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que a câmara municipal propõe que o processo de adjudicação seja o do critério economicamente mais vantajoso, com o preço da proposta em 65%, e o valor técnico da proposta em 35%. Passou uma “vista de olhos”, e pode ter sido erro do próprio, mas não sabe quais e não consegue verificar os critérios de avaliação do valor técnico da proposta. -----

Se se definir em caderno de encargos o que é que tem que ter o betuminoso, não



consegue perceber qual a razão que leva a câmara municipal a fazer estes critérios, que não seja o critério do preço. Se se definir que o betuminoso a aplicar tem que ter “estas e estas” características, no limite, betuminoso é betuminoso. É a mesma história de adjudicar fibra ótica e dizer que não será por preço, será pelo critério economicamente mais vantajoso. É a câmara municipal que define os critérios do que quer da fibra, pelo que só se for definir a cor ou a forma como lhe vão escrever a proposta, se está em “bold”, em “itálico”, com letra 14 ou letra 13. - Portanto, os membros da Coligação Novo Rumo propõem que o critério de adjudicação seja o do preço, porque senão na próxima reunião de câmara vão voltar a ter a mesma discussão, que é a de que quem vai ganhar isto é a mesma empresa de sempre, e a discussão que se vai ter é a de sempre. -----

Gostaria que se tivesse a discussão por mérito de quem apresenta o melhor preço, nas melhores condições de execução, porque, no limite, já o disse, e volta a dizer, a empresa que alcatroou a estrada, que fez o alcatrão na rua da República há uns dias, foi a Estrelas do Norte, e não se lembra da câmara municipal ter dito à empresa que na altura ganhou o concurso, e já não se recorda o nome, mas pensa que era a Vibeiras, que não podia ser a Estrela do Norte a fazer este alcatroamento, porque com a câmara municipal perde os concursos, uma vez que há outra empresa que é melhor. -----

Portanto, é essa a melhor, e é a que tem que fazer o alcatrão, mas a câmara municipal não disse nada disto, e estava lá a Vibeiras. O próprio saiu de sua casa de manhã para levar o seu filho à escola, e estava lá essa empresa a fazer o alcatroamento. Assim, não percebe porque é que a câmara municipal, num concurso destes, não vai ao preço, e vai à questão economicamente mais vantajosa, que depois dá diferenças em que não vê razão para que a autarquia tenha que assumir esse pagamento. -----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando à Engª Rosário Ferrão se tem algo a dizer em relação a esta matéria, referindo ainda que quanto mais transparente for, melhor para todos, porque também é muito desagradável estar sempre a bater, e se calhar injustamente, em alguém. Sabe-se bem do que se está a falar, e se calhar “às duas por três” estão-se a fazer juízos de valor muito incorretos e injustos. O preço mais baixo, mas depois a Engª Rosário Ferrão dirá, pode levar a

situações em que apareça algo com que depois a câmara municipal se arrependa, situações de empresas que vêm só para ganhar a obra, e depois há problemas do “arco da velha”, como já aconteceu.-----

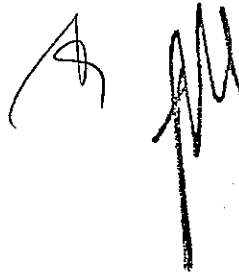
Interveio a Engª Rosário Ferrão, dizendo, relativamente aos critérios, que a câmara municipal determinará os critérios, e aos serviços compete propor a melhor solução para os mesmos, porque, por exemplo, a Vibeiras, quando fez o trabalho, também tinha que aplicar betuminoso, e viu-se o betuminoso que aplicou, daí que se teve que exigir que a última camada fosse reposta.-----

A câmara municipal dirá, e se entender que é pelo critério do mais baixo preço, com certeza, altera-se o caderno de encargos e será pelo mais baixo preço. Uma proposta economicamente mais vantajosa não analisa só o preço, analisa variadíssimas outras coisas, nomeadamente a própria empresa, a memória descritiva, a nota justificativa do preço e também o modo de aplicação da camada betuminosa. Contudo, é uma questão que a câmara municipal determinará, os serviços farão de acordo com o que a câmara municipal determinar. Se for o preço, altera-se o caderno de encargos, não há problema nenhum.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que ouviu a engenheira falar e, quanto à primeira parte da intervenção, não pode estar mais de acordo, tem-se é um senão, o próprio era vereador desta câmara municipal, sem pelouro, e quando a obra foi feita na rua da República, e as atas não o deixam mentir, disse variadíssimas vezes que não estava em condições, e os técnicos da câmara municipal disseram que estava. -----

Pode-se verificar, e mais, quando a seguir lhe atribuíram funções foi-se àquela obra pelo menos 3 vezes, e até se ir lá em conjunto as informações que recebia eram as de que o betuminoso estava em condições, mas não estava. Foi-se lá e o betuminoso estava podre, o que quer dizer que, e aceita a opinião da Engª Rosário Ferrão, pois não é essa a questão, pode ser o preço, mas os critérios de qualidade podem estar definidos. Os critérios de qualidade estão definidos, e betuminoso é betuminoso, desde que tenha um conjunto de qualidade e se demonstre que é.-----

Agora, excluir uma empresa, e não é excluir, é avaliar melhor, com mais pontuação, ou avaliar pior pelo facto de escrever uma memória descritiva melhor, ou dizer aquilo que se quer ouvir, que é “o autocarro sai do lugar “X” e chega ao



lugar "Y", não há problema, há lá fiscalização própria, que verifica no momento há quantas horas o alcatrão já saiu do sítio "X", da mesma forma que faz para o betão, quando é aplicado em obra, que não pode sair da central umas quantas horas para ser aplicado, porque senão fazem-se os ensaios, e vai para trás. -----

Neste caso em concreto, e há outros em que não se aplica bem assim, não parece aos membros da Coligação Novo Rumo que definir outros critérios seja a melhor solução, até porque, volta a dizer, no caso dessa obra quem voltou a alcatroar foi a Estrela do Norte, nem foi a empresa que regularmente trabalha com a câmara municipal. A câmara municipal, quando faz ajustes diretos, já teve várias situações onde não foi, neste caso, à outra empresa a quem adjudicou, adjudicou a outros, e às vezes há subcontratação de terceiros, estando a câmara municipal a pagar um "premium" a uma empresa que subcontrata terceiros para fazer isso. Portanto, só pensa que se devia avaliar e depois verificar. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo, como o Sr. Vereador sabe, que hoje em dia o mercado está como está, às vezes aparecem empresas que começam a obra, mas não se sabe quando vai acabar, e há obras que se não se tivessem levado "ao colo" não tinham terminado mesmo. Não é por culpa das empresas, é por falta de liquidez das próprias empresas para comprar materiais, e por uma série de fatores. Verifica-se isso nas múltiplas reuniões que o próprio às vezes tem, bem como o Sr. Vereador António Oliveira e os serviços, que são testemunhas do que se tem feito para acabar uma obra, justamente porque se foi pelo preço mais baixo. -----

O que diz ao Sr. Vereador Rui Rei, para que não restem dúvidas, é que se vai fazer uma experiência, e aquilo que refere é que a câmara municipal pode vir a arrepender-se, mas espera que não. Portanto, chama a atenção do Sr. Vereador António Oliveira para, nos pontos 16.1 e 16.2, se retirar onde diz "não aplicável", avançando-se com o preço mais baixo. -----

-
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira, com a alteração ao mapa de quantidades, no que se refere ao código 04.02.03, conforme informação do Sr. Presidente, bem como ao programa de concurso, no que respeita ao critério de adjudicação a adotar, que é o do mais baixo preço. -----




1. Assunto: MERCADO RETALHISTA DE ALHANDRA – ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE DO LUGAR Nº 41 – MARIA MANUELA DIONÍSIO PINHEIRO LAVAREDA-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 9/15, de 15/01, do GAMA-OLAB, para aprovação da alteração de titularidade do lugar nº 41 do mercado retalhista de Alhandra, por óbito da titular, Maria Virgínia Dionísio Pinheiro, para o nome da sua filha, Maria Manuela Dionísio Pinheiro Lavareda.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 9/15, de 15/01, do GAMA-OLAB, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: MERCADO ABASTECEDOR DO CONCELHO – ALTERAÇÃO AO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 15/15, de 20/01, do GMAE, para aprovação da alteração ao horário de funcionamento do mercado abastecedor do concelho.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 15/15, de 20/01, do GMAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que os membros da CDU acham estranho este ponto, porque foi feito um inquérito a vendedores e compradores, que teve 129 respostas no total, e curiosamente nem a primeira opção escolhida, nem a segunda, foi aquela que vem apresentada à reunião de câmara. -----
Em conclusão, tem-se um inquérito, e independentemente dos fundamentos que são apresentados, não são respeitados os resultados do inquérito que foi feito, e não percebem o porquê, nem qual foi o alcance que os serviços tiveram quando quiseram fazer este inquérito. Se o fizeram, é porque tinham dúvidas do que queriam apresentar, e apresentaram 3 propostas às pessoas. A maioria escolheu uma, nomeadamente 64 respostas em 129, o que dá os 50,76% que constam, mas depois os serviços dizem, “é pá, no entanto, apesar de ter sido esta a proposta escolhida, não é esta que nós queremos”.-----
Não foi esta, nem foi a atual, que foi a segunda mais votada, e gostavam de saber, no fundo, qual é que foi a opção, e qual é que foram os critérios e a real intenção que a câmara municipal teve para alterar o horário do mercado abastecedor, porque não percebem, a menos que a real intenção seja a que está explanada no




último parágrafo da fundamentação, que é realmente permitir ajustar o horário do mercado abastecedor às necessidades dos compradores, bem como à redução dos custos com pessoal, menos 2 horas no mercado em cada dia, e com a eletricidade.- Não percebem, foi feito um inquérito, e se o inquérito foi feito, por que razão é que não é aplicado o horário escolhido pela maioria das pessoas que respondeu ao inquérito, tanto compradores e vendedores? -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que esta matéria foi efetivamente muito discutida, e há ajustamentos que vêm ao encontro daquilo que os próprios comerciantes referiam, mas solicita à Srª Vereadora para explicar algo mais sobre estas questões que o Sr. Vereador Paulo Rodrigues colocou. -----

Interveio a Srª Vereadora Fátima Antunes, mencionando que foram efetivamente feitos estes inquéritos, e a intenção que o Sr. Vereador questiona não é só defender os interesses, quer dos vendedores, quer dos compradores, é também como se acrescentam os ganhos que daí advêm para a câmara municipal, e é apenas isso. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que houve uma economia de escala, que por necessidade se teve de fazer, indo ao encontro justamente do que os vendedores e compradores colocavam, principalmente os vendedores. Portanto, havendo esse consenso, e podendo reduzir os custos da operação que se tem ali, valerá a pena pelo menos experimentar este novo horário, a ver se as coisas correm bem. Se eventualmente não correrem bem, pois ajustar-se-á outra solução. -----

Agora, aquilo que sugere aos Srs. Vereadores é que permitam avaliar esta possibilidade, e depois, se se vier a considerar que há algumas dificuldades, será alterado. -----

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio de novo, referindo que os membros da CDU permitem tudo à câmara municipal, avaliar, fazer testes, experimentar o horário, e não é essa a questão, o que gostariam é de perceber, pois foi feito um inquérito, quer aos compradores, quer aos vendedores. Às pessoas que foram inquiridas foram-lhes colocadas 3 opções de horário, quer os compradores, quer os vendedores. Escolheram a opção 3, estando definido qual é o horário da opção 3, há uma maioria de pessoas, entre compradores e vendedores, que escolheu uma opção definida, clara, com horários, que é a opção 3, mas depois aquilo que vem a



reunião de câmara é uma opção completamente diferente, quer da opção 1, quer da opção 2, quer da opção 3, quer da opção que já existe atualmente. -----

Portanto, em 4 horários possíveis, os 3 que foram propostos à escolha, mais o atual, o que vem à reunião de câmara não é nenhum desses, é um que foi definido por alguém. -----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que não foi assim. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que é claro e lógico que não foi assim, há de haver critérios, motivações, e é isso que estão a perguntar. Quais foram os critérios? Quais foram as motivações? Não percebem qual foi o alcance do objetivo em fazer-se o inquérito, quando, à partida, o resultado do inquérito não é implementado. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que não é uma situação abstrata, nem de capricho, como é evidente, e julga que o Sr. Vereador terá na sua posse um documento, que é um "e-mail" da técnica responsável por esta área, a Drª Isabel Araújo, que refere o seguinte, na 2ª página: "Esta proposta tem por base o seguinte: no inquérito o horário mais votado foi o terceiro, quer por vendedores, quer por compradores. A sexta-feira é um dia de mercado extremamente fraco, com uma média de apenas 65 compradores. Embora o terceiro horário tenha sido o mais votado, várias pessoas mostraram descordo com o horário do domingo, que seria cedo de mais para quem tem família. A grande maioria dos vendedores referiu a necessidade de existir horário de verão, avançando mais 1 hora, para que os produtos não se possam deteriorar com o calor". Portanto, constam no documento as justificações dos acertos feitos relativamente ao inquérito, que aconteceu para dar uma avaliação do que as pessoas pensavam sobre o assunto. -- Entretanto recuperou-se muito daquilo que é a opção mais votada, acertando também outras questões que são referidas, e que parecem ao executivo municipal ter todo o sentido. Por isso, fez-se uma adaptação daquilo que foi a opção mais votada, sendo que posteriormente vieram-se a colocar outras necessidades de acerto, e é isso que consta na proposta, uma súmula entre uma coisa e outra. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, perguntando se o inquérito era indicativo, ao que o Sr. Presidente disse que era indicativo, no sentido de se poder construir um horário que se adaptasse às várias necessidades que as pessoas iam



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 134

Reunião de 2015/01/28

Procº GMAE.OLAB.004.

Deliberação nº _____

colocando, e não há nada para contrariar. Os inquéritos foram fundamentais para se construir um horário o mais abrangente possível, em termos do consenso daquilo que os compradores e vendedores iam colocando ao longo do tempo. -----
Caso tenha que haver mais algum acerto, far-se-á, agora julga que valeria a pena experimentar.-----

Interveio a Srª Vereadora Fátima Antunes, informando que além das respostas que foram dadas no questionário houve pessoas que fizeram também comentários, os quais foram tidos em conta, e que falaram com as pessoas que estavam no mercado, daí chegar-se a esta conclusão.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Assunto: ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO DESTINADO À REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE ALHANDRA -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/01/21, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte de ata, para aprovação da atribuição de um apoio financeiro municipal à Sociedade Euterpe Alhandrense, na modalidade de subsídio e no valor de 6 000,00€, destinado à realização do Carnaval de Alhandra, em fevereiro de 2015.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que tentará ser o mais sintético possível, dizendo, em primeiro lugar, que os membros da CDU se congratulam mais uma vez pela realização da festa do carnaval em Alhandra, e aproveitam para solicitar que esta câmara municipal interiorize que há certas festas no concelho, mais do que locais, que devem ser elevadas ao estatuto concelhio.-----

O carnaval de Alhandra, por exemplo, é um deles, não se tem no concelho nenhuma outra organização do género senão esta, levada a cabo em Alhandra, como tal, gostariam de ver a câmara municipal, nos meios que tem ao seu dispor, de o divulgar a nível regional e nacional como outras câmaras ao lado também o fazem. -----

Gostariam que se aproveitasse para se pensar, pois, como dizia na semana passada Lobo Antunes, "cultura não é só saber ler livros, ler muitos livros e ter muito conhecimento", celebrar o carnaval faz parte da cultura do concelho, e duma vez por todas, aproveitando a mudança de governo, neste ano, instituir de vez o feriado de carnaval como feriado português, porque para os membros da CDU, portugueses, sempre o tem sido.-----

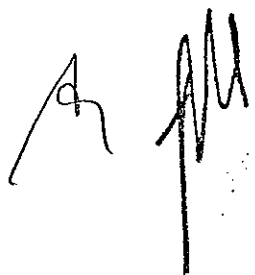
Ainda não souberam números, e é daqueles carnavais que também, por causa da falta de produtividade, foram sendo retirados, pelo que já se deve estar com uma produtividade tremenda à conta dos feriados que foram tirados.-----

Assim sendo, é o que apraz aos membros da CDU dizer sobre este ponto.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo reconhecem e congratulam-se também, atendendo à relevância cultural, social e económica do carnaval em Alhandra, que já está instituído há muitos anos. Pensam até que seria bom, se calhar, entrar em termos de dotação orçamental da própria câmara municipal, para também dar condições à comissão, nomeadamente



Deliberação nº _____



1. Assunto: PROTOCOLO DE PARCERIA – COOPERAÇÃO NA GESTÃO DO ESPAÇO DE VISITAÇÃO E OBSERVAÇÃO DE AVES - EVOA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 21/15, de 19/01, do DASDEDS/DASEP, para aprovação da minuta do protocolo de parceria a celebrar com a Companhia das Lezírias, SA, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP, a Liga para a Proteção da Natureza, a Aquaves – Associação de Conservação e Gestão de Ambientes Naturais e a Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, referente à cooperação na futura gestão do Espaço de Visitação e Observação de Aves - EVOA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 21/15, de 19/01, do DASDEDS/DASEP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo, no que toca ao protocolo em si, de colaboração do espaço EVOA, espaço de visitação e observação de aves, no entender dos membros da CDU, até por aquilo que lhes é transmitido nos documentos que são dados a analisar, que está muito pouco divulgado, e o que está divulgado acaba por ser mais conhecido fora do concelho do que no próprio concelho onde se localiza, mas já houve 29 alunos este ano a visitar o espaço, e há outra visita agora também. -----

Aquilo que lhes parece é que a câmara municipal, e isso já estava protocolado anteriormente, pode fazer mais no que toca a levar mais gente a conhecer este espaço, e não só as crianças, através das escolas do concelho. Tem-se a universidade sénior, e há organizações de idosos com tempo livre, até com mais



tempo livre, que possivelmente não conhecem muitas destas realidades, e a autarquia poderia disponibilizar inclusivamente transportes, na medida do que é possível. -----

Há uma questão de que já falaram, que é planear esta atividade ao longo do ano, ou seja, a câmara municipal, pode, no entender dos membros da CDU, fazer bastante mais pelo espaço que existe naquilo que é do concelho, e volta a referir que se calhar é mais conhecido fora do concelho de Vila Franca de Xira do que propriamente nele. -----

O executivo contará obviamente com o voto favorável da CDU a este protocolo, mas os seus membros entendem que a câmara municipal deve assumi-lo de facto. Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que o que é proposto é um protocolo com 6 entidades, e ia dizer que isto não é mais, mas não é bem preciso, ou seja, é menos do que os membros da Coligação Novo Rumo já tinham proposto em tempos, pela voz da Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, que propôs exatamente isso. -----

O próprio esteve no EVOA com o seu filho, numa festa de aniversário de colegas dele do concelho, fizeram lá essa festa há cerca de 3 ou 4 meses, e o EVOA é de facto um espaço muito interessante, mas dos concelhos que menos visitam o EVOA, e que menos apoio dá às escolas para o visitarem, é de facto Vila Franca de Xira. Aliás, tinha sido dito, a propósito da proposta, quando os membros da Coligação Novo Rumo falaram sobre isto, que as escolas visitavam pouco, e efetivamente agora olham para a proposta e é como tudo. "A verdade é como o azeite", "vem sempre ao de cima", e demonstra-se que efetivamente as escolas vão pouco, nomeadamente as da responsabilidade do município. A escola pública, aquela que todos dizem proteger e defender, praticamente não vai ao EVOA e deveria ir, porque os jovens deveriam conhecer aquele espaço que é do concelho de Vila Franca de Xira, ficando praticamente em frente a Alverca do Ribatejo, do outro lado do rio. -----

É de facto importante, e a câmara municipal deveria estimular isto, que é um dos fatores diferenciadores que se têm face a outros municípios. Não há nenhum município na Área Metropolitana de Lisboa que consiga ter estas circunstâncias que se têm. Há muitos que têm outras coisas que são diferenciadoras, Vila Franca

[Handwritten signature]

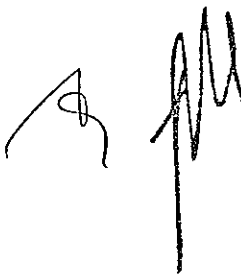
de Xira tem estas, tem um parque natural do estuário do Tejo, mas tem que se potenciar aquilo que é do concelho, e aquilo que é bom, que é do concelho, sendo fundamental que isso seja feito. -----

Este é um início, com certeza que é, mas dever-se-ia incentivar e ajudar. Não diz que se tivesse de oferecer a todos os estudantes do concelho, das escolas do município, mas eventualmente a alguns poder-se-ia oferecer, e a outros podia-se pedir algum contributo para o autocarro, para lá ir. Acredita que todos os estudantes do concelho de Vila Franca de Xira, e todas as crianças que visitassem aquele espaço, quereriam voltar a ir lá um dia qualquer, em festas de aniversário ou outra coisa, e com melhor tempo, melhor ainda, porque depois começam a ter mais aves para ver e seguir, sendo daquelas coisas que poderiam ser efetivamente estimuladas e divulgadas, porque é de Vila Franca de Xira, está no concelho, e devia ser promovido como fator diferenciador e promotor do concelho. -----

Interveio o Sr. Presidente, agradecendo aos Srs. Vereadores e dizendo que pensa que todos reconhecem o potencial que o EVOA tem. Uma das questões que se teve em vista foi atrair pessoas do exterior, mas também tem que se fazer um esforço internamente, para mais pessoas irem até àquele espaço magnífico de observação de aves. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

-----



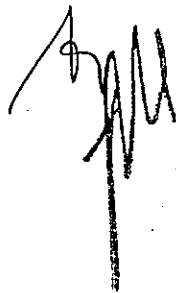
1. Assunto: 19ª EDIÇÃO DO DUATLO DAS LEZÍRIAS – TROFÉU JOSÉ LUÍS MATOS -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 25/15, de 19/01, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a Federação de Triatlo de Portugal, referente ao apoio à 19ª edição do Duatlo das Lezírias – Troféu José Luís Matos, a decorrer no dia 1 de fevereiro de 2015.-----

-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 25/15, de 19/01, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



Assunto: ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO OS COMPANHEIROS DA NOITE, DESTINADO À AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA LIGEIRA DE 9 LUGARES -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/01/21, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte de ata, para aprovação da atribuição de um apoio financeiro municipal à associação solidária “Os Companheiros da Noite”, na modalidade de subsídio e no valor de 16 900,00€, destinado à aquisição urgente e imprescindível de uma viatura automóvel ligeira de 9 lugares, para garantir a continuidade do seu trabalho social em prol dos cidadãos mais desfavorecidos do concelho. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que se está perante uma situação que, de todo o modo, lhes apraz registar, e louvam o voluntariado destas pessoas, neste trabalho desenvolvido ao longo de semanas, sendo que, fosse a sociedade mais justa, não haveria tanta gente a quem ajudar, como infelizmente nestes últimos tempos se tem verificado. -----

Assim sendo, os membros da CDU querem realmente salientar a disponibilidade dessas mesmas pessoas, entre outras, e outras associações que existem no concelho, que praticam este tipo de solidariedade social com estas pessoas na rua ou outras. Mais que não fosse, moralmente faria sempre parte ou seria sempre responsabilidade dos eleitos, enquanto responsáveis políticos na câmara municipal, darem o apoio, não aquele que as pessoas merecem, pois mereceriam sempre muito mais do que aquilo que é possível dar, mas aquele que possam dar, e possivelmente outros tipos de apoio que nem sempre são os financeiros, tendo a câmara municipal que estar mais atenta para aquilo que pode fazer, porque se calhar já tem os meios, e não está a saber usá-los. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, reafirmando que os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo, e reconhecem o trabalho meritório que esta instituição presta a favor dos mais desfavorecidos no concelho. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que de facto se está perante uma medida de carácter excecional, mas tem todo o sentido esta intervenção e aprovação que se faz, para ajudar uma instituição que muito faz por aqueles que mais necessitam. -----

Este apoio é absolutamente imprescindível, pela sua atividade, e fez-se aquilo que



Fī. Ata 142

Reunião de 2015/01/28

Proc^o _____

Deliberação nº _____

competia fazer.-----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -




1. Assunto: ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO COM A ANIMAR – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 157/15, de 21/01, do DASDEDS/DDS, para aprovação da alteração ao protocolo celebrado com a ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, tendo em conta a necessidade de efetuar obras de adaptação no edifício atualmente denominado por Ninho de Empresas. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 157/15, de 21/01, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Encerramento às 14h10. -----
Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2015/03/12,
tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os
membros. -----

E eu, Fernando Paulo Serra Barreiros, Fernando Paulo Serra Barreiros,
Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em
regime de substituição, a subscrevi. _____

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita -